



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,  
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**O FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO  
ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NAS  
AÇÕES DO COLÉGIO ESTADUAL PROF. TEÓFILO MOREIRA DA COSTA**

**CARLOS OSVALDO MOTTA FORMOSO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Sob a orientação da Professora Dra. Lilian Maria Paes de Carvalho Ramos

**Nova Iguaçu**

**Fevereiro de 2016**



**UFRRJ** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**  
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e  
Demandas Populares (PPGEduc)

**CARLOS OSVALDO MOTTA FORMOSO**

**“O FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO ATRAVÉS DA  
INTEGRAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A  
EDUCAÇÃO ESCOLAR NAS AÇÕES DO COLÉGIO  
ESTADUAL PROF. TEÓFILO MOREIRA DA COSTA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,  
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em  
Educação.

Linha de Pesquisa: Desigualdade Sociais e Políticas Educacionais

Dissertação aprovada em 18/02/2016.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lilian Maria Paes de Carvalho Ramos - UFRRJ (Orientadora)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luz Stella Rodríguez Cáceres - UFRJ

Prof. Dr. Aristóteles de Paula Berino - UFRRJ

Nova Iguaçu (RJ)  
Fevereiro/2016

Dedico esta Dissertação aos Meus Pais: Ely e Antonio.

## **AGRADECIMENTOS**

A Ivani Rosa, mulher da minha vida e dos meus sonhos,  
por tanta dedicação ao meu bem estar e reflexões sobre o cotidiano escolar.

Aos meus pais Antônio e Ely,  
pela referência, amor e apoio espiritual.

Aos filhos Aline, Aretha, Monan e Taiguara, por tantos momentos de alegria e  
esperança de um mundo melhor.

A Professora Lilian Ramos, pelas orientações e referência de educadora, orientadora e  
gente de verdade.

A Professora Célia Linhares pelo incentivo e pela lição de que só se percebe o  
instituinte com serenidade, emoção e uma memória recriada e aberta ao acontecimento.

A Pedagoga e militante social Silvia Batista, pelo apoio e exemplos de práxis  
agroecológica.

A Professora Annelise Fernandez, socióloga de formação e articuladora por natureza.

Aos moradores das favelas do Rio de Janeiro, pela luta ao direito à cidade e como  
referência de solidariedade.

Aos Agricultores urbanos da Zona Oeste do Rio de Janeiro, especialmente meu sogro,  
Antonio da Silva, pelos exemplos de resistência e amor pela terra.

À banca examinadora, por entender meus objetivos, me direcionando no momento  
certo.

Aos meus colegas de mestrado, pela força e troca de saberes.

Aos professores e alunos do Colégio Estadual Professor Teófilo Moreira da Costa, pela  
ajuda na construção de uma escola mais fraterna.

Obrigado!

## **OBJEÇÕES**

À Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro por indeferir meu pedido de licença para o estudo, após mais de vinte anos de dedicação ao ensino público municipal, dificultando um maior aprimoramento acadêmico e conseqüentemente profissional, durante esta etapa de tantos e necessários seminários, grupos de estudo, congressos e reflexões.

Ao projeto de lei municipal que cria o Programa Escola Sem Partido: PROJETO DE LEI Nº 867/2014; que procura esconder a realidade social dos alunos, desconhecendo as ciências humanas e instituindo procedimentos alinhados à ditadura militar.

Ao projeto de lei antiterrorismo (PL 2016/2015) que restringe a livre manifestação e inibe protestos de rua, criminalizando injustamente os movimentos sociais.

## O REGGAE

Ainda me lembro aos três anos de idade  
O meu primeiro contato com as grades  
O meu primeiro dia na escola  
Como eu senti vontade de ir embora

Fazia tudo que eles quisessem  
Acreditava em tudo que eles me dissessem  
Me pediram para ter paciência  
Falhei  
Então gritaram: - Cresça e apareça!

Cresci e apareci e não vi nada  
Aprendi o que era certo com a pessoa errada  
Assistia o jornal da TV  
E aprendi a roubar prá vencer  
Nada era como eu imaginava  
Nem as pessoas que eu tanto amava  
Mas e daí, se é mesmo assim  
Vou ver se tiro o melhor prá mim.

Me ajuda se eu quiser  
Me faz o que eu pedir  
Não faz o que eu fizer  
Mas não me deixe aqui

Ninguém me perguntou se eu estava pronto  
E eu fiquei completamente tonto  
Procurando descobrir a verdade  
No meio das mentiras da cidade  
Tentava ver o que existia de errado  
Quantas crianças Deus já tinha matado.

Beberam meu sangue e não me deixam viver  
Tem o meu destino pronto e não me deixam escolher  
Vem falar de liberdade prá depois me prender  
Pedem identidade prá depois me bater  
Tiram todas minhas armas  
Como posso me defender?  
Vocês venceram esta batalha  
Quanto a guerra,  
Vamos ver.

*Legião Urbana*

## RESUMO

Vivemos numa conjuntura dominada pela globalização econômica, cujos reflexos penetram em várias esferas e territórios, da educação à metropolização. As políticas educacionais são formuladas visando atender à pressão por resultados otimizados pela relação custo-benefício, formando na maioria das vezes, indivíduos dóceis, inseguros, isolados e consumistas. Os currículos verticalizados impõem conteúdos distantes da realidade dos alunos e estes são responsabilizados pelo seu próprio fracasso escolar. As cidades estão sendo expandidas e remodeladas seguindo a lógica da mercantilização do solo, desconsiderando o seu valor de uso. Sendo assim, práticas contra hegemônicas devem ser fortalecidas pelos educadores comprometidos com a emancipação popular e a luta pelo direito à cidade, subvertendo a ordem através de ações e articulações em rede. A experiência-resistência do Colégio Estadual Prof. Teófilo Moreira da Costa merece ser exposta, pois vem promovendo uma Educação com base em ações pedagógicas integradas aos movimentos sociais. Vem ocorrendo uma mobilização que visa fortalecer o território das Vargens, compondo uma rede interdisciplinar de apoio, que no momento são: O projeto Profito Pedra Branca do Instituto de Tecnologia em Fármacos (farmanguinhos/fiocruz); Associação de Agricultores de Vargem Grande (Agrovargem); Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU); Quilombo Vargem; Movimento de União Popular (MUP) e o Jornal Abaixo Assinado de Jacarepaguá. O objetivo desta dissertação é analisar como vem se dando a relação entre o Colégio Estadual em questão e os movimentos sociais locais que buscam contribuir para a construção de uma escola territorializada do ponto de vista de ações concretas no contexto espaço-tempo e sócio-histórico.

**Palavras-chave:** Trabalho Docente; Ensino Médio; Globalização; Territorialidade; Movimentos Sociais.

## **ABSTRACT**

We live in an environment dominated by economic globalization, whose effects penetrate in various spheres and areas, from education to metropolises. Educational policies are formulated to meet the pressure for results optimized for cost-effective, forming most of the time, docile individuals, insecure, isolated and consumerist. The upright curricula impose distant contents of the reality of students and these are held accountable for their own school failure. Cities are expanded and remodeled following the logic of commodification of soil, let alone their value in use. Thus, counter hegemonic practices are embraced by educators committed to popular emancipation and the struggle for the popular right to the city, subverting the order through actions and joint networking. The resistance experience viewed in Prof. Teófilo Moreira da Costa High School deserves to be known because it has been promoting actions based on educational activities integrated with social movements. This is carried out by a mobilization movement that seeks to protect the river bank territories in Rio de Janeiro, composing an interdisciplinary support network, which at the moment englobes: The Profito Pedra Branca project of the Institute of Pharmaceutical Technology (Farmanguinhos / Fiocruz); Farmers Association of Vargem Grande (Agrovargem); Carioca Network of Urban Agriculture (CAU network); Vargem Quilombo; People's Union Movement (MUP) and the Journal Abaixo Assinado of Jacarepagua. The aim of this work is to analyze the relationship between that State High School and the local social movements that seek to contribute to building a territorialized school from the standpoint of concrete actions in space-time and socio-historical realities.

Keywords: Teacher's work; High school; Globalization; Territoriality; Social movements.



## **SIGLAS**

AEIA - Área de Especial Interesse Ambiental

AAGE - Agente de Gestão Escolar

AGROVARGEM - Associação de Agricultores de Vargem Grande

AMAVAG - Associação de Moradores de Vargem Grande

AMISUL Associação de Moradores e Amigos da Sulacap

AP - Ação Popular

ASPTA - Agricultura Familiar e Agroecologia

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CCS - Centro Cultural Sulacap

CEPTMC - Colégio Estadual Prof. Teófilo Moreira da Costa

CONSEA - Conselho de alimentação

CT - Centro de Treinamento

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

DFDA-RJ - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do Rio de Janeiro

FAPERJ - Fundação de Amparo a Pesquisa Estado do Rio de Janeiro

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEA - Instituto Estadual do Ambiente

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPPUR-UFRJ - Instituto de Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

JAAJ - Jornal Abaixo Assinado de Jacarepaguá

MPL - Movimento Passe Livre

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MUP - Movimento de União Popular

NECTAR - Núcleo Ecológico de Cultura e Trabalho Alternativo Rural

NEPHU/UFF - Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense)

NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ - Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organizações das Nações Unidas

OS - Organização Social da Saúde

PCRJ - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

PECRJ - Planejamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro

PEPB - Parque Estadual da Pedra Branca

PEPB - Parque Estadual da Pedra Branca

PEU - Vargens Plano de Estrutura Urbana das Vargens

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNE - Plano Nacional de Educação

PPGEDUC - Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

PPP - Parceria Público-Privado

PPP - Projeto Político Pedagógico

PT - Partido dos Trabalhadores

Rede CAU - Rede Carioca de Agricultura Urbana

SEEDUC/RJ - Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro

SEEDUC/RJ - Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro

SEOP - Serviço de Educação e Organização Popular

SEPE - Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação

SMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SMU - Secretaria Municipal de Urbanismo

UE - Unidade Escolar

UEP - Unidades Espaciais de Planejamento

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNE - União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>Procedimentos metodológicos.....</b>	<b>21</b>
<b>Cap. 1. A GLOBALIZAÇÃO E AS POSSIBILIDADES CONTRAHEGEMÔNICAS.....</b>	<b>24</b>
<b>1.1. A Globalização: as questões locais e a lógica do Mercado Global.....</b>	<b>25</b>
<b>Cap. 2. MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO.....</b>	<b>35</b>
<b>2.1. Movimentos Sociais no Brasil: a relação com a conjuntura.....</b>	<b>38</b>
<b>2.2. Construindo Caminhos através das Redes.....</b>	<b>45</b>
<b>Cap. 3. A TERRITORIALIDADE E A REGIÃO DAS VARGENS.....</b>	<b>49</b>
<b>3.1. O Território.....</b>	<b>51</b>
<b>3.2. A Região das Vargens.....</b>	<b>61</b>
<b>3.3. As Resistências.....</b>	<b>68</b>
<b>Cap. 4. A EDUCAÇÃO POLÍTICA E A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>91</b>

<b>4.1. A Escola Territorializada.....</b>	<b>91</b>
<b>4.2. As Ações Desenvolvidas.....</b>	<b>101</b>
<b>Cap. 5 A PESQUISA E OS RESULTADOS.....</b>	<b>110</b>
<b>5.1. Os Resultados.....</b>	<b>111</b>
<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>127</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>129</b>
<b>Anexo 1.....</b>	<b>135</b>
<b>Anexo 2.....</b>	<b>138</b>
<b>Anexo 3.....</b>	<b>139</b>
<b>Anexo 4.....</b>	<b>140</b>
<b>Anexo 5.....</b>	<b>141</b>
<b>Anexo 6.....</b>	<b>148</b>
<b>Anexo 7.....</b>	<b>162</b>
<b>Anexo 8.....</b>	<b>162</b>

## **APRESENTAÇÃO**

Quando, em 2014, ingressei no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares—PPGEDUC, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro—UFRRJ, com uma proposta de pesquisa voltada para o meu local de trabalho — uma escola pública da periferia da cidade do Rio de Janeiro, iniciei algumas reflexões sobre minha trajetória. Portanto, este texto de apresentação é produto de considerações sobre minha experiência na educação pública, onde vivenciei inúmeras situações que ajudaram a escrever esta dissertação.

Filho de professora, passei os primeiros anos da década de 1970 estudando numa escola municipal localizada próximo ao morro São José em Cascadura, zona norte da cidade. Sem noção do que acontecia no país ou do que era evasão escolar, apenas percebi a dificuldade de muitos colegas em permanecer na escola. Lembro apenas dos comentários de alguns professores: “sabe o fulano? Saiu da escola porque não queria

nada, e vai puxar carroça; é melhor estudar porque senão...” Após estreitar os laços de amizade com os colegas de turma, obtive outra resposta para a dificuldade da maioria em permanecer na escola: “tenho que trabalhar para viver”. Assim, alguns se alfabetizaram e poucos terminaram o antigo ginásio. A relação da escola com a comunidade se restringia à cobrança da caixa escolar. Com ajuda da minha família, não precisei sair da escola como a maioria dos meus colegas. Mas percebi que a vida não era igual para todos.

Já por volta dos anos 1980, iniciei o segundo grau, atual ensino médio, em uma escola técnica estadual no bairro de Marechal Hermes. Era período conturbado de nossa história, em que o que era divulgado passava por uma censura prévia e uma manipulação dos fatos. Com isso, já desconfiado de que o que se falava nas aulas nem sempre era verdade, passei a compreender um pouco a conjuntura, pela ótica dos movimentos sociais, que insistiam na construção de uma outra realidade: o grêmio estudantil e a luta por democracia, emprego e passe livre nos ônibus. Além disso, as associações e os sindicatos docentes, com suas reivindicações por melhores condições de trabalho, autonomia e o direito de votar para presidente. Daí, em meio a protestos, passeatas, reuniões e assembleias, quase todas cheias de policiais à paisana, construí minha visão da realidade e meu posicionamento enquanto classe social.

Não concluí o segundo grau como técnico industrial, pois a onda tecnicista dos anos 1970 foi se desfazendo junto com a ditadura. A experiência dos alunos recém-formados mostrava que o mercado de trabalho só absorvia egressos das poucas escolas técnicas federais, os das escolas estaduais conseguiam no máximo alguns períodos de estágio e trabalhos temporários. Além disso, meu tempo de conclusão do curso se duplicou por conta das reprovações, pois passava mais tempo fora da sala de aula. Julgava que aprendia mais no pátio, nas ruas e nas organizações do que nas massificantes e alienantes aulas técnicas de como ser um operário padrão. Segui então para o ensino supletivo, para o trabalho como revendedor da empresa “Círculo do Livro” e para o estudo por conta própria, com autores que a escola formal, controlada pela ditadura, não apontava como referência: Sartre, Josué de Castro, Roberto Freire (anarquista), Jorge Amado, Frei Beto, Francisco Weffort, Melhem Adas, Marcio Bomtempo, Fernando Gabeira e Paulo Freire; esses passaram a ocupar meu tempo de reflexão, assim como os panfletos socialistas e os fanzines anarquistas. Para completar,

as detenções em manifestações e as músicas de protesto, quase todas em ritmo de rock, completaram minha paralela grade curricular do Segundo Grau.

Visando um sustento autônomo e a possibilidade de morar na área rural, formei-me em técnico de apicultura, pela Escola Nacional de Agricultura, localizada no bairro da Penha, formação que garantiu meu sustento anos depois, então como aluno do ensino superior.

Ao término do ensino médio, ingressei numa instituição privada para estudar história, mas o custo de mensalidade, passagens e livros me forçaram a estudar para ingressar em uma instituição pública. Como a questão social e ambiental sempre se manifestou nas minhas reflexões, parti para o curso de geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao ser aprovado, testemunhei pela primeira vez as possibilidades de uma gestão pública autônoma e participativa, pois o reitor da época era Horácio Macedo, primeiro reitor eleito pela comunidade universitária após a ditadura militar. Era uma pessoa simples que, com sua formação comunista, revolucionou a vertical estrutura acadêmica existente na UFRJ no final dos anos 1980. Então, as aulas, palestras, reuniões, seminários, debates e trabalhos de campo com a presença de Milton Santos, Carlos Minc, Bertha Beker, Roberto Lobato, Antônio Guerra, Claudio Egler, dentre outros professores e colegas, ajudaram a entender melhor as questões ambientais, sociais, políticas e econômicas de um mundo em transição após o término da bipolaridade e da Guerra Fria, assim como o poder dos sujeitos coletivos, da heterogeneidade do cotidiano e das horizontalidades locais na arrumação do espaço geográfico.

A partir daí, em escolas da rede pública, sempre procuro relacionar as demandas locais com os conteúdos oficiais da grade curricular, promovendo debates que apontam os reais promotores dos problemas sociais e ambientais, para então cobrar políticas públicas para a região. Busco desenvolver nos estudantes a cultura geográfica de conhecimento do território e a necessária participação nos movimentos sociais, ampliando a noção de política. Foi assim que, em 1992, como professor da Escola Municipal Hermínia Mattos, em Petrópolis, estimei o recém-empossado grêmio estudantil, presidido pela aluna Ana Carolina Karl, a iniciar uma luta popular em prol do passe livre para os estudantes de todas as séries da rede pública, que até então pagavam passagem. A mobilização teve o apoio dos trabalhadores, do jornal

comunitário Frente Popular e da organização não governamental de Serviço de Educação e Organização Popular —SEOP, na época presidida por Leonardo Boff, obtendo resultados positivos após abaixo assinado, ocupações e audiências.

Outra ação vitoriosa conseguida a partir da conscientização da comunidade escolar ocorreu em 1995, com a mobilização para construção de um colégio de Ensino Médio no distrito de Conceição de Jacareí, município de Mangaratiba. Após debates nas aulas acerca da necessidade de uma nova escola na região e de maior transparência na distribuição de merenda, os estudantes iniciaram uma reivindicação que chegou à Câmara Municipal. Um inquérito sobre o desvio de merenda foi aberto, resultando na destituição da diretora e de alguns membros da Secretaria de Educação. Como compromisso dos candidatos a Prefeito, a escola foi construída depois das eleições, e o aluno Eduardo Jordão, um dos líderes da mobilização, foi eleito vereador. Atualmente, Eduardo é Secretário de Assistência Social do município de Mangaratiba. Nos dois casos descritos, foi possível politizar as demandas populares em seu cotidiano, mostrando que a política não é uma estratégia exercida apenas por elites competentes e seus interesses escusos. Acredito que ficou a ideia: de que só com a luta conquistam-se direitos.

Aprendi então que a articulação de apoio aos movimentos sociais passou a dar sentido à minha prática como docente, determinando, através da relação com os “extramuros”, o discurso, o conteúdo curricular, a metodologia e a organização pedagógica. Tudo isso mostrou, inclusive, as possibilidades da desobediência civil como forma de manifestação da insatisfação. Portanto, a mobilização popular faz diferença na luta por direitos usurpados pela classe dominante, em que a objetivação das propostas expõe a heterogeneidade das demandas para um patamar atingível. Isso ocorre, principalmente, quando se desenvolve nas organizações e reivindicações um sujeito coletivo. Dessa forma, se evita a exposição excessiva de apenas alguns líderes, os quais, numa pseudodemocracia como a nossa, são ameaçados e/ou mortos pelo “braço armado” de políticos comprometidos com esquemas fraudulentos e empresários desleais.

Essa maturidade política só foi obtida quando concorri em 1996 ao cargo de presidente da Associação de Moradores e Amigos da Sulacap (AMISUL), passando por um processo de difamação e ameaças que abalou amizades. Pois ao estabelecer como



prioridade a educação popular desenvolvida pelo Centro Cultural Sulacap (CCS), entidade que ocupou o galpão construído pelo governo Carlos Lacerda na década de 1960, mas abandonado pela rede COSEA e concedido a AMISUL. A conservadora diretoria da AMISUL, candidata da situação, não se mostrou satisfeita com a nossa candidatura, utilizando-se de vários artifícios antidemocráticos. Divulgaram que a chapa de oposição iria partidarizar a associação, na medida em que Augusto Boal, então vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), frequentava nossas reuniões; também disseram que estabeleceríamos a arte da contracultura *hippie* como referência para os jovens, associando-a ao consumo da maconha, e que apenas priorizaríamos a educação popular do CCS no galpão. Com isso os moradores conservadores, simpatizantes do associativismo de troca de favores com o governo e a justiça de rua dos milicianos, iniciaram uma ostensiva campanha de baixo nível político. Recuamos e fomos para a eleição, atônitos e intimidados. Perdemos, consolados com a ideia de um passo atrás, para então avançarmos.

Entretanto, o medo prevaleceu e a força autoritária venceu a utopia. O coletivo se dispersou, e hoje o galpão é administrado por propostas clientelistas e como espaço comunitário oficial, ou seja, atrelado aos mandos da subprefeitura da zona oeste. Nesse ínterim, fui convidado para trabalhar na Secretaria de Educação de Mangaratiba no cargo de coordenador de geografia e história. Trabalhei com professores e alunos interessados na proposta de desenvolvimento da cultura geográfica como elemento articulador entre o discurso, proferido pelo conteúdo da geografia crítica, e a mobilização. Foi possível articular em quatro anos alguns comitês que acompanhavam as demandas sociais e ambientais do entorno das escolas. Por conta desses exemplos, ficou que: quando se inicia um processo de mobilização social, este passa a ter vida própria, realizando, assim, inúmeras articulações e fusões que podem inclusive fugir ao propósito e aos ideais do coletivo inicial. Por isso, a combinação e os arranjos progressistas resultarão do nosso grau de consciência, imaginação e perseverança diante das adversidades e possibilidades contextuais, na certeza de que o futuro é plural.

O retorno ao Rio de Janeiro se deu por conta das matrículas na prefeitura da cidade e no governo do Estado, e possibilitou diminuir os gastos com transporte. Buscando unir forças ao movimento sindical, fui eleito, em 1999, diretor da regional VI do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE). Propus, por meio de teses em congressos e artigos publicados nos periódicos da regional que o SEPE deveria

construir uma proposta educacional autônoma, saindo do partidarismo e do sectarismo que acorrenta algumas possibilidades pedagógicas mais libertárias. Os apoios foram poucos, numa época em que uma proposta independente no SEPE não possuía muitos adeptos. O desamparo foi sentido literalmente na pele, quando após uma detenção em um protesto de rua e de diversas ameaças de policiais envolvidos no meu linchamento, o corpo jurídico do SEPE evitou maiores comprometimentos de defesa, fazendo apenas o acompanhamento no dia do julgamento final. Atualmente, mantenho-me filiado ao sindicato, mas entendo melhor a luta interna, as tendências e os posicionamentos políticos.

Em 2001, concorri à direção do Colégio Estadual Prof. Teófilo Moreira da Costa — CEPTMC), sendo eleito com 90% dos votos. Esse fato se repetiu em 2004, dessa vez com 98% dos votos. Sempre tive o apoio dos movimentos sociais do entorno do colégio, nos bairros de Vargem Grande e Vargem Pequena, que contribuíram para a construção do plano de gestão e proposta de integração.

Mesmo com o fim das eleições para diretor de escola, promovida pelo governo Sérgio Cabral a partir de 2006, o envolvimento com as entidades do bairro assegurou minha permanência no cargo, quando a Secretaria de Educação promoveu uma reestruturação na rede, a partir da troca de direções, fechamento de escolas e de uma política pedagógica baseada nas avaliações externas e na meritocracia.

O interesse pelo mestrado surgiu da necessidade de institucionalizar o que vem ocorrendo no CEPTMC, principalmente no que tange ao desenvolvimento de uma escola que se integra a uma rede de parceiros dispostos a promover uma lógica contra hegemônica para o território das Vargens. Dessa forma, o PPGEDUC/UFRRJ foi o mais apropriado para apresentação do projeto, pois ao trabalhar com desigualdades sociais e políticas educacionais na linha 2, proporcionou uma troca de experiências significativas para as reflexões descritas nesta dissertação. Cabe registrar que meu filho, Taiguara Moraes, é licenciado em Educação Física pela UFRRJ, fato que contribuiu para minha referência de uma universidade de professores competentes, que na sua maioria, primam por uma formação humanista, crítica e solidária, proporcionando um ótimo ambiente de estudo, reflexão e ternura.

Ao iniciar minha preparação para o concurso, deparei-me com a plataforma Lattes norteando a produtividade, um tanto insana e descompassada com as lutas

populares do estudante, o que não garantiu muitos pontos na etapa do currículo, para quem esteve por muito tempo “apenas” no chão da escola, na ladeira dos morros e quebradas da periferia. Assim, o ingresso no programa se deu após muito estudo em etapas de enorme concorrência. Com o incentivo inicial das professoras Célia Linhares e Lilian Ramos, obtive a certeza de que era possível descrever a proposta de integração entre o Colégio Estadual Prof. Teófilo e os movimentos sociais.

Busquei sintetizar nesta apresentação alguns elementos que basearam a escrita desta dissertação, em que a minha história pessoal, emoções e utopias formaram a base científica deste trabalho. Se eles não justificam, ao menos podem explicar alguns dos caminhos percorridos nesta dissertação.

## INTRODUÇÃO

A crescente necessidade de repensar os modos de ensinar e viver a partir de paradigmas ambientais e sociais faz com que a escola necessite urgentemente se aproximar de vivências cotidianas visando diminuir a distância entre a teoria e a vida, garantindo, assim, aprendizagens mais significativas e territorializadas. Percebe-se que todo ato educativo envolve a transformação de ideias em ações concretas.

Nascido no ano 2000, fruto de reivindicações dos moradores por uma escola de Ensino Médio, o Colégio Estadual Professor Teófilo Moreira da Costa (CEPTMC), localizado no bairro de Vargem Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, conta hoje com 406 alunos. Segundo levantamento feito no Projeto Político Pedagógico 2012/2014 (PPP) da escola, 280 são moradores de “assentamentos irregulares” termo utilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) — mas “comunidade” é o termo adotado pelos moradores —, 80 alunos são do Maciço da Pedra Branca, área de comunidades agrícolas e quilombolas, e 46 dos novos condomínios.

O Colégio Estadual em questão vem desempenhando uma prática e um relacionamento com os movimentos sociais e atores comunitários. Constitui, assim, uma territorialidade (HAESBAERT, 2004, p.45), onde se insere a escola. Essa relação vem transformando a maneira de trabalhar alguns conteúdos. Na visão da direção e de vários professores, alunos e moradores, o colégio vem contribuindo para o fortalecimento e avanço dos movimentos sociais que atuam na região das Vargens.

Vargem Grande hoje vem se caracterizando como uma região de transição entre o rural e o urbano (FERNANDEZ, 2010, p.143), também conhecida como um bairro periurbano, pois possui um centro gastronômico, parque aquático, uma central de gravação de novelas de uma grande emissora de TV, inúmeros condomínios de classe média e também comunidades sem infraestrutura pública. Ao mesmo tempo, possui uma forte agricultura familiar, haras e chácaras.

Essa transição, realizada a partir da articulação de políticos liberais e construtoras, vem causando impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos na vida dos antigos moradores, principalmente dos mais pobres. Portanto, há todo um conjunto de transformações que vem modificando a paisagem de Vargem Grande e do seu entorno. Tais

modificações são legalmente fundamentadas a partir da aprovação, no ano de 2009, do Plano de Estrutura Urbana das Vargens (PEU Vargens).

Procurando unificar as múltiplas lutas e reivindicações populares da região das Vargens, em torno de uma territorialidade oposta aos interesses excludentes e seletivos da proposta de cidade como mercadoria, o Colégio Estadual Professor Teófilo Moreira da Costa inicia, a partir de 2002, uma troca de experiências com os movimentos sociais do entorno, tendo o território como questão de existência. Assim, após inúmeras atividades extraclases desenvolvidas entre a comunidade escolar do Colégio Estadual e as entidades sociais do bairro, em 2012 foi possível concretizar um contrato formal entre o colégio e a agricultura familiar, tendo como parâmetro legal a lei nº 11.947/2009, que determina que no mínimo 30% da verba do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser destinados à compra de produtos orgânicos da agricultura familiar, sem intermediários. Esse acontecimento é histórico, já que foi o primeiro Colégio Estadual da cidade do Rio de Janeiro a fazer cumprir a lei, e, dessa forma, institucionalizou o que já vinha ocorrendo, ou seja, a integração entre a comunidade escolar e o mundo dos direitos populares.

Observamos que a relação, intensificada após o contrato do PNAE, promoveu uma educação de consolidação dos direitos dos agricultores, com base em práticas da economia solidária e dos atos de resistência das comunidades diante das remoções. Os conteúdos curriculares, agora com o apoio oficial do PNAE, passaram a ser pautados pelo território em consonância com o currículo estabelecido pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ).

Desde então, a integração do colégio com os movimentos sociais vem fundamentando algumas ações pedagógicas, de acordo com o atual PPP 2013/15, tais como: exposição de fotos sobre os impactos ambientais ocorridos na região; seminários sobre moradia popular, especulação imobiliária e utilização de agrotóxicos; debates com o depoimento de agricultores, lideranças comunitárias, professores de universidades e políticos; oficinas de práticas territoriais; feira de plantas medicinais; curso artesanal de produção de vídeo voltado a agroecologia; exposição de filmes e documentários, seguidos de debate; confecção e análises de textos do jornal comunitário; trabalhos de campo; atos em defesa dos agricultores e dos moradores das comunidades ameaçadas de remoção; mutirões voltados para colheita do caqui.

Dessa forma, vem ocorrendo uma mobilização social com inúmeras parcerias, compondo uma rede de integração horizontal, que atualmente são: a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU); o programa de extensão, ampliação e fortalecimento das atividades agroindustriais das associações de agricultores do Maciço da Pedra Branca/RJ da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; o projeto Profito Pedra Branca, do Instituto de Tecnologia em Fármacos (FARMANGUINHOS/FIOCRUZ); Associação de Agricultores de Vargem Grande (Agrovargem); Quilombo Vargem; Jornal Abaixo Assinado de Jacarepaguá (JAA), a Rede Ecológica de Produtos Orgânicos e o Movimento de União Popular (MUP).

Diante do problema exposto, recortei como questões de pesquisa: de que forma a relação entre o Colégio Estadual Prof. Teófilo M. da Costa e os movimentos sociais pode contribuir para o fortalecimento de uma territorialidade contra hegemônica? É possível afirmar que isto está ocorrendo nesta realidade? Qual é a percepção dos envolvidos no processo?

#### OBJETIVOS:

**GERAL:** Buscar compreender como as atividades extraclases baseadas nas prioridades das demandas populares podem mobilizar para a ação tanto o corpo docente como o discente, fortalecendo o vínculo escola-território no CEPTMC.

#### ESPECÍFICOS:

1. Identificar os temas geradores dos diversos públicos da comunidade escolar: o corpo docente, o corpo discente e os atores populares do território em torno do colégio.
2. Analisar a correlação entre as atividades extraclasse e as disciplinas e seus resultados.
3. Avaliar o impacto da integração escola-território nos atores populares.

#### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos adotados nesta dissertação são baseados no estudo de caso de observação, iniciando com uma pesquisa bibliográfica, seguida de observação

participante e pesquisa de campo (BOGDAN e BIKLEN, 1991, p.90). Trata-se de um estudo de natureza qualitativa. Para atingir os objetivos propostos promovemos entrevistas semiestruturadas com os principais atores dos movimentos sociais e organizações populares; com todo o corpo docente e com discentes do terceiro ano do Ensino Médio, no ano de 2014 e 2015. As entrevistas foram analisadas através da análise de conteúdo das falas, buscando levar em consideração as múltiplas realidades e visões dos participantes do estudo.

A escolha do estudo de caso se deu por conta da necessidade de institucionalizar a experiência do colégio em sua proposta de escola territorializada, como fruto do momento histórico em que vivemos, ou seja, de uma construção social que não foge a estrutura real do ensino médio público administrado pela SEEDUC/RJ.

Avaliações e debates vêm sendo promovidos após análises de alguns resultados, seguindo uma proposta de pesquisa participante, na qual pesquisador e objeto interagem como agentes transformadores da realidade. Para Le Boterf (1984) *apud* Gil (2010, p.43) a pesquisa participante propõe: “auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas”. Dessa forma, reforçam-se os laços entre os oprimidos e as possibilidades vislumbradas.

Portanto, é importante que se diga que meu vínculo com o objeto de estudo da pesquisa e com a rede de parceiros que possuem pontos nodais no território em questão, não é apenas de pesquisador, pois minha atuação como diretor do Colégio Estadual Professor Teófilo Moreira da Costa (CEPTMC), morador de Vargem Grande e militante de alguns movimentos sociais, contribuíram para análises, digamos, marcadas pelo vínculo afetivo e por expectativas esperançosas de consolidação de uma crescente integração escola-comunidade. Por isso minha função, ora de mediador, ora de pesquisador, não pretende falar pelos atores, mas ao caminhar junto por mais de uma década, foi inevitável que não se refletisse no texto, algumas considerações e incertezas construídas em sintonia com os grupos pesquisados. Desta forma, ao analisar as respostas dos questionários, procurei alimentar controvérsias de uma realidade complexa, não criando pressupostos, principalmente geográficos, que deixariam as conclusões nebulosas e pragmáticas.

Sendo assim, o estudo de caso por nós desenvolvido busca apresentar algumas hipóteses a respeito da relação do CEPTMC com o território, dentro de uma contextualização educacional, política, econômica e social. Considerando que o estudo de caso “consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de

um acontecimento específico” (MERRIAM, 1988, *apud* BOGDAN E BIKLÉN, 1991, p.89). Trata-se, portanto, de uma análise do cotidiano de uma escola que se envolve com o local, levando em consideração a interligação deste com a dinâmica da economia global e o seu desdobramento na política urbana da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

É importante salientar que, embora os professores e lideranças comunitárias não tenham se importado em colocar seus nomes nos questionários da pesquisa, optamos em fazer a análise através de siglas que evitam a exposição dos mesmos.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo, é feita uma reflexão acerca da globalização e seus reflexos na sociedade e no território em questão.

No segundo capítulo, focamos os movimentos sociais e suas lutas integradas as conjunturas históricas, tendo a educação como componente subjetivo. Foram destacadas também as possibilidades contra hegemônicas, com a força contestatória e propositiva dos movimentos sociais, investigando quando e porque os movimentos sociais se enquadram e quando se distanciam do padrão e até que ponto a organização social promove a libertação.

No terceiro capítulo, dissertaremos sobre a disputa de poder pelos modelos de territorialização, em que Estado, empresas e sociedade civil ora divergem, ora convergem em propostas e atitudes concretas e subjetivas. Neste capítulo é incluída uma descrição da região das Vargens, que vem se transformando através da expansão urbana e das lutas comunitárias, além de uma discussão sobre a rede de resistência territorial desenvolvida pelos movimentos sociais.

No quarto capítulo discorremos sobre a proposta política desenvolvida nas atividades extracurriculares do CPTMC em parceria com a demanda local. É apresentada também a política educacional em vigor na maioria das secretarias de educação.

O quinto capítulo apresenta a pesquisa e os resultados obtidos a partir dos questionários, com as respectivas considerações a respeito das respostas. Por fim, são construídas as considerações finais e apresentadas sugestões para pesquisas futuras.



## 1 A GLOBALIZAÇÃO E AS POSSIBILIDADES CONTRA-HEGEMÔNICAS

*“Eu prefiro um galope soberano à loucura do mundo me entregar”*

(Zé Ramalho)

Mercado global, exclusão local, instantaneidade das imagens, insegurança, superficialidade das relações, consumismo, crise de paradigmas, meritocracia, transnacionais, produtividade desumana, processos desestabilizadores, individualismo, empregabilidade são, enfim, expressões recorrentes acerca de um sistema cada vez mais desigual, perverso e em crise. Com tal quadro representando uma realidade instável, perde-se a possibilidade de visualizar um futuro melhor para todos. As alternativas ao que se apresenta como hegemônico vêm sendo um desafio para os povos excluídos. Assim, partimos do estudo da globalização visando fazer uma análise de conjuntura, apontando como esse processo se desdobra no cotidiano de uma região sob forte processo de metropolização e de integração a proposta do capital global em transformar a cidade em empresa, procurando analisar, através de uma visão mais abrangente, as situações e causas desdobradas e conectadas com o todo. Desse modo, identificam-se os interesses em jogo nesta complexidade de escalas que compõe a sociedade contemporânea na qual se insere o objeto de estudo desta dissertação — uma escola pública localizada na região das Vargens, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Na lógica especulativa de valorização do espaço, a região das Vargens possui um marketing próprio, em que a natureza do Parque Estadual da Pedra Branca e a proximidade com a praia do Recreio dos Bandeirantes garantem uma tranquilidade “vendida” nos estandes das construtoras. Nesse jogo de representações e criação de imagens, procuram esconder o pobre e a desigualdade social. Excluídas dos serviços básicos de saneamento e bem distantes dos avanços de telecomunicação e internet, por conta de acesso e custo, as comunidades carentes da região ficam na dependência de políticos clientelistas e milicianos que oferecem esses serviços de maneira ilegal e de qualidade duvidosa. São espaços que nada têm de semelhante aos espaços dos condomínios. Embora ocorra uma “interatividade” identificada nos dois espaços — muitos pobres trabalham nos condomínios, assim como alguns moradores dos condomínios frequentam o comércio na favela —, a maioria dos condôminos gostaria que as comunidades fossem removidas. Portanto, essa coesão funcional não esconde a segregação e a exclusão social existente na região. Ocorre então que distintas articulações se desenvolvem nos respectivos espaços.

Embora não seja nosso objetivo, agora, aprofundar a relação da globalização com a metropolização, e desta com as transformações que Vargem Grande vem apresentando, consideramos importante pelo menos abordar alguns aspectos. Portanto, uma análise crítica da globalização atrelada à contextualização local visa vislumbrar alternativas e possibilidades de superação de um território controlado e de uma educação padronizada. Entendemos que é possível fazer algumas considerações positivas a respeito da globalização que podem ser utilizadas como alicerces de outra realidade, como a cultura mesclada de alguns povos, a própria internet, que surge como veículo de comunicação durante a guerra fria, mas que proporciona hoje os desdobramentos locais e internacionais de determinados grupos e movimentos sociais.

Estamos atentos a certa tendência de não enxergar antagonistas numa globalização de conformidade e mistificações, que perde de vista a contínua e crescente divisão de classe existente no capitalismo e as buscas por outros caminhos, que nem sempre são harmônicos. Ou seja, a globalização e a democracia armada da burguesia procuram o consenso e a cooptação numa tentativa de mascarar fronteiras e desigualdades sociais, políticas, culturais e econômicas. Relativizando tudo e todos, somos compelidos a humanizar a globalização, em atitudes de democracia tutelada e solidariedade cultural, social e ambiental, previamente manipulada, distantes da ação política e comunitária, enquanto luta pela transformação da realidade.

### **1.1 A Globalização: questões locais e a lógica do Mercado Global**

O fenômeno da globalização, embora não seja propriamente uma novidade para os estudiosos da sociedade, vem sendo agudizado a partir dos anos 1990, devido a uma série de fatos e eventos, principalmente a progressão tecnológica vinculada às telecomunicações e à informática. Nos anos 2000, a globalização vem sendo fortalecida pela expansão incondicional das empresas transnacionais, as quais procuram estabelecer um domínio em rede, com base na Parceria Público-Privado (PPP).

Entretanto, a globalização não extingue a região e o território, muito menos a complexidade social das possibilidades do cotidiano e a dialética contemporânea dos movimentos sociais. Assim, na região das Vargens, temos visto uma expansão da metropolização atrelada ao capital imobiliário que procura homogeneizar espaços, através da força, da coação e de um convencimento norteado pelo apelo ao consumo e aos negócios,

inclusive da natureza ainda existente. Mas essa é também uma região um tanto quanto marcada pela resistência à generalização espacial regulada pelo Mercado e pela classe dominante local, pois as classes populares desenvolvem espaços próprios e diferenciados, com uma dinâmica peculiar de convivência e articulação. Isso ocorre principalmente quando expressam sua tradicionalidade, como o Quilombo Vargem, que resiste à difusão do padrão urbano, de impessoalidade e individualismo como normas das relações sociais dominantes na cidade. Outro exemplo é a rede de economia solidária, da Associação dos Agricultores de Vargem Grande (Agrovargem). Além disso, a luta pela moradia travada pelo Movimento de União Popular (MUP) tem apresentado avanços, construindo intervenções que possibilitam se contrapor à tentativa de expulsar o pobre das áreas que ficaram abandonadas como estoques do setor imobiliário, mas que se tornam valorizadas pelo processo de metropolização, nitidamente seletivo.

Mesmo com as resistências, o mercado e suas leis procuram transformar tudo e todos em mercadorias para o consumo, até políticas educacionais são estabelecidas com base no véis da concentração de poder e da competição produtiva, com ênfase na avaliação e na gestão, e tendo como norte os modelos corporativos das grandes empresas transnacionais. De acordo com Santos (2000, p.30), esse sistema de forças pode levar a se pensar que o mundo se encaminha para algo como uma homogeneização, uma vocação a um padrão único, o que seria devido, de um lado, à mundialização da técnica, de outro, à mundialização da mais valia.

A tirania da informação manipulada e a da mais-valia universal são apresentadas como os pilares de uma realidade em que o progresso técnico da informática constitui o nivelador dos territórios, ocupando espaços de maneira totalitária, tanto na forma da produção fragmentada e intermitente, como nas relações entre as nações. Entretanto, o atual progresso técnico só se apresenta como supremo por conta das políticas das empresas transnacionais, das políticas dos Estados e das relações sociais e de poder envolvidas nesse processo.

Há uma relação de causa e efeito entre o progresso técnico atual e as demais condições de implantação do atual período histórico. É a partir da unicidade das técnicas, da qual o computador é uma peça central, que surge a possibilidade de existir uma finança universal, principal responsável pela imposição a todo o globo de uma mais-valia mundial. Sem ela, seria também impossível a atual unicidade do tempo, o acontecer local sendo percebido como um acontecer mundial. Por outro lado, sem a mais-valia globalizada e sem essa unicidade do tempo, a unicidade da técnica não teria eficácia. (SANTOS, 2000, p.27)

Essa unicidade do tempo vem sendo integrada ao mercado financeiro, industrial e principalmente ao informacional, que faz com que um acontecimento local seja

instantaneamente utilizado pelas empresas da informação, sendo divulgado de maneira “editada”, segundo os interesses dos governos alinhados e das empresas globais. Assim, a informação sobre os fatos não vem da comunicação entre as pessoas, mas do que é divulgado pela grande mídia. Nesse sentido, é notório que algo em torno de 90% das notícias publicadas em todo o mundo vem apenas de quatro agências de informação, todas localizadas em países desenvolvidos. Temos, portanto, uma visão distorcida e interesseira dos fatos. Sendo assim, toda notícia divulgada como espetáculo está recheada de intenções ideológicas, normalmente relacionadas ao consumismo, ao mercado de ações e ao controle social.

A verdade do mercado, tornada critério da indústria cultural, não é outra coisa senão a mentira (...). Se os meios de comunicação de massa dizem a verdade em pequenos fragmentos factuais da vida, eles o fazem para melhor mentir. Não porque alguém os tenha planejado assim, mas porque assim eles são como modo de produção (BUCCI, 2004, p.132).

Portanto, a globalização necessita dessa mídia comprometida com o modo de produção vigente, ocultando as mazelas de um sistema econômico excludente ao mesmo tempo em que preza pela visibilidade da vida privada, forjando sonhos e desejos nos quais a exposição na mídia se torna mais significativado que a cidadania.

O domínio do mercado e da mídia são os alicerces da globalização, levando a tentativas constantes de consenso ideológico. Ou seja, a mercantilização global e o controle monopolista da grande mídia procuram esconder as causas reais das crises e as possibilidades políticas contra hegemônicas, sugerindo saídas reguladoras dentro do próprio sistema. Desse modo, desconsidera a perversidade intrínseca ao processo de globalização, fazendo crer que a busca por um mundo melhor passa pela solução das crises econômicas, inclusive promovendo guerras e incentivando a pluralidade cultural na incessante procura por novos “nichos” de mercado.

Quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo (SANTOS, 2000, p. 45).

Assim, a competitividade entre as empresas se traduz na busca desmedida de mais ciência e tecnologia à custa de uma produtividade insana do trabalhador, da incorporação de novos territórios e da proliferação do individualismo como regra a ser seguida, na tentativa de ser melhor que o outro, de consumir mais que o outro, enfim, de superar o outro. Dessa forma,

nutre-se, então, um processo de dominação e apropriação explícita, mas também implícita e simbólica, do espaço geográfico mundial.

Portanto, em diferentes escalas e territórios desiguais marcados pelas múltiplas temporalidades, as leis do mercado, o consumismo e o individualismo procuram transformar as pessoas e o solo em mercadorias. O consumo representa hoje o que foi o trabalho para a sociedade moderna, ou seja, a principal força motriz da sociedade, aquela que controla a reprodução e a estratificação social. Segundo Bauman, (2007, p.73), os integrantes da sociedade consumista são eles próprios mercadorias de consumo, e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros originais dessa sociedade. Entretanto, como consequência das relações volúveis do mercado, as pessoas que não atingirem as metas propostas devem ser substituídas. A mesma lógica é empreendida com os produtos e objetos de desejo adquiridos: quando estes deixam de proporcionar a esperada satisfação, são substituídos e abandonados.

A sociedade de consumo tem como base de suas alegações a promessa de satisfazer os desejos humanos em um grau que nenhuma sociedade do passado pôde alcançar, ou mesmo sonhar, mas a promessa de satisfação só permanece sedutora enquanto o desejo continua insatisfeito; mais importante ainda, quando o cliente não está plenamente satisfeito (BAUMAN, 2007, p.63).

Tal mudança de foco faz com que as empresas se preocupem com a consciência individual do “salve-se quem puder”, através da proposta de consumir e ser consumido, criando ajustes ideológicos para que todos sejam consumidores por vocação, independente da idade ou classe social. Ainda segundo Bauman (2007, p. 74), a aptidão consumista se baseia nos desempenhos individuais. Os serviços oferecidos pelo mercado que podem ser fundamentais para permitir que os desempenhos individuais tenham desenvoltura também se destinam a ser a preocupação do consumidor individual, ou seja, é uma tarefa que deve ser empreendida individualmente.

Desta forma, a globalização, com base em uma mercantilização desenfreada, vem aumentando a instabilidade nos postos de trabalho e a exclusão social de grande parte da população. Segundo levantamento feito (BAUMAN, 2005), menos de 10% da população dos países periféricos possui empregos regulares, devido ao aumento das privatizações e à consequente terceirização do trabalho. Portanto, essa violência estrutural contra os povos “desclassificados” e excluídos, seja habitante dos países do norte ou do sul, é o resultado de políticas perversas que se desdobram em todos os cantos do planeta, já que valores

competitivos são instituídos impiedosamente entre empresas, países e pessoas. Aqueles que não atendem a essa lógica são excluídos.

De acordo com Santos (2000, p.57), a competitividade é uma batalha em que vale tudo, provocando uma reordenação moral, que conduz inevitavelmente ao aumento da violência. O crescimento da insegurança, do medo e da violência decorre da competitividade e da perversidade que vem norteando a globalização, como dito: em sua face mercantil, aumentando os desequilíbrios entre as regiões centrais e as periféricas. . Temos como exemplo as tensões causadas pelo movimento populacional das regiões pobres para as ricas, sentidas através do aumento de obstáculos e preconceitos aos imigrantes. Pessoas à procura de oportunidades, principalmente nas metrópoles, regionais ou globais, vêm aumentando consideravelmente.

Segundo as Organizações das Nações Unidas (ONU), no estudo “Perspectivas da população mundial” (2013), o mundo conta hoje com mais da metade de sua população morando em áreas urbanas. Entretanto, as oportunidades nas cidades não são das melhores, já que o setor industrial pouco absorve, devido ao aumento da técnica e da desconcentração produtiva da globalização. Não se pode esperar muito dos serviços relacionados ao comércio e à construção civil, pois estão sempre dependentes das oscilações de mercado. Por sua vez, o poder público, cedendo à pressão dos órgãos internacionais e suas políticas neoliberais, vem optando pela redução de pessoal e pela terceirização, que estabelece contratos temporários com precárias garantias trabalhistas. Em suma, temos nos centros urbanos o desemprego crônico, com o aumento de pessoas sem teto.

Além disso, a internacionalização do mercado de trabalho e os avanços das tecnologias da informação acentuam a decadência do mercado nacional de mão de obra, elevando, assim, o desemprego e o nível das qualificações e da variedade de funções exigidas para a admissão. Isso faz, por exemplo, com que o trabalhador passe de especializado para flexível, muitas vezes regido por contratos de trabalho individualizados, em que a proteção passa por grupos de interesse e não pelos sindicatos de classe. Isso desconstrói a identidade social e os avanços coletivos obtidos através da condição de assalariado e das lutas reivindicativas. Nessa conjuntura, aumenta-se o desemprego na mesma proporção que aumenta a desmobilização de classe.

Diferentemente dos grupos subordinados da sociedade industrial, explorados mas indispensáveis, não podem influir no curso das coisas. Pode-se ficar surpreso pelo fato de que um desastre de milhões de desempregados não tenha desencadeado

nenhum movimento social de qualquer amplitude. Em contrapartida, suscitou um número incrível de discursos e, por consequência, um número de medidas de acompanhamento (CASTEL, 2013, p.530).

Nesse conjunto de incertezas, desclassificação social e crise, o setor informal vem absolvendo algo em torno de 30% dos cidadãos urbanos que ficam por mais de dois anos sem emprego regular. E para piorar o caos urbano, o setor informal que mais cresce é o criminal e suas ramificações. Roubo e desmonte de veículos, tráfico de drogas, de animais e de pessoas, máquinas de “caça níquel”, contrabando, falsificações, enfim, atividades que movimentam bilhões de dólares por ano, livres de impostos e de contribuições trabalhistas.

A crescente exclusão do trabalho aumenta o número de pessoas das “classes perigosas” que, segundo Bauman (2005, p.22), seriam aquelas incapacitadas para a integração, já que não sabem se tornar úteis. Seria uma exclusão inevitável e irreversível, como consequência direta da deterioração do Estado. Desempregados crônicos, classificados como descarte de um desenvolvimento econômico baseado na competitividade. Ainda de acordo com o autor citado, a consideração que a sociedade consumista tem com os desempregados crônicos é mínima, bem semelhante a preocupação despreendida com os criminosos, vigiados ou fichados. Então, tanto os excluídos do trabalho como os criminosos são considerados como elementos antissociais, sem possibilidades de reabilitação e que devem ser mantidos fora do campo de atuação e visão da sociedade dita global. Assim, neste mundo desigual e excludente, a solidariedade universal vem sendo desconsiderada como primordial à convivência humana e o desemprego e o aumento da população carcerária são considerados como algo comum e natural.

A globalização promove a perversidade como prática, legitimada pela ideologia dominante, como algo inerente ao desenvolvimento global. Novas desigualdades e exclusões vão sendo reforçadas como naturais dentro da lógica do utilitarismo e da competitividade.

a mentira, com o nome de segredo de marca, o engodo, com o nome de marketing; a dissimulação e o cinismo, com o nome de táticas e estratégia. É uma situação na qual se produz a glorificação da esperteza, negando a sinceridade, e a glorificação da avareza, negando a generosidade. (SANTOS, 2000, p.61).

Temos então uma globalização sem limites morais, em que o poder é distribuído aos que eliminam os concorrentes. Esta passa a ser uma expansão econômica e técnica de valores norteados pela ganância e pelo descompromisso social e ambiental. O capital internacional e as grandes corporações passam a administrar a geopolítica mundial, fazendo com que os Estados nacionais fiquem subordinados à lógica de mercado e ao fluxo contínuo do capital

global. As políticas de Estado trabalham para as empresas transnacionais, tanto no favorecimento explícito, eliminando barreiras, taxas e impostos, como no fortalecimento da ideologia do individualismo e do consumismo. Até as políticas sociais são transferidas para a iniciativa privada, em que fundações e institutos são chamados a resolverem problemas da saúde e educação. Mas como atuam em favorecimento próprio e sem considerações humanísticas, essas empresas irão se expandir onde os custos são menores.

Ainda segundo Santos (2000, p.59), a exclusão social passa a ser regra na globalização, e o desemprego estrutural vigora como natural e por isso inevitável, banalizando a pobreza e suas mazelas. Na verdade, escamoteia-se o papel das empresas transnacionais e dos órgãos internacionais nesse processo. Dessa forma, a globalização vem atuando como um projeto empresarial que promove uma desconsideração com o modo de vida marcado pelo tempo e espaço indissociável, taxando de ultrapassado o chamado tempo histórico, aquele construído através de laços com o passado e com o ritmo da natureza, criando um espaço sem tempo ou um tempo sem espaço. Isso gera uma dominação “maquiada” das forças do mercado, na qual territórios periféricos são incorporados e mantidos sob controle, com vista à máxima exploração da força de trabalho e/ou como proliferação do consumo popular de bens “duráveis”, na constante tentativa de consertar o sistema.

Mas como o capitalismo irá manter a governabilidade, a coesão e o controle social diante de uma globalização regida pelo receituário neoliberal que apenas conduziu para a crescente precarização e conseqüente pauperização dos trabalhadores, inclusive nos países do norte? Essa é uma proposta que no máximo tentou restaurar o poder da classe dominante, em crise desde os anos 1970. Assim, uma forte ideologia neoliberal apontou o Estado de bem-estar social como causador da estagnação econômica. Para Harvey (2008, p.10): “O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim”. Além disso, tais determinações dos organismos multilaterais em consonância com as elites nacionais, como a mínima participação do Estado nas oscilações do Mercado, privatizações e arrocho salarial, não se reverteram em estabilidade financeira, diante da crise estrutural e muito menos no desenvolvimento das nações periféricas. Ainda para Harvey (2008, p.98): “Apesar de toda a retórica da cura de economias doentes, o neoliberalismo não era a resposta às orações capitalistas. Pois o resultado geral foi uma estranha mistura de baixo crescimento e crescente desigualdade de renda”. Ou seja: crise.



Portanto, a crise estrutural, tanto econômica como política, agravada pela desastrosa intervenção neoliberal, espalha sintomas em todas as esferas da sociedade, intensificando problemas sociais e ambientais em todas as regiões do globo. Nesse sentido, o que ocorre é que aumentam os índices de desemprego e subemprego principalmente entre os não qualificados, mas também entre os qualificados. Esses crescentes índices de intensificação da exploração dos trabalhadores certamente irão aumentar a velocidade de rota de colisão entre a força de trabalho e o capital.

Dessa forma, a classe dominante e os países centrais buscam saídas em todos os cantos deste labirinto de contradições. Temerosos por revoluções, protestos e greves que paralisem o sistema, que vem cambaleando, a burguesia vem tentando achar saídas até no “socialismo”. Mas esse é um tipo de socialismo, já denominado por Marx, como conservador ou burguês, e conhecido pelos latinos como social democracia.

Os burgueses socialistas querem as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e perigo que delas necessariamente decorrem. Querem a sociedade atual sem os elementos que a revolucionam e a dissolvem. (...) Apenas uma transformação das formas e condições materiais de existência. Esse socialismo não entende, de maneira alguma, a supressão das relações burguesas de produção, mas unicamente melhoramentos administrativos, realizados sobre o terreno das mesmas relações de produção. (MARX e ENGELS, 2000, p.76).

Temos então tentativas de transformação que caminham na direção do reformismo democrático ou participativo. Sem mudança na estrutura econômica e social do capitalismo e conseqüentemente da globalização, essas políticas apresentam propostas compensatórias, com pequenas conquistas sociais, que vêm sendo orquestradas com alguma representatividade local, ou seja, como estratégia de exploração da fragmentação, diferenciação e diversidade local. Nesse sentido, utiliza-se uma política, que promove a pluralidade cultural sem estimular a unidade entre os oprimidos, fazendo com que as resistências se percam entre unificar de maneira totalitária, impondo padrões sociais e formas de luta, e as proposições multidimensionais do social, carentes de direção hegemônica.

“não resta dúvidas de que um dos perigos que ameaçam a democracia seja a tentativa de restaurar a unidade, há também um perigo simetricamente oposto de uma perda de toda referencia a esta unidade. Pois, mesmo que seja impossível, esta última permanece sendo um horizonte que, dada a ausência de articulação entre relações sociais, é necessário a fim de evitar uma implosão do social e uma ausência de qualquer ponto de referência comum. Este desmanche da tessitura social causado pela destruição do arcabouço simbólico é outra forma de desaparecimento do político. Em contraste com o perigo do totalitarismo, que impõe articulações imutáveis de modo autoritário, o problema aqui é a ausência das articulações que permitem o estabelecimento de sentidos comuns aos diferentes sujeitos sociais”(LACLAU e MOUFFE, 2015,p 278).

Do ponto de vista econômico, o capital procura brechas para o seu excedente de maneira a atenuar as crises e uma das formas é a reestruturação urbana, como a que vem se dando na cidade do Rio de Janeiro, das áreas centrais e a expansão para a periferia. Construindo imóveis para as classes populares, como o projeto brasileiro “minha casa minha vida”, para a classe média, através dos financiamentos bancários e os que são feitos direto com as construtoras e para os ricos que buscam especular com a valorização dos empreendimentos em áreas nobres. Temos visto também, as obras dos mega projetos esportivos, culturais e de mobilidade urbana em parceria da iniciativa privada com o setor público, conhecido como (PPP). Neste caso os órgãos públicos disponibilizam espaços e recursos do povo, colocando a cidade a serviço do capital, ou seja, ocupam ruas, praças e removem comunidades carentes, além de liberarem verbas públicas, através de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para que o setor privado lucre. Diante deste contexto, a cidade do Rio de Janeiro vem sendo vendida como cidade-empresa onde o consenso competitivo e a produtividade procuram se consolidar. “sem consenso não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O plano estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno ao projeto” (Vainer, 2013, p.91).

Neste sentido as resistências populares e alternativas à dominação do capital e a globalização como perversidade (Santos, 2000, p.37) passam por pelo menos duas frentes que se desenvolvem no local, sobretudo no solo urbano. A primeira, de caráter mais ideológico com a necessidade de adquirir consciência sobre as novas formas de cooptação e dominação, associadas principalmente ao capital social. A segunda mais relacionada a materialidade das desigualdades sociais e das necessidades básicas e seus desdobramentos no cotidiano perverso e impiedoso dos desprovidos de capital.

O mundo de hoje também autoriza uma outra percepção da história por meio da contemplação da universalidade empírica constituída com a emergência das novas técnicas planetarizadas e as possibilidades abertas a seu uso. A dialética entre essa universalidade empírica e as particularidades encorajará a superação das práxis invertidas, até agora comandadas pela ideologia dominante, e a possibilidade de ultrapassar o reino da necessidade, abrindo lugar para a utopia e para a esperança. Nas condições históricas do presente, essa nova maneira de enxergar a globalização permitirá distinguir, na totalidade, aquilo que já é dado e existe como fato consumado, e aquilo que é possível, mas ainda não realizado, vistos um e outro de forma unitária (SANTOS, 2000, p.168).

Assim, veremos a seguir que diante deste cenário, temos as contradições, os territórios populares articulados em rede, os paradoxos, os dramas, as horizontalidades da comunicação, as ações coletivas, a globalização alternativa, os desafios e o dissenso atuando em diversas escalas e esferas, contribuindo para aumentar as possibilidades contra-hegemônicas de acordo com a complexidade e ambiguidade do social. Isso traz esperança e maturidade aos que militam por mundo melhor, por valores de uso para a cidade e por outra proposta de educação e políticas públicas, sabendo da necessária articulação com os movimentos sociais, a pluralidade cultural e com outros modelos econômicos, antagônicos ao capitalismo.

## 2 MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

*“É muito difícil no meio da luta, em um momento histórico, vislumbrar horizontes maiores”*

*João Pedro Stedile*

Como suporte e resistência ao poder do capital que pretende ordenar o espaço geográfico de acordo com os interesses do mercado, a educação crítica, consciente e emancipadora, caminha em comunhão com os movimentos sociais, procurando possibilitar “horizontes maiores” aos militantes. Ao produzirem outra intenção para o espaço, os movimentos sociais educam na prática, entretanto, possuem impasses que necessitam de uma maior reflexão, aprofundamento e estudo, pois, com base no que lhes incomoda e nas demandas fundamentais ainda não atendidas, como saneamento básico, espaços públicos, terra para a agricultura e moradia digna, algumas pessoas buscam na organização a possibilidade de se mobilizarem para reivindicar e transformar. Mas transformar sem reflexão crítica e estudo, pode significar mudar para continuar a mesma estrutura dominadora. Assim, mesmo abordando temas específicos, os movimentos sociais articulados em rede e preocupados com o caráter formativo, procuram influências e rumos relacionados ao âmbito global, ao mesmo tempo em que os problemas enfrentados são muitas vezes causados por grupos hegemônicos de alcance mundial, mostrando as interdependências e a complexidade da luta. Por isso, a necessária visão crítica, analítica e sistêmica.

Mas o que nos interessa agora é a maneira como os movimentos sociais se relacionam com a educação para a mobilização, principalmente diante do atual modelo de acumulação do capital e de mobilizações isoladas, em que a competitividade entre as empresas vem se traduzindo na busca desmedida de mais ciência e tecnologia à custa de uma produtividade extensiva e intensiva do trabalhador em períodos de aumento de demanda, e da redução do emprego regular em favor do trabalho temporário, diminuindo assim, o amparo político sindical. Nesse contexto, segundo Harvey (2008, p.110), surge uma regulamentação social diferente, denominada de acumulação flexível, embasada na flexibilidade dos processos de trabalho, em novos mercados de produção e consumo. Essa mudança estrutural apresenta uma série de contradições, ordenamentos e desordenamentos do modo de produção dominante.

Considerando essa nova estrutura social, e novas maneiras de opressão dentro da mesma lógica capitalista, os movimentos sociais contemporâneos apresentam novas pautas e

novos processos de mobilização, de enfrentamento e representatividade popular, chegando a promover trocas culturais emancipatórias ao mesmo tempo que promovem lutas territoriais. Assim, seus processos interativos construídos através da autoconsciência são sulcados por uma educação não formal de cunho sociopolítico e cultural (Gohn, 2010, p.33), que pode dar sentido a valores desconsiderados na sociedade de consumo e na educação produtivista, como a solidariedade universal, a consciência de classe e o multiculturalismo crítico. Faz parte da essência dos movimentos sociais a transformação social.

Assim, neste período de globalização e crise estrutural, as mudanças vêm sendo construídas a partir da conjunção de antigas e novas propostas de luta, em que as greves, passeatas e manifestações são aliadas da diversidade cultural, da singularidade, da economia solidária, da agroecologia, da territorialidade popular, do cooperativado, enfim, criticando e apontando caminhos contrários à economia vigente. Esta é uma espécie de integração entre o global e o território. Entre as lutas tradicionais por moradia, alimentação e emprego, já que não foram plenamente atendidas, e as crescentes e necessárias lutas pela diversidade.

Como os movimentos sociais desenvolvem o processo educativo através da prática social, construindo consciência coletiva durante a organização, a evolução e a concretização ou não das propostas apresentadas, a expressão geral de cada movimento social irá se articular com a conjuntura histórica e o teor de cada demanda. O ato propositivo estará sempre marcado pela relação entre o discurso do pertencimento e da identidade e o do pragmatismo dos avanços concretos. O entrelaçamento entre o movimento social e a Educação, de acordo com Gohn (2011, p.334) será estruturado a partir das ações práticas de contato com as instituições de ensino e no desenvolvimento do próprio movimento. Dessa forma, os processos educativos inerentes aos movimentos sociais — mesmo se diferenciando os que são desenvolvidos com planejamento prévio daqueles em que a consciência de coletividade se estabelece durante o processo — têm em comum a esperança na história, na expressão cultural desenvolvida, na mobilização de valores contra-hegemônicos e na construção de sujeitos sociais inseridos na própria territorialidade.

Portanto, o processo educativo desenvolvido nos movimentos sociais cria possibilidades de consciência de mundo através da luta de classes e da luta relacionada aos problemas cotidianos, procurando desconstruir a ideologia dominante. Seja nos trabalhos cooperativados, nos atos, nas reivindicações e nos protestos ou em reuniões, comitês e assembleias, a construção de saberes contra-hegemônicos se desenvolve na realidade vivida.

Assim, os conhecimentos e as práticas pedagógicas construídas nos movimentos sociais articulados em rede devem se desdobrar em programas e atividades extracurriculares das escolas inseridas em sua territorialidade. Na medida em que um dos imperativos da educação progressista é a conscientização do povo, e os movimentos sociais surgem como alternativa aos modelos impostos, temos então uma relação de objetivos e pautas que devem servir para a construção de algumas direções e caminhos comuns aos diferentes atores deste processo. Lembrando de Gandhi: não existe um caminho para a felicidade. A felicidade é o caminho.

Esse diálogo constante entre a escola e os movimentos sociais promove a libertação das amarras do conteudismo insosso e do centralismo típico de políticas totalitárias, que pretendem negar a pluralidade e o imponderável cotidiano. Pode-se até obter, por pressão dos movimentos sociais, as leis: 10.639/2003 e 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos afro-brasileiros e dos indígenas. Entretanto, transferidos e apresentados como mais um componente do conteúdo escolar sem um diálogo de significação e questionamento, esse novo conteúdo será inócuo e provavelmente continuará eurocentrico, mostrando que a formação docente é fundamental neste processo de avanço das questões populares. Tenho testemunhado que muitos professores mostram-se despreparados para trabalhar com essas novas demandas, até por terem sido formados com base nos currículos tradicionais, basicamente compartimentados e distantes de uma produção contextual autônoma e multicultural.

Dáí a importância da luta por políticas públicas educacionais pautadas pelos movimentos sociais, garantindo, assim, circunstâncias de reformulação na formação dos licenciandos, mas também com estudo, reflexão, pesquisa e prática dos licenciados. Resgatando Freire (1970, p.125), afirmamos que: “o trabalho pedagógico não deve se distanciar das problemáticas sociais, e que ação e reflexão se dão simultaneamente no encontro humilde da intercomunicação”. Infelizmente, não é isso que estamos testemunhando nas reformulações curriculares e no recente Plano Nacional de Educação (PNE).

Irônica e paradoxalmente, a tendência ideológica hegemônica na reestruturação da escola e do currículo vai na direção de reforçar os valores, os conteúdos e as formas de produção e reprodução de identidades sociais que reafirmem as características mais regressivas da presente ordem social — justamente aquelas combatidas pelos novos movimentos sociais e pela insurreição de grupos subjugados. A “nova” direita — em muitos casos uma aliança ou combinação de neoliberalismo com neoconservadorismo — coloca a educação e o currículo no centro de suas tentativas de reestruturação da sociedade ao longo de critérios baseados no funcionamento do mercado. A política social e educacional da “nova” direita pode, inclusive, ser lida precisamente como uma espécie de reação às conquistas e aos direitos obtidos pelos movimentos sociais e pelos grupos subjugados (SILVA, 1995, p.185).

Daí a premente necessidade de propostas conjuntas entre os múltiplos coletivos em processo de luta por uma sociedade mais justa, igualitária e diversificada, incluindo a construção de outra lógica escolar, que contribua como mais um espaço para o avanço das possibilidades concretas e das utopias. E, como dizia Chico Science (1994), na música “Da lama ao caos”: “eu me organizando posso desorganizar; que eu desorganizando posso me organizar; que eu desorganizando posso me organizar”.

## **2.1. Os Movimentos Sociais no Brasil: a Relação com a Conjuntura**

Presente nas demandas dos dominados, desde a resistência indígena até os protestos de rua, os movimentos sociais sempre contribuíram para o aumento da participação direta e da consciência da condição de opressão. Então, devem ser compreendidos através da conjuntura histórica e sua dialética. Portanto, os avanços coletivos serão maiores a partir da análise dos mecanismos de opressão em suas diferentes escalas de atuação, e quando ocorrem articulações e assessorias, pois, de acordo com Gohn (2013, p.23), não há organizações populares desarticuladas, nem movimentos sociais isolados e descontextualizados. Sem esse necessário aporte de construção da unidade das coletividades e de uma base conjuntural sólida, as ações, revoltas, manifestações e os motins sempre sucumbirão, sem significativos avanços para a classe trabalhadora. Ao longo da história do povo brasileiro, são inúmeros os casos de revoltas, resistências e lutas populares contra a ordem estabelecida e o modelo econômico gerador de desigualdades. Os movimentos sociais relacionados ao período de ciclos econômicos agrícolas voltados à exportação — séculos XVI a XIX — tiveram a miséria e a escravidão como origem das mobilizações e de focos de resistência.

Sob o influxo desta política antinacional cultivaram-se com métodos vampirescos de destruição dos solos os produtos de exportação, monopolizados por meia dúzia de açambarcadores da riqueza do país, construíram-se estradas de ferro exclusivamente para ligar os centros de produção com os portos de embarque destes produtos e instituiu-se uma política cambial a serviço destas manipulações econômicas. Por trás desta estrutura com aparência de progresso – progresso de fachada – permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome (CASTRO, 1965,p.268).

Daí, como focos de resistência a escravidão, a opressão e ao pauperismo dos trabalhadores, tivemos movimentos como os Quilombos, que se espalharam por toda a região escravocrata, o de Canudos, na Bahia, e o da Cabanagem, no Pará. Além de revoltas, como a dos Malês, na Bahia, também houve greves, como a dos escravos-operários no Rio de Janeiro, e até guerras, como a dos Farrapos, no Rio Grande do Sul.

Mas foi na segunda metade do século XIX, segundo levantamento feito por Gohn (2013,p.41), que a mobilização social mais se aproxima das características de movimentos

sociais urbanos da atualidade, por conta dos inúmeros protestos e atos de desobediência civil, com movimentos contra o fisco e o alistamento militar e por um novo sistema de pesos e medidas.

Tentando se reestruturar diante da depressão capitalista de 1929, que afetou a economia agrícola exportadora, o Brasil passa a substituir as importações dos bens duráveis, através da consolidação do seu próprio parque industrial.

Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital. A precária situação da economia cafeeira, que vivia em regime de destruição de um terço do que produzia com baixo nível de rentabilidade, afugentava desse setor os capitais que nele ainda se formavam (FURTADO, 1979, p.197).

Assim, os movimentos sociais da época tiveram como marca a luta dos operários por melhores condições de trabalho, moradia e renda. Foram então organizados por partidos e movimentos anarcosindicalistas, que desenvolveram atividades planejadas e organizadas a priori, ou seja, através de reuniões, encontros e comitês. Desenvolveram-se uma unidade e a possibilidade de avanços na consciência de classe. A partir daí, foi possível colocar em pauta discussões acerca da cultura popular, da educação do povo, do papel das forças armadas, da criação de uma nova ordem econômica e da igualdade de gêneros, numa espécie de unificação de pautas, em que fosse possível resolver tudo e representar todos.

Dentre a criação de associações, sociedades, grêmios, sindicatos e partidos, e de manifestações, greves, atos e revoltas, o mais significativo do período foi o caráter educativo, enquanto relação social, de tais movimentos. Seja como resistência classista e reivindicatória, como a greve geral de 1917, ou de caráter propositivo, como a criação do partido comunista em 1922, ou ainda, contestando medidas truculentas e arbitrárias, como a coluna Prestes, ocorrida em 1925, todos os movimentos sociais da época construíram alicerces para a participação popular como sujeito histórico.

Seguindo o caminho trilhado por Gonh (2013, p.82) foi a partir dos anos 1930 que as camadas populares adquirem alguns direitos trabalhistas, conquistados por lutas e revoltas das décadas anteriores. Foi um período de reformas oficiais, com o reconhecimento dos sindicatos, a permissão para que as mulheres votassem e que a educação fosse laica e um direito de todos. Entretanto, algumas conquistas foram desarticuladas com o golpe do Estado Novo em 1937, que decretou o fechamento de sindicatos, partidos e organizações,



acomodando as demandas populares com garantias trabalhistas de cunho populista. Expressou também subordinação a um projeto oficial, que cerceava a autonomia dos trabalhadores. As únicas vozes destoantes do período foram Aliança Libertadora Nacional, frente política pela democracia e a revolta do caldeirão, movimento sertanejo que defendia a ocupação de terras para o plantio.

Após a Segunda Guerra Mundial e a redemocratização do país, obtida por movimentos políticos partidários, os anos que sucederam a Constituição de 1946 foram marcados pela expansão de movimentos pela reforma agrária, por reformas de base na educação e pela nacionalização da cultura e do petróleo. Houve nesse período grande participação de setores progressistas da igreja católica, de estudantes e de sindicatos paralelos aos oficiais.

Durante a década de 1960, esses setores construíram propostas através da criação da Ação Popular (AP) e da União Nacional dos Estudantes (UNE). Na área rural, os movimentos sociais de maior abrangência do período foram as ligas camponesas, organizando os trabalhadores rurais na ocupação de terras improdutivas (GONH, 2013, p.100).

Com o golpe militar de 1964 e a instalação da ditadura, todos os movimentos populares foram reprimidos, e centenas de pessoas foram torturadas e mortas. Mesmo com a ditadura militar endurecendo, aumentando a repressão com censuras, extradições, cassações, perseguições, prisões e mortes aos que lutavam pela democracia e por um modelo econômico mais igualitário, houve manifestações e oposição, em que:

A permanência do arbítrio e do alijamento dos setores populares associou amplas camadas sociais, da imprensa à igreja, do movimento estudantil às Associações de Moradores, contribuindo para que as reivindicações que germinavam desde os primeiros anos da década viessem à tona por volta de 1976-77, no quadro da crise de legitimidade por que passava então o regime militar (MENDONÇA E FONTES, 1994, p.70).

Foi nos anos 1970 que diversas entidades promoveram a resistência e construíram um alicerce para a reconstrução dos sindicatos e associações. Tivemos como marco: as guerrilhas urbanas, as Comunidades Eclesiais de Base da igreja católica, o novo sindicalismo do ABC Paulista, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e das Associações de Moradores e Amigos de Bairro (Gonh, 2013, p.114). Foram movimentos que reelaboraram a experiência de luta até então existente no Brasil. Nas palavras de Sader (1988, p.17), foram “movimentos sociais com novos padrões de ação coletiva”, já que ocorreu uma proliferação de ações autônomas, relacionadas a temas variados e conflitos até então adormecidos na esfera política. No entanto, tais posições necessariamente não contribuíram

para transformação social e econômica, talvez até por conta de uma autonomia obsessiva por parte de alguns movimentos e de uma imaturidade política, fruto dos anos de censura impostos pela ditadura.

O fato é que a autonomia presente nos movimentos corroeu algumas características que constituem a noção de sujeito. De um lado a pluralidade dos movimentos, sem a necessária constituição de um centro estruturante, conspira contra a ideia de um sujeito histórico capaz de ordenar a diversidade e atribuir racionalidade aos dados. De outro, a extrema mutabilidade dos movimentos, no sentido de que seus componentes estão constantemente se transferindo de uma forma a outra de manifestação, conspira contra a sedimentação de identidades coletivas (SADER, 1988, p.53).

Entretanto, é inegável o papel de consolidação da democracia, exercida por esses novos personagens da história, assim como a criação de novos centros de organização e decisão, não efetivamente atrelados aos partidos políticos.

Os movimentos sociais constituídos na década de 70, com suas formas de expressão que eles instituíram, passaram a constituir um elemento da vida política do país. Suas promessas, inscritas numa memória coletiva, podem ser reatualizadas. E elas são, mesmo, condição para uma efetiva democracia entre nós (SADER, 1988, p.315).

A conjuntura econômica da década de 1980 foi marcada por aprofundamento do endividamento externo, inflação, aumento da dívida interna e crise internacional do petróleo, fatores que determinaram inúmeros planos elaborados “de cima para baixo” pelas equipes do ministério da fazenda, visando primordialmente a estabilização econômica, os acordos com as agências e bancos internacionais e o combate à inflação. Nos anos 1980, o movimento popular mais significativo foi o das “Diretas Já”, promovido por sindicatos, mas que depois abrangeu não apenas os operários, mas também profissionais liberais, funcionários públicos e bancários, além de novos partidos de oposição. O movimento levou às ruas milhões de trabalhadores insatisfeitos com a ditadura e com a impossibilidade de votar para presidente. Mesmo derrotado no congresso, na votação da emenda que defendia a eleição direta, o movimento contribuiu para decretar o esgotamento do regime militar e a possibilidade de uma nova constituição, enfim promulgada em 1988, com eleição direta para Presidente em 1989.

De fato, o primeiro plano econômico da década de 1990, elaborado pela equipe de um presidente eleito pelo voto direto, concretizou um programa tipicamente neoliberal e privatizante, no qual ocorreu, segundo Mendonça e Fontes (1994, p.86), um deslocamento de bens públicos para o setor privado, terminando por aprofundar a crise econômica e de Estado, na medida em que proporcionou o desmoronamento de setores nacionais, até então produtivos. Dessa maneira, os anos 1990 começaram com milhões de jovens nas ruas protestando contra a corrupção e pelo *impeachment* do presidente recém-eleito.

Consolidada a redemocratização política, numa perspectiva mais de concessão do que de retomada popular dos rumos do país, confirmando o que o personagem José Dolores refletiu no filme *Queimada* (1969), ao afirmar que: “a liberdade se conquista, pois ela não é dada; quando isso acontece, é porque há interesses contrários ao seu”. Assim, os movimentos sociais continuam articulando lutas e posições dentro de um campo de atuação cada vez mais amplo, agregando múltiplas histórias, espaços e experiências. Já os sindicatos, diante de uma crise econômica crescente, da ameaça do desemprego e de uma inflação galopante, passam mais à defesa dos reajustes salariais e ao corporativismo, do que aos projetos alternativos ao capitalismo. De acordo com Neves (2005, p.89), a fragilidade sindical do período revelou a necessidade de reformulação do modelo classista, incorporando novas demandas oriundas das bases, como o direito de cidadania, pela participação no modelo educacional e por melhores condições de vida.

Mais para o final de milênio surgem de maneira mais consistente os grupos e as entidades em defesa da natureza, dos afrodescendentes, das mulheres, dos indígenas e de combate à fome. Muitas organizações não governamentais (ONGs) foram fundadas, visando captar recursos oficiais e institucionalizar movimentos, que dependiam apenas de sua militância. Essas organizações se expandiram seguindo a diversidade de interesses e propostas. Desde então, o resultado vem sendo notado, na falta de unificação das pautas e lutas da sociedade. Assim, uma promoção do associativismo cívico vem sendo consolidada, em que o estado reduz seu poder de atuação nas políticas públicas, transferindo a questão social para a sociedade civil (Motta, 2012, p.154).

O século XXI se inicia com o reconhecimento do fracasso das políticas neoliberais e o consequente aumento das desigualdades sociais e dos problemas ambientais, fato que vem contribuindo para a expansão dos protestos antiglobalização, das ocupações de terras rurais e urbanas, das manifestações identitárias e de atos em defesa da natureza. Assim, os movimentos sociais vêm se diversificando cada vez mais, criando novos mecanismos de mobilização e intervenção, indo das lutas e mobilizações para as redes de movimentos e atores sociais, tendo como suporte a internet e suas páginas sociais.

A sociedade civil organizada do novo milênio tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes inter-organizacionais e de redes de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas públicas privadas e estatais, criando novos espaços de governança com o crescimento da participação cidadã (SCHERER-WARREN, 2006, p.126).

Entretanto, ocorre a dispersão de alguns movimentos sociais em ações locais desarticuladas com o todo, através de um comunitarismo que oculta a luta de classe, exaltando a participação da sociedade civil em programas de solidariedade em fundações despolitizadas, que pretendem resolver demandas sociais e ambientais, com uma mão de obra voluntária e/ou mal paga. Isso faz com que a luta política contra-hegemônica, marca histórica dos movimentos sociais, diminua sua ação. Desse modo, alinha-se a proposta reformista do capital social, que seria a capacidade da população em garantir organização social e cívica, a hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público, consolidando o consenso de democracia participativa e promovendo apenas o equilíbrio social, a responsabilização dos indivíduos e a governança. Para Motta (2012, p.113), tais políticas formariam um indivíduo solidário, mas acomodado em uma sociedade de colaboradores conformados.

Assim, vem sendo utilizada a teoria do capital social, em que o estado reduz seu poder de atuação nas políticas públicas, com exceção do setor de segurança<sup>1</sup>, transferindo a questão social para a sociedade civil. Ainda segundo Motta (2012, P.235): “Trata-se de dividir com a classe trabalhadora, deixada à sua sorte, os riscos da governança de um mundo altamente competitivo e desigual”. Apresenta-se, portanto, uma autonomia vigiada e uma solidariedade vertical, ou a concretização de um casamento de vários séculos de namoro entre as leis de Mercado e um golpe de Estado permanente (FOUCAULT, 2008, p.457), onde as sociedades são mercantilizadas e os espaços públicos militarizados. Adestrando, docilizando, intimidando e/ou executam os pobres, principalmente os negros<sup>2</sup>.

Essa proposta Estatal e empresarial de construção da cidadania através do controle militar e de uma participação voluntária em projetos sociais vem gerando em muitos movimentos uma divisão interna entre os que defendem uma pauta unicamente reivindicativa, os que buscam a construção da consciência coletiva em nome da transformação radical da sociedade e os que buscam parceiros em fundações e institutos oficiais e midiáticos. Daí a necessidade de uma maturidade política do movimento, em que a pedagogia progressista pode contribuir articulando as possibilidades e os caminhos a trilhar, onde didática, temática e intencionalidade crítica caminham junto.

---

1 De acordo com o site [www.brasildamudanca.com.br](http://www.brasildamudanca.com.br) os investimentos em segurança no Brasil passaram de R\$ 3,73 bilhões em 2002 para R\$ 7,95 bilhões em 2014.

<sup>2</sup> Segundo dados de 2012 da anistia internacional, morrem 82 jovens por dia no Brasil, e destes 77% são negros.

A partir de estudos realizados por Castells (1980, p.89), pode-se refletir que não é de hoje que as vitórias reivindicatórias não são suficientes para o desenvolvimento da organização e da consciência dos movimentos sociais, porque depende do processo de luta construído por todos, consolidando uma rede de organização libertária do povo sobre seu território. Inclusive como papel social e cultural mais global que o da reivindicação via partidos e lideranças oficiais. Desta forma, a participação ou não em editais institucionais que muitas vezes promovem a burocratização e o mapeamento das ações locais pelos órgãos governamentais são debates recorrentes nos movimentos sociais da atualidade.

Por isso, Castells (1980, p.89) constatou que a ansiedade de grupos de vanguarda, associados a uma política inflamada sem sustentação popular e muitas vezes sem uma teoria propositiva contribuem para a passividade coletiva. Então a construção de um significado coletivo abrangente, consistente e coerente com a sociedade contemporânea e com os anseios populares é fundamental para a luta contra-hegemônica e para as relações de poder.

Por conta disso, os processos educativos desenvolvidos nos movimentos sociais se consolidam a partir de novas propostas pedagógicas e de comunicação. Daí a necessidade do estabelecimento de uma rede de parceiros concretos, incluindo a escola, onde o que está em jogo é a ocupação dos espaços territoriais, criando, assim, um compartilhamento compromissado em nome de uma sociedade mais justa. A obtenção de novas linguagens para relacionar as pautas coletivas com a mobilização individual se faz presente nos atos e protestos deste novo milênio.

Com o suporte da internet, a indignação individual com a opressão e os desmandos da sociedade capitalista vem se traduzindo em manifestações dentro da própria rede virtual, fazendo com que muitas pessoas percam o receio da ação realizada nas ruas e se mobilizem para ocupá-las, articulando e multiplicando novos grupos e movimentos de variados espectros, como o movimento “vem prá rua”, de cunho liberal nacionalista e o Movimento Passe Livre (MPL), de caráter mais anarquista.

Os movimentos sociais gerados e nutridos no espaço virtual configuram-se uma novidade com relação à comunicação horizontal, autônoma, e numa velocidade de deliberações jamais vista, sensibilizando indivíduos, propagando eventos e fazendo convocações, com base na confiança de conhecidos que apoiam a causa. Para Castells (2013, p.23): “Quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a

probabilidade de formação de um processo de ação coletiva enraizado na indignação, propellido pelo entusiasmo e motivado pela esperança”.

Então, a educação também se faz presente nos movimentos sociais articulados pela internet, agindo de uma maneira não formal, possibilitando a construção de conhecimento norteado pelas demandas populares, tanto de grupos conservadores como progressistas, expressas em veículos de comunicação livre do controle dos editoriais da grande mídia.

Seja com base na proposta de organização vertical ou horizontal e com avanços e retrocessos, o fato é que os movimentos sociais vêm historicamente lutando contra as variadas formas de opressão. Com lutas propositivas e de massa, através de frentes populares unificadas ou em redes descentralizadas e libertárias, que identificam os reais opositores, conscientizando de que as submissões não são naturais e principalmente reconhecendo a complexidade do social.

Para Laclau e Moufre (2015, p.237), os interesses contrários só aparecem quando há discursos antagônicos, pois a subordinação enquanto elemento isolado e sem reflexão não conduz à indignação e a resistências efetivas. Dessa forma, a educação conscientizadora movida por ações políticas contribui para consolidação e avanços de reivindicações conflitivas, que efetivamente melhorem as condições de vida do povo, e possibilitem alternativas, frente ao excludente modelo econômico do capitalismo.

## **2.2. Construindo Caminhos Através das Redes**

O caráter propositivo e multicultural dos movimentos sociais ao defenderem perspectivas de lutas contemporâneas além da dimensão do trabalho é aliado da educação progressista e libertária. O imponderável, incerto e complexo mundo contemporâneo colocam a política tradicional numa impossibilidade de comunicação com os jovens, limitando os horizontes com escolhas deterministas baseadas na manutenção ou transformação da ordem econômica, maniqueisticamente imposta como únicas opções de sociedade.

Os movimentos sociais desenvolvem uma pedagogia política dinâmica, considerando os desafios das intervenções como algo inacabado, em que a capacidade de cada um passa a ser construída de acordo com as demandas e necessidades do grupo. Os erros e acertos são

processo constante de aprendizagem. Os movimentos sociais educam nas práticas construídas com esse objetivo, mas também manifestam o ato educativo de maneira subjetiva, com o simples desenrolar das atividades propostas.

Essa dinâmica alternativa parte de proposições para o presente, foi chamada por Santos, Boaventura (2002, p.239) de “razão cosmopolita”, pois a expansão do presente valoriza e reconhece as experiências possíveis e disponíveis, que se desenvolvem nas lutas sociais da atualidade.

Na luta pela mudança, pela alternativa, por um mundo mais justo e humano, os movimentos sociais contemporâneos e os novos sujeitos políticos conjugam uma cultura contra-hegemônica global, fazendo com que seus militantes busquem atitudes e ações cotidianas norteadas pela vontade coletiva, contribuindo para a necessária ruptura com o sistema, mas também contra as inúmeras e sutis formas de opressão individual e específicas. Entretanto, diante das demandas improrrogáveis, é quase que inevitável a institucionalização das conquistas dos movimentos sociais. O dilema ocorre quando se burocratiza o movimento e perde-se a capacidade crítica e criativa, fazendo com que muitos movimentos sociais entrem em deiscência e percam a autonomia.

Por conta disso, os processos educativos desenvolvidos pelos movimentos sociais nos territórios se consolidam a partir de propostas pedagógicas, de comunicação e de práticas de apropriação de significados, buscando o crescimento da cultura coletiva, da possibilidade de novos integrantes, de atos dinâmicos e principalmente como formulador de uma nova realidade. Para Castells (1980, p.93), essa cultura coletiva e essa consciência não surgem somente da luta reivindicativa, mas do caráter social, cultural e pedagógico assumido pelos movimentos.

Por isso, se faz necessária a prática da troca de experiências e de reflexões na tentativa de garantir clareza de objetivos e de unificação do coletivo, ou seja, o discurso e ação integrados e dinâmicos, visando auxiliar nos caminhos tortuosos da luta diária pela sobrevivência e pela gestão política do movimento, enquanto referência na territorialização do espaço.

Encontramos, assim, diversos posicionamentos relacionados aos mesmos temas e problemas de um território, mostrando divergências sadias dentro do movimento. Pois bem, como a disputa pelo modelo de organização do território é marcada pela luta de classes, cabe

aos movimentos sociais comprometidos com o povo, juntamente com seus parceiros organizados em rede, inclusive a escola formal, estabelecer mecanismos de participação e comunicação que possam revelar para todos as artimanhas, as ciladas e os mecanismos de cooptação das políticas sociais da sociedade capitalista. Dessa forma, estaremos garantindo o avanço a partir da pluralidade de ideias e de estratégias, comum ao desdobramento das ações populares. Comungando com as pesquisas de Castells (1980, p.121) podemos afirmar que: quando os integrantes de um movimento social participam ativamente da luta e das ações concretas, em iniciativas suficientemente claras, isso mostra que as divisões internas, as possibilidades de cooptação e o sectarismo político não podem destruir o movimento. Daí a necessidade da não neutralidade política das atitudes dos atores envolvidos com os movimentos sociais, sem egocentrismo e prioridades demandadas por uma instituição que deseja se autopromover à custa de ações construídas por todos. Na urgência de pautas unificadas, temos visto algumas tentativas de agendas em comum entre a diversidade de movimentos culturais com seus problemas do cotidiano e a tradicional luta de classes, entretanto, a imaturidade política, a carência de uma visão sistêmica, a fixação pela busca da autonomia em seus moldes liberais e a burocratização mercantil fazem com que o individualismo aflore, e cada movimento acaba buscando visibilidade que garanta “politicagem”, privilégios, convênios e patrocínios. Dessa forma, são desconstruídas algumas certezas inocentes e ciladas do sistema de que o problema será resolvido pela mobilização isolada de um determinado movimento e pela solidariedade vertical.

Nesse sentido, o processo pedagógico desenvolvido nos movimentos sociais, que congrega tanto os militantes diretos como as instituições e pessoas que compõem sua rede de apoio, deve ser baseado na coletividade contra-hegemônica, buscando sempre uma política propositiva com táticas de enfrentamento bem definidas e compreendidas por todos. É importante desenvolver uma consciência do modelo de proposta para o território em questão, em que a análise de conjuntura possa dar esperança, com base na luta do passado e nas possibilidades do presente. Desse modo se promove a coletividade prática da não conformação, com alicerces fundados no saber popular através do desenvolvimento de valores e significados orgânicos.

Os movimentos sociais têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como têm agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade. Revelam à teoria e ao fazer pedagógicos a centralidade que têm as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. Nos relembram quão determinantes são as condições de sobrevivência ao nos constituir seres



humanos. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana (ARROYO, 2011, p.246).

Em meio à heterogeneidade das demandas, o sentido da luta passa a ser determinado pela relação com os outros, numa articulação e comunhão que dê sentido a uma prática que une o discurso crítico e a mobilização às técnicas e à solidariedade popular. Com isso, os movimentos sociais contemporâneos propõem uma globalização alternativa, na qual as pessoas possam construir suas vidas de maneira autônoma e culturalmente diversificada, tendo o território como centro de reflexão e atuação, ou seja, o cotidiano como realidade histórica, onde nada deve parecer impossível de mudar (BRETHHT, 2000).

Diante do que é o mundo atual, como disponibilidade e como possibilidade, acreditamos que as condições materiais já estão dadas para que se imponha a desejada grande mutação, mas seu destino vai depender de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pela política (SANTOS, 2000,p.173,174).

Articulados em rede, com múltiplos interesses e às vezes sem espaços fixos de encontros e reuniões, muitos movimentos sociais contemporâneos desenvolvem um processo político onde os inúmeros pontos de apoio se articulam com base na diversidade de instituições e atores. Assim, mesmo que as condições da estrutura global, apresentadas no capítulo 1, sejam definidoras de padrões e comportamentos, estas só se reproduzem quando afeta o modo de vida. Diante disso, quando algumas pessoas do mesmo grupo social, família, coletivo, partido, movimento, trabalho ou pesquisa, subvertem esta ordem, instituindo outro cotidiano, teremos então outros modelos, potencialidades e possibilidades que diante da diversidade de escalas e da complexidade das relações de poder desenvolvidas no território, podem ou não se desdobrarem em experiências efetivas de transformação social.

### 3 A TERRITORIALIDADE E A REGIÃO DAS VARGENS

*“Estamos reunidos Guarani-Kaiowá aqui no tekoha yuy katu para resistir à ordem de despejo, a nossa decisão é lutar até a morte pela nossa terra, nem depois de nossa morte vamos sair daqui”.*

Trecho da carta dos Guarani-Kaiowá, enviada ao ministério da justiça, antecedendo o ritual de preparação para a morte. Mato Grosso do Sul, 12/12/2013

Os conflitos de interesses por espaços concretos e subjetivos são organizados no campo das ideias e principalmente no território. Isso faz com que o ordenamento e o desordenamento se configurem com base em relações de poder, em que o espaço em conjugação com o tempo se impõe como tradução dos modos de produção, da expressão cultural e da gestão do território, proporcionando uma interação de objetos e ações, através de uma multiplicidade de ritmos.

Consolidam-se hoje, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, intervenções marcadas pela expansão urbana capitalista, que ordena o espaço com base na política liberal, especulação e na padronização urbanística. Têm como princípio a utilização do espaço como mercadoria e a gananciosa busca de menos custos por metro quadrado, predominando a territorialidade<sup>3</sup> capitalista do individualismo, do consumismo e da condição de classe. Dessa forma, a partir da lógica mercantil, definem quem pode se apropriar dos inúmeros territórios existentes na região e quem será excluído. Isso dificulta outros usos, ritmos e significados para o espaço urbano, através de relações do poder simbólico (BOURDIEU, 1989), e sua sutil estrutura de dominação consentida, mesmo com o discurso de desenvolvimento local e de participação em conselhos multi setoriais aparecendo no planejamento estratégico da cidade do Rio de Janeiro (PECRJ)<sup>4</sup>, busca-se permanentemente se construir uma territorialidade hegemônica e consensual, na tentativa de unificação da diversidade e das temporalidades dos vários territórios.

Nos contrapontos das organizações populares, os desafios são no sentido de reverter essa ordem, mantendo a unidade da luta contra hegemônica na mesma intensidade da que procura preservar identidades. Dessa forma, elaboram-se alternativas oriundas da dinâmica social e territorial, em que a mobilidade das ações coletivas predomina nas contestações,

---

<sup>3</sup> Para SACK (1986), territorialidade seria a tentativa de controle do território por parte de pessoas ou grupos, através de influências, significados e relações de poder.

<sup>4</sup> Homologado pelo Conselho da Cidade em 11 de setembro de 1995, tendo como Secretário de Urbanismo o Sr. Luís Paulo Conde, o plano se mostra liberal, empresarial e antidemocrático.

construções e proposições de resistência, construindo caminhos distintos do imposto pelo capital. Assim, a esperança não surge da imobilidade e da espera, mas da movimentação do instituinte como princípio da vitória local, sempre em consonância com as articulações desenvolvidas em rede.

### 3.1. O Território

O território como base material e simbólica da sociedade (CASTRO, 2010, p.41) estabelece a convivência dinâmica entre grupos de interesse através da política —praticada, desenvolvida e promovida pelos atores sociais —de maneira intrincada, mas também deslocada do Estado. Entretanto, a política Estatal para o espaço geográfico afeta toda a sociedade e os inúmeros territórios existentes, produzindo uma territorialidade delimitada pelas fronteiras nacionais. Enquanto a organizada por grupos e empresas atinge áreas não definidas por fronteiras rígidas, fazendo com que não se perceba com muita clareza até onde vai a dominação concreta e a apropriação simbólica. Dessa forma, as duas propostas se sobrepõem e a que estiver mais estruturada e articulada se torna predominante nos múltiplos territórios existentes. Em um ritmo dinâmico e contínuo, os grupos sociais, empresariais e governamentais se mobilizam, visando promover suas territorialidades.

A partir daí, são incrementadas constantes manifestações de poder em variadas esferas de ação. De acordo com Castro (2010, p.50), esta dinâmica materializada em territórios políticos constitui a base da geopolítica, em que os atores e interesses são diferenciados no tempo e no espaço. Assim, todos visam territorializar o espaço geográfico de acordo com interesses diversos, já que, segundo Raffestin (1993, p.2), o território é uma produção construída por ações que se desdobram através das relações de poder — bem mais complexa que a divisão de classes. Desse modo, os personagens e grupos existentes no espaço, mesmo quando possuem objetivos afins, vão elaborar representações, afirmações, encenações e apropriações distintas acerca do território. Ou seja, não há um mundo sem barreiras, fronteiras, obstáculos, territórios e tempos próprios, mesmo quando o Estado, o Capital e a sociedade civil convergem em pautas mercadológicas.

A realização da multiterritorialidade contemporânea envolve como condições básicas a presença de uma grande multiplicidade de territórios e sua articulação na forma de territórios-rede. Estes são, por definição, sempre, territórios múltiplos, na medida em que podem conjugar territórios-zona (manifestados numa escala espacialmente mais restrita) através de redes de conexão (numa escala mais ampla). A partir daí se desenham também diferenciações dentro da própria dinâmica de multiterritorialização, (HAESBAERT, 2004, p.15).

Parte-se então a considerar que o território se estrutura a partir de relações de poder, e que não é possível analisar os mecanismos de poder existentes em um determinado espaço geográfico, fora das referências de um contexto histórico e também de escalas, na medida em que o poder não se estabelece sempre na mesma proporção, direção, coerção e intensidade. A dinâmica do poder, então, se fortalece e dita os arranjos territoriais, na esfera econômica,

social e política, tanto em organismos globais como em ações locais. Isso gera uma delimitação da ação e do poder dos grupos, através de uma ordem de possibilidades. Para Raffestin a escala da tessitura, ou seja, a composição da malha ou rede de poder, determina a escala dos poderes. E há poderes que podem interceder em todos os territórios e os que estão limitados a uma escala reduzida. Assim, “a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes” (Raffestin, 1993, p.10).

Tal composição não é eterna e sólida, e sofre rearrumações, na maioria das vezes, controlada pela estrutura dominante, com a consequente desterritorialização popular através de uma dominação unilateral por parte das leis do mercado. Contudo, são ações de territorialidade contra hegemônicas, por parte de alguns setores e camadas da sociedade civil e até do Estado, que procuram redefinir estratégias de função e ações diante da tentativa de desterritorialização desencadeadas pelas empresas transnacionais e sua política neoliberal.

Dessa forma, é imprescindível direcionar a análise territorial a uma escala política, em que as disputas são travadas no cotidiano. Por conta disso, os conflitos encontrados são explicativos de uma sociedade dinâmica e de um território complexo, flexível e multicultural. Nesse sentido, o Estado, os movimentos sociais e as empresas ora convergem ora divergem, nas diferentes escalas desta rede territorial.

Assim, a territorialidade se manifesta no espaço geográfico através da disputa entre o Estado, com sua normatização jurídica; o poder do capital e sua lógica de mercado e a dinâmica das disputas da sociedade enquanto propostas alternativas. Dessa forma, o território, entendido como em constante processo de interação, será o espaço de enfrentamento entre as propostas do Estado, do Capital e da sociedade civil organizada, sendo então delimitado, construído e desconstruído por relações de poder ao longo da história.

O Estado, até por conta de sua origem, apropria-se do território de maneira a centralizar grande parte de sua força no controle, proteção e durabilidade. E fundamenta seu domínio no nacionalismo e na expansão territorial de sua legislação. Estruturado como centralizador de políticas públicas no plano institucional, participa da execução de tarefas, ditas de interesse geral. Mas, na prática, segundo Castro (2010, p.128), estas consolidam uma complexa rede de interações de interesses políticos de grupos que se materializam no território, as quais Raffestin (1993) apresenta como relações mais estáveis que a dinâmica econômica. Para o autor, a rede política se conduz, difunde, transfere e propaga com mais facilidade que a rede econômica, na medida em que é a “expressão de um estado de direito de

soberanias, mais do que de ações contínuas, como no domínio econômico” (Ibidem, p.11). Com isso, as redes políticas não se extinguem tão facilmente como as redes econômicas.

Cabe ressaltar que rede, para Raffestin (1993, p.12), é uma trama capaz de assegurar funções, influenciar, controlar, permitir se distanciar ou aproximar, ou seja, um sistema de linhas interligadas por pontos. Seria, de uma maneira geral, a capacidade de garantir a comunicação entre os que não se opõem através dos pontos de poder, podendo atuar no controle, na gerência e no manejo do território de uma maneira imaterial ou tangível. A organização do território em redes possibilita tanto a busca da sistematização subjetiva da hegemonia ideológica como a concretização explícita no espaço geográfico da proposição societária, isto é, atribuindo significados a territorialidade.

No caso da Região das Vargens, o arranjo territorial do século XXI — principalmente após a duplicação da Avenida das Américas e da Estrada dos Bandeirantes e a aprovação do Plano de Estrutura Urbana da Vargens (PEU-Vargens) de 2009 — passou a ser nitidamente orquestrado pelas construtoras e imobiliárias, que passaram a adquirir terras para estoque, visando a construção de condomínios e *shoppings*, na maioria horizontais, pois o preço da terra é relativamente menor do que nas áreas centrais. Assim, mesmo a territorialização não sendo um processo unicamente econômico, é essa ordenação do solo como mercadoria que vem ditando os fluxos e as conexões de uma estrutura social desenraizada com a região, desenvolvendo frações homogêneas num espaço ainda identificado por diferenciações.



Figura 1: Alargamento da Estrada dos Bandeirantes

Autor: Acervo Pessoal (2012)

Essas particularidades são, até certo ponto, mantidas como estratégia da globalização, servindo como alternativas de mercado, reordenando, portanto, a região com base em uma lógica de vida marcada pelos ideais e interesses da classe que representam. Além disso, o referencial ambiental da floresta do Maciço da Pedra Branca e da praia do Recreio, próxima à região, além do caráter interiorano da região, são utilizados como diferencial a ser explorado

pelo mercado. Valorizam o contexto semi rural e a pluralidade da cultura local, ao mesmo tempo em que expandem a cultura mercantil, na medida em que se desenvolvem centros comerciais e de serviços e se dissemina a cultura urbana, alterando o funcionamento cotidiano.



Figura 2: Estrada dos Bandeirantes, próximo ao número 30.000

Fonte: Taiguara Moraes (2015)



Figura 3: Estrada dos Bandeirantes, próximo ao número 10.500

Fonte: Taiguara Moraes (2015)

Dessa forma, a política Estatal, quando atrelada à política territorial capitalista, no sentido de consolidação no espaço geográfico da lógica do lucro, da mais valia e como expressão e meio de controle social, vai fazer com que os interesses do mercado prevaleçam na disputa por espaços abstratos e por pontos de poder. Nesse mesmo sentido podemos incluir a escola pública e sua atual política de gerenciamento em moldes empresariais; além dos modelos fundiários, arquitetônicos e de mobilidade atrelados ao Capital. Segundo Santos (2012), vivemos hoje com um mercado segmentado, mas único e diferenciado, ou seja, um mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras, que

comandam o território com apoio do Estado. Para o autor, “mercado e espaço, mercado e território são sinônimos. Um não se entende sem o outro” (Ibidem, p.131).



Figura 4: Estrada dos Bandeirantes, próximo ao número 20.000

Fonte: Taiguara Moraes (2015)

Dessa forma, até as políticas sociais e ecológicas da região são transferidas para a iniciativa privada, em que fundações e institutos são chamados a resolverem problemas. Por exemplo, na área da saúde, o sistema de Organização Social da saúde (OS) foi recentemente implantado no posto de saúde de Vargem Grande. Já na Educação, há projetos e materiais didáticos<sup>5</sup> adotados nas escolas públicas em parcerias<sup>5</sup> com empresas nacionais e também transnacionais, política oficializada pelo (PNE) de 2014, que estabeleceu que verba pública é aquela utilizada nas instituições públicas, o que permite que recurso público seja destinado para as corporações privadas em parcerias público-privada.

Na área Ambiental, não esta sendo diferente, vemos os acordos do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) com a iniciativa privada para o manejo e o controle do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB). Assim, como atuam em favorecimento próprio e sem considerações humanísticas e ambientais, essas organizações irão expandir seus poderes com base no lucro, na terceirização e conseqüentemente na precarização do trabalhador e no descompromisso com a autonomia do servidor e a soberania dos moradores. Portanto, são ações de uma política marcada pela expansão das empresas privadas no espaço público. Principalmente, no que se refere à especialização da produção e às novas possibilidades de expansão do capital, fazendo com que se estruture uma territorialidade marcada pela política das empresas em consonância com a política estatal. Instituinto a cidade empresa como conseqüência da cidade como mercadoria.

---

<sup>5</sup> A lista completa dos atuais parceiros da Rede Pública de Educação do Rio de Janeiro encontra-se no anexo III.



A analogia cidade-empresa não se esgota numa proposta simplesmente administrativa ou, como muitas vezes pretendem apresentar seus defensores, meramente gerencial ou operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico... e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, como a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados(VAINER, 2013,p.89).

Desse modo se direciona pela lógica do mercado, a formação profissional e o que se deve produzir, onde produzir e principalmente o quanto produzir. Esse é um processo educacional e produtivo sem desvios, que ocorre em áreas cada vez mais específicas e supervisionadas por um sistema de gestão economicista e tecnocrático, baseado em planos de metas produtivistas, estabelecidas de maneira vertical, submetendo vários territórios distintos a uma produtividade dependente, insegura, vulnerável e marcada pelo endividamento e pela concorrência.

Isso ocorre tanto no nível Estatal, por conta das dívidas públicas e de empréstimos internacionais, como no nível populacional, pois as pessoas são convocadas a participarem da ciranda financeira, por conta de uma incorporação mais ampla de capital constante ao território. Pode-se falar numa “creditização do território” Santos (2012, p.124), ou seja, impõe-se o crédito e a busca pela modernização tecnológica, tanto na produção, como no consumo, numa tentativa de manutenção da margem de lucro, com a criação de novas demandas, inclusive educacionais, vide o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Dessa forma, o território vem sendo, cada vez mais, definido, controlado, organizado e remodelado por intermédio da ciência e do “novo”, fazendo com que o espaço geográfico se territorialize como “meio técnico científico”.

“Isso traz, em consequência, mudanças importantes, de um lado, na composição técnica do território e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica. Tudo isso faz com que o território contenha cada dia que passa, mais e mais ciência, mais e mais tecnologia, mais e mais informação. Isso se dá de forma paralela à cientificização do trabalho” (SANTOS,2012,p.121).

Diante dessa especialização crescente do território, o lugar e a educação se tornam necessariamente mercantis e funcionais, a exclusão social passa a ser regra, e o desemprego estrutural vigora como natural e por isso inevitável. Desse modo se banaliza a pobreza e suas mazelas, e escamoteia-se, na verdade, o papel das empresas transnacionais, dos fundos de investimento e dos órgãos internacionais nesse processo, precarizando o trabalhador.

Dessa forma, o capitalismo vem atuando como um projeto inevitável, mesmo diante da atual crise. Esta se torna constante e determina o período contemporâneo. Proporciona, através da mundialização do excedente de capital, uma solidariedade mercantil diante das crises nacionais, em que o que importa é a manutenção da ordem produtiva baseada na mais valia, na criação de “bolhas” ou de novos nichos de mercado, para a continuidade das gananciosas margens lucrativas. “A administração da solidariedade, seja como colaboração entre os países e firmas ou como nova forma de dependência, é um dado fundamental no entendimento do que se passa. Sobretudo nas regiões periféricas” (SANTOS, 2012, p.120).

Promove-se uma desconsideração com o modo de vida marcado pelo tempo e espaço indissociável, taxando de ultrapassado o chamado tempo social e natural aquele construído através de laços com o passado e com o ritmo da natureza. Ou seja, a expansão incondicional do capital busca expandir os excedentes e os bens de consumo em todos os recantos do planeta ditada principalmente pelas metrópoles mundiais, que se tornam onipresentes. Procuram-se então, desesperadamente, novos espaços de incorporação do capital. Nesse sentido, é que se apresenta a região das Vargens.

A simultaneidade entre os lugares não é mais apenas a do tempo físico, tempo de relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo das metrópoles, que transmitem a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas. Em cada outro ponto, nodal ou não, da rede urbana ou do espaço, temos tempos subalternos e diferenciados, marcados por dominâncias específicas (SANTOS, 2012, p.132).



Figura 5: Construção da Via Transolímpica (Curicica)

Autor: Acervo Pessoal (2015)

Como a territorialidade hegemônica vem sendo articulada em redes, seus pontos de apoio trabalham de maneira vertical em diferentes territórios, tanto na produção econômica, como na democracia de mercado. Temos possibilidades e alternativas que vão ocorrer no

espaçamento existente entre as “linhas da rede” do grande capital, também conhecido como “espaço banal”.

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns (SANTOS,2012,p.139).

O “espaço banal” demonstra a complexidade da realidade social e cultural do mundo contemporâneo. Ou seja, a transformação do espaço ou o seu fortalecimento enquanto resistência horizontal garante a consolidação de um território de todos, onde o trabalho, o social e a cultura caminham em espaços contínuos. Isso possibilita a consciência coletiva acerca do território de identificação e pertencimento. O conflito é iminente na construção de uma sociedade mais justa, em que a disputa política pelo território demonstra uma das vertentes da luta de classes. Mas também a luta por um ambiente alternativo, por um cotidiano em benefício do povo e por uma sociedade que respeite as diferenças e o equilíbrio ambiental.

Essa dinâmica se reflete nas propostas apresentadas pelos movimentos sociais e por ações solitárias, mas impregnadas de significado, através do uso do território de maneira autônoma. Tudo isso faz com que a ocupação do espaço adquira um caráter de contraproposta hegemônica. Quando alguns moradores de Vargem Grande continuam plantando em seus quintais, produzindo alimentos orgânicos para o consumo próprio e para a troca com os vizinhos, mantendo determinados símbolos e sinais, deixam claro que não pretendem se submeter à regulação do mercado e sua especulação imobiliária. Ou quando comunidades carentes da região do PEU-Vargens se organizam, resistindo à remoção e à consequente perda da identificação territorial, buscam consolidar um comportamento de controle sobre o espaço onde nasceram, construíram suas casas e são reconhecidos. E quando antigos moradores do Maciço da Pedra Branca exigem respeito e legitimidade junto aos órgãos ambientais, com relação à cultura quilombola e suas lavouras, procuram a garantia de direitos seculares para moradia e uso da terra, em um território delimitado apenas há quatro décadas como parque ambiental.

Ou seja, quando os movimentos sociais e as pessoas comuns incorporam, em suas práticas cotidianas, alternativas de moradia, resistência cultural, produção, consumo e convivência, essa disputa passa a ter um cunho sócio territorial, tendo a identidade, o pertencimento e a memória como pilares de um território marcado pelo uso do solo. Como apontou Santos (2011, p.58), os espaços convertidos em território se apresentam como imprescindíveis para um movimento social transformador, pois permite uma socialização

educadora através da consolidação de novos valores, propostas políticas, econômicas e sociais.

Dessa forma, o processo de construção da consciência coletiva dos militantes, atores, companheiros, camaradas, parceiros, enfim, dos sujeitos que atuam na região das Vargens em parceria com o Colégio Teófilo ocorre de uma maneira umbilical com o território delimitado por uma área de circulação e pertencimento em que vive, trabalha e sonha, possibilitando mobilizações emocionais e sociais que garantem de certa forma ações transformadoras e controles territoriais contra-hegemônicos. Entretanto, sempre efêmeros, incertos, inseguros e em processo, na luta contra a fúria repressiva do capital e seus braços armados pelo Estado e pelas milícias. Por isso, os movimentos sociais não devem manter a inocente formação social e econômica alternativa como objetivo final, ignorando o controle histórico dos processos políticos existentes no Estado e nas demais esferas de poder.

Assim, os diversos lugares de atuação garantem uma continuidade de espaços de socialização em diversas escalas de representatividade, possibilitando a viabilidade das alternativas propostas com base na articulação, também em redes globais afins, do território construído. Articulação esta que vê potencialidades no uso da comunicação em rede, da educação e da ciência, pois sabemos que algumas forças institucionais e técnicas podem servir à fragmentação e à dominação capitalista, mas em outro contexto servir ao povo. Sabemos também que as relações de poder vão desde a exploração do trabalho e o controle estatal até as questões relacionadas a racismo, escolarismo, machismo, consumismo, eurocentrismo, enfim, grilhões que perpassam pela cultura e ideologia dominante.

Então, a territorialidade está sujeita à dinâmica de construções e desconstruções, na qual a conformação e a confrontação são ininterruptas, assim como a inclusão e a exclusão fazem parte de uma relação de similaridade identitária, que, levada ao extremo, pode se desdobrar em conflitos sociais e políticos incontrolados. Como é uma obra inacabada, sua construção espacial e simbólica se desdobrará em consonância com o tempo, sofrendo alterações contextuais de controle físico e subjetivo nas diferentes escalas. Portanto, não existe desterritorialização, nem com a globalização e a compressão do ciberespaço, nem com a tentativa de enfraquecimento do Estado por conta das transnacionais, tampouco por conta do hibridismo cultural. Sempre haverá espaços de referência, de alternativas e tensões territoriais, onde o povo se articula na tensão entre conformação e contestação.

Considerando a dinâmica territorial brasileira, podemos considerar alguns pontos essenciais de referência no contexto do século XXI. O Brasil está atrelado a uma economia

mundo e a uma divisão territorial do trabalho que se desdobra em acordos e desacordos entre a política Estatal e a política de globalização das empresas transnacionais. Como cenário dessa conjuntura, temos a expansão do “meio técnico-científico informacional” (Santos, 2001, p.93).

Dito isso, uma série de estruturas vai sendo construída, visando sustentar as variáveis elementares da demanda atual. Estruturas que passam principalmente pelos setores de transporte, educação, comunicação, energia e agrotecnologia. Mas também por leis, decretos e regulamentos, priorizando funções que determinam a dinâmica populacional, as políticas públicas e a especulação financeira da produção do urbano como fonte de lucro.

Então, o território como história do poder de uso do espaço inclui apropriações simbólicas e materiais que se desdobram no campo econômico, político, social, ambiental e cultural, em diferentes escalas de tempo e demarcações.

É nesse sentido que analisamos a região das Vargens, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, como pertencente a uma dinâmica que vem atribuindo novos usos ao território. Temos como princípio público e privado: a expansão especulativa e a incorporação por parte da população e do espaço ao processo de metropolização<sup>6</sup>. Isso faz com que a região apresente uma série de circunstâncias e infraestruturas para o lucro das construtoras, empreiteiras e imobiliárias, assim como para o controle da demanda popular.

Que o espaço é homogêneo, não há nenhuma dúvida, uma vez que salta à vista a mesmice paisagística. E com a metropolização houve um acirramento da mesmice também é indiscutível. Importante é chamar a atenção para a ideia de fragmentação, para a ideia de fragmentação do espaço. Com a metropolização essa fragmentação se intensifica tornando claro que é na fragmentação que reside a percepção de que o espaço parece se constituir de mosaicos justapostos e, ao mesmo tempo disjuntos, conformando territórios socialmente segregados. Esses territórios revelam com nitidez as diversas temporalidades: a dos condomínios privados, a das favelas, a das pequenas cidades, a dos centros de negócios, por exemplo. (...) A metropolização também se traduz numa redefinição na hierarquia dos lugares. As transformações que incidem sobre a hierarquia herdada, as que se impõem sobre ela, a modifica. Redefine-se, assim, a hierarquia entre os lugares e, conseqüentemente, se reconstrói a rede urbana (LENCIONI, 2013, p.30).

Dessa forma, o espaço urbano se traduz em propostas de investimento, em que o poder público reage tardiamente. Ou seja, no máximo acompanha o direcionamento ditado pelo mercado<sup>7</sup> e pela conjuntura histórica da globalização. Desse modo, os fundos de

<sup>6</sup> Baseado em Henri Lefebvre (1980), Sandra Lencioni (2013) considera que o processo de metropolização acentua a homogeneização do espaço, intensifica sua fragmentação e altera a hierarquia entre os lugares.

<sup>7</sup> Percebido pela análise do PECRJ/1995 e do PEU- Vargens/2009.

investimentos internacionais concentrados na área da construção civil passam a construir monopólios, nos quais as operações do mercado financeiro controlam os planos de estrutura urbana. Na região do PEU das Vargens não está sendo diferente. Gerenciado pela política da ganância e da lógica da acumulação, a região intensifica uma metamorfose que rearticula áreas estabilizadas — tendo o lazer: Rock in Rio; o esporte: olimpíadas; e a natureza: praias e florestas — como forma e pretexto para ocultar o caráter exploratório do capital.

Entretanto, há controvérsias. E não devemos desconsiderar o papel das forças horizontais e locais como elementos de resistência ao mercado e sua verticalidade excludente, ao passo que: “o lugar é a oportunidade do evento. (...) A possibilidade, no lugar, de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos”. (Santos, 2012, p.163).

Assim, as contradições existentes na Região das Vargens passam pelo uso e apropriação do território, identificado entre a proposta equivocada da Prefeitura, em permitir o intensivo adensamento populacional na região, as obras dos megaeventos, estruturadas pelo modelo de parcerias público-privada (PPP) iniciadas em 2012, a proposta do plano Lúcio Costa<sup>8</sup>, que a partir de 1969 estabelece novos padrões de moradia para a baixada de Jacarepaguá, em que aparecem os grandes condomínios, principalmente na Barra da Tijuca, e a realidade popular, dos que buscam direitos e que pretendem construir uma alternativa mais humana. Tal dinâmica fluida e inconstante estabelece prioridades, identidades, relações e ações norteadas pelas disputas de poder pelo espaço.

### **3.2. A Região das Vargens**

Localizada entre o mar do Recreio dos Bandeirantes e o maciço da Pedra Branca, a região das Vargens sofre alterações na sua tradicional função agrícola, gerando uma verdadeira crise de identidade na região: com a instabilidade econômica dos agricultores e a insegurança nas comunidades carentes, diante das remoções iniciadas em 2004 e estendidas até hoje.

Com base numa expansão urbana atrelada ao capital, modelo que se desenvolve há décadas na cidade do Rio de Janeiro, agentes imobiliários constroem para revenda, objetivando, assim, a maximização do lucro em um tempo relativamente rápido. Portanto, a

---

<sup>8</sup> É importante destacar que, no plano Lúcio Costa, as Vargens figuram como região de uso agrícola.

territorialização proposta para a região mostra a nítida intenção de ocupar o espaço físico através da corporificação do mercado especulativo. Nesse modelo, o poder público e a iniciativa privada— vide as obras do parque olímpico do Camorim— bancam a infraestrutura necessária para a expansão do lucro das construtoras, através de uma terceirização, muitas vezes atrelada a parcerias nebulosas. Isso reforça a concentração de riqueza e a ideia de que o espaço urbano é um negócio em que poucos ganham, manipulando verbas públicas em benefício do privado.

Temos, então, de concreto e aço: ampliação da Avenida das Américas, com pista para o BRT; abertura do túnel da grota funda; construção de shoppings de médio e grande porte, apartamentos e condomínios sem quintal, a duplicação da Estrada dos Bandeirantes, a remoção das comunidades<sup>9</sup> a construção do parque olímpico, da “Ilha Pura” e de um novo bairro, denominado Pontal Oceânico. Todas as obras descritas foram e estão sendo realizadas por consórcios de grandes construtoras, tendo como suporte o capital financeiro dos bancos transnacionais. Obras que vêm modificando a paisagem, sem grandes melhorias para a população local.



Figura 6: Estrada Vereador Alceu de Carvalho (Estr. do Rio Morto)

Fonte: Rogégio Cardemam (2013)

Já os pobres da região, além de sofrerem com uma maior regulação em todos os níveis, — ou seja, desde a difícil e cara mobilidade até as restrições ao uso do espaço, cercado por condomínios, parques privados e shoppings, numa tentativa de subjeção, através de barreiras visíveis e invisíveis marcadas pela mercantilização e pela divisão de classes —

<sup>9</sup> As comunidades da região do PEU Vargens que foram integralmente removidas sem negociação, a partir de 2010, foram: Vila Harmonia e Vila Recreio II. A que saiu após negociações entre os moradores, o governo e os movimentos sociais foi a FUNCEF. Removidas parcialmente até o presente ano foram: Canal do Cortado, Restinga e Vila Autódromo.

sobrevivem, com a carência no abastecimento de água, com a energia elétrica de baixa intensidade, enchentes, um transporte deficiente, além do inexistente saneamento básico. A partir daí, a população carente fica restrita e privada, sem direito aos bens relacionados a urbanização e, portanto, sem direito à cidade. De acordo com o censo de 2010 do IBGE, dos 36.982 moradores da região, somente 10.477 possuem água canalizada, e destes, menos da metade estão conectados ao sistema de esgoto.



Figura 7: Comunidade Beira Rio (Vargem Grande)

Fonte: Arquivo Pessoal

Esta referida expansão se tornou especulação imobiliária, devido à rápida valorização do metro quadrado, atribuída ao modelo urbano de condomínios de luxo e shoppings em áreas periféricas. Áreas de apenas um dono vêm facilitando a compra e o retorno mais rápido do capital investido, assim a especulação é confirmada pelo número de novos domicílios não ocupados à espera de uma maior valorização no mercado. Há, na região do PEU Vargens, algo em torno de 35% de imóveis vazios, taxa superior à da Barra da Tijuca, que é de 21%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.





Figura 8: Bairro Condomínio Pontal Oceânico (Vargem Grande)

Fonte: Taiguara Moraes (2015)

Para aumentar a valorização dos empreendimentos na região, as instalações das principais arenas para os Jogos Olímpicos de 2016 estão sendo construídas por consórcios. E, ainda pensando na valorização mais intensa das construções voltadas à classe média, passa-se a aumentar a pressão para remover as comunidades tradicionais da região, que se desenvolveram como uma população de agricultores e pescadores, ainda por volta dos anos 1950.

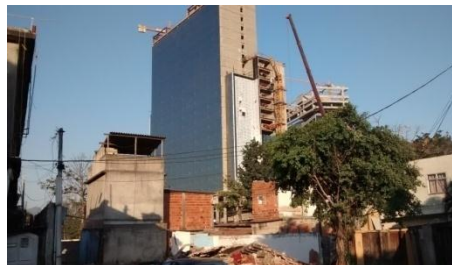


Figura 9: Remoção da Vila Autódromo e construção da Vila Olímpica

Fonte: Arquivo pessoal (2015)

Esse processo de desagregação acarreta um rompimento com o passado, criando um espaço nitidamente identificado como mercadoria. Isso faz com que a região das Vargens passe por uma nítida substituição de classes sociais, pelo descaso com as construções históricas — vide a situação do museu do Pontal — e por uma completa desconsideração com a paisagem cultural e ambiental. Ou seja, com a súbita valorização do espaço, a população carente vai migrando forçadamente, por conta das remoções promovidas pela Prefeitura, pelo aumento no valor das taxas e impostos e pela valorização do imóvel.

Este último fator ocorre, principalmente com os imóveis maiores, o que estimula sua venda, pois alguns sítios possuem vários herdeiros, que acreditam que vão se capitalizar com a parte que lhes cabe. Entretanto, a maioria passa a morar de aluguel, pois com a valorização, não conseguem nem comprar um quarto e sala. Empobrecem e entristecem, já que, além de ficarem sem terra para o plantio, ainda verificam o encarecimento do custo dos produtos de bens de consumo não duráveis, agora vendidos em shoppings, mercados e *delicatessens*. Temos visto então uma lógica que desconsidera a moradia como elemento fundamental para a dignidade humana.



Figura 10: Sítio à venda na Estrada do Sacarrão (Vargem Grande)

Fonte: Taiguara Moraes (2015)

Para dar conta da legislação baseada nas Áreas de Planejamento (APs) e nas Unidades Especiais de Planejamento (UEPs), foi elaborado pela Câmara e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro o Plano de Estrutura Urbana (PEU) das Vargens (2009)<sup>10</sup> numa área de aproximadamente 52 Km<sup>2</sup> com características físicas similares. A proposta inicial era a de estruturar a mobilidade, a infraestrutura, as áreas públicas e orientar a ocupação de acordo com a fragilidade ambiental, mas, de fato, apenas vem norteando os gabaritos da expansão urbana, sem muitas considerações sociais e ambientais. Assim, dentre outras barbaridades, vem possibilitando a construção com espaçamentos menores e prédios com mais andares em áreas de Manguezal, os chamados lotes molhados, que possuem uma enorme dificuldade de suportar peso, e na encosta do Maciço da Pedra Branca.

<sup>10</sup> Institui o projeto de estruturação urbana através da lei 104/2009 o PEU dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, nas XXIV e XVI regiões administrativas, integrantes das Unidades Especiais de Planejamento números 46, 47, 40 e 45.

Dividido em setores, o PEU-Vargens estabelece gabaritos que vão de três a dezoito pavimentos e ainda instituiu o mecanismo da outorga onerosa, que permite a construção de prédios com mais andares, através do pagamento de uma contrapartida à Prefeitura. Ficou também estabelecido em dez incisos do artigo 99 que a verba arrecadada pelos instrumentos onerosos da chamada contrapartida seria investida em obras de recuperação ambiental, construção de novos prédios públicos, implantação de núcleos habitacionais para a população carente, realização de obras de infraestrutura básica, dragagem do canal do rio morto, ampliação e duplicação da Avenida das Américas e da Estrada dos Bandeirantes e a construção do túnel da grota funda.



Figura 11: Prédios do bairro Pontal Oceânico, construído em área alagada

Fonte: Taiguara Moraes (2015)

No entanto, somente as obras das estradas e do túnel foram concretizadas, mostrando claramente as intenções da prefeitura para a forma urbana da região. Ao mesmo tempo, a prefeitura prioriza a estrutura de escoamento de trânsito das principais vias para os novos empreendimentos imobiliários, basicamente verticais, voltados à classe média alta, que ocupa ruas secundárias e suas calçadas de maneira que vem impedindo uma apropriação e circulação efetiva da população. Isso garante a falsa sensação de segurança aos moradores dos condomínios, fazendo com que “as grades do condomínio que são para trazer proteção gerem a dúvida se é você que está nessa prisão” (O Rappa, 1999).

Assim, em detrimento do direito à cidade, estabelecem um crescimento urbano no qual o único objetivo é a mercantilização, fazendo crescer a densidade populacional de uma região considerada de uma fragilidade ambiental enorme e sem uma infraestrutura adequada. Já se pode notar uma fragmentação social, com a diminuição da interação entre os moradores e os espaços públicos, além da carência de água e transporte sentida por todos.



Figura 12: Condomínio construído na encosta do Maciço da Pedra Branca

Fonte: Taiguara Moraes (2015)

De acordo com projeções do Instituto Pereira Passos, o município do Rio de Janeiro atingirá uma população de cerca de 6,66 milhões até 2020. O estudo também mostra que entre os bairros de maior crescimento estão Vargem Grande e Vargem Pequena, que deve crescer algo em torno de 40% nesse mesmo período, atingindo uma densidade demográfica semelhante a bairros centrais. Segundo dados do IBGE, de 2000 a 2010 a população da região cresceu 33%. Entretanto, a tendência é que a densidade seja muito maior, pois, segundo simulações feitas pelo pesquisador Rogério Cardeman (2014) em sua tese de doutorado desenvolvida na FAU/UFRJ, e tendo como base os gabaritos e adensamentos permitidos pelo PEU Vargens, a região passará a ter em 2020 algo em torno de 130 mil habitantes, ou seja, um crescimento populacional de 2.200%, já que, no ano de 2013, a população era de 6.074.



Figura 13: Condomínios verticais (Estr. dos Bandeirantes, Vargem Pequena)

Fonte: Arquivo pessoal (2015)

### 3.3 O Histórico da Região

A ocupação da região das Vargens vem do século XVII, com a sesmaria de Gonçalo Correia de Sá, cuja filha, sem herdeiros, a doou aos monges Beneditinos. Foi então que, no século XVIII, Frei Lourenço criou a fazenda Vargem Grande, ao longo da Estrada de Guaratiba, hoje Estrada dos Bandeirantes. Plantou-se cana de açúcar e depois café; já em 1891, os Beneditinos venderam a área para a Companhia de Engenho Central de Jacarepaguá e daí ao Banco de Crédito Móvel, e em 1936, à empresa Saneadora Territorial Agrícola.



Figura 14: Igreja Nossa Senhora do Mont Serrat (construída na Vargem Pequena em 1776)

Fonte: Arquivo pessoal (2013)



Figura 15: Igreja São José do Amarante (construída no Camorim em 1625)

Fonte: Arquivo pessoal (2015)

Por volta dos anos 1950, a pavimentação da Estrada dos Bandeirantes e a abertura do canal da Sernambetiba, drenando as águas dos rios Paineiras, Morto, Cascalho e Portão, contribuíram para atrair portugueses, que chegavam à região em busca de terra para a lavoura.

Já a região do maciço da Pedra Branca, com o relevo marcado por morros que variam entre 500 a 1025 metros de altitude e a biodiversidade da Mata Atlântica, foi ocupada por escravos ainda no século XIX, que formaram quilombos, a partir de núcleos familiares em Vargem Grande e no Camorim.

Em fins de 1968, uma intervenção na região das Vargens foi elaborada por iniciativa do Governador Negrão de Lima, que confiou ao arquiteto e urbanista Lúcio Costa a elaboração de um plano que acabou sendo conhecido por seu nome. O Plano Lúcio Costa foi feito para atender a necessidade de serem estabelecidos critérios de urbanização capazes de garantir a ordenação da expansão urbana prevista para a área da Baixada de Jacarepaguá. A aprovação do Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá, ou Plano Lúcio Costa, foi feita em 23 de junho de 1969, pelo Decreto-lei 42, dividindo a região em 46 áreas, onde Vargem Grande se apresenta como “espaços abertos e de ambientação”. Ao mesmo tempo, “foi criado o Grupo de Trabalho da Baixada de Jacarepaguá, responsável por sua implantação, que teve o arquiteto Lúcio Costa como seu consultor” (PCRJ, 1998, p. 15). O grupo estabeleceu o diferencial das construções por lotes, em relação aos tradicionais usos dos lotes das regiões centrais da cidade, surgindo, então, de forma intensa, principalmente na Barra da Tijuca, a ocupação por condomínios, modelo de uso que atualmente vem sendo replicado nas Vargens.

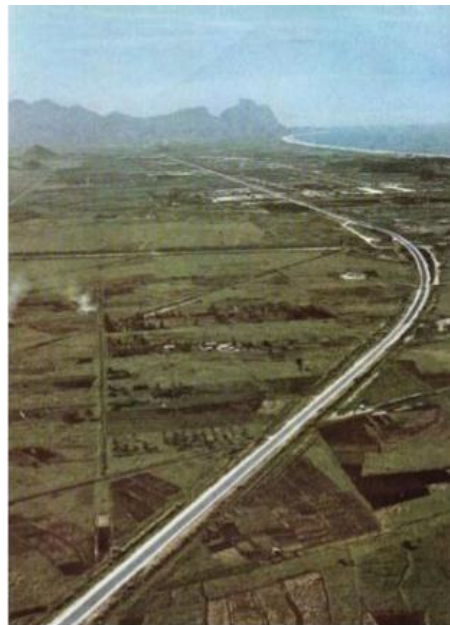


Figura 16: Estrada RJ-071, atual Avenida das Américas (1960)

Fonte: peregrinomutante.wordpress

Anos mais tarde, ocorreu a fusão da cidade-estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, dando origem a uma nova unidade da federação. Um novo desenho se configura para os espaços da cidade que mantinha o nome do novo estado: Rio de Janeiro.

Assim, em 1977, foi aprovado um Plano Urbanístico Básico da Cidade (PUB-Rio) que, dentre outras medidas, institui uma nova divisão territorial, criando as cinco Áreas de Planejamento (AP), dentre elas a AP-4 que engloba a totalidade da bacia, objeto deste estudo. Além destas, criou as Unidades Espaciais de Planejamento (UEP), para as quais se formularam alguns PEUs, isto é, os Projetos de Estruturação Urbana. Nestes projetos definem-se os traçados viários, padrões de uso do solo e os planos de massa. O PUB reconheceu ainda os usos básicos do solo urbano e estabeleceu uma hierarquia viária, além de identificar os centros funcionais da Cidade. (PCRJ, 1998, p. 6)

Nessa intervenção pública sobre o espaço aqui analisado, quatro UEPs definem o espaço de nossas preocupações. São as UEP 40, 45, 46 e 47, objeto do PEU das Vargens, já citado. No final do século XX, as estruturas do governo municipal reconheciam um uso do solo diversificado, identificando usos urbanos e não urbanos. Apontavam o uso residencial, o uso comercial e o uso industrial. Esse último aparece significativamente apenas no Camorim, um dos sub-bairros a compor essas UEPs. Ainda assim, as alocações das indústrias não atenderam ao zoneamento inicialmente proposto pela prefeitura, nem no tamanho dos lotes, nem na sua destinação.

Anos depois, uma nova intervenção sobre o mesmo espaço atendeu ao nome de polos, propondo um incentivo a industrialização e aos serviços agregados por tipologia: “a Prefeitura incentivou a criação de polos especializados em determinados ramos industriais, tais como Tecnologia I e II, Confeccões, Ótica e Cine-vídeo” (PCRJ, 1998). Mesmo assim, a proposta oficial não parece ter tido efeito sobre os investidores. Os polos não vigoraram. E, no que diz respeito à indústria de cinema e vídeo e televisão, ela se espalhou no espaço a bel prazer, desconsiderando as propostas de zoneamento oficial (PCRJ, 1998, p.43-44). Por outro lado, até o fim do século, a agricultura da cidade pontificava nos documentos oficiais. A atividade agrícola era um dos chamados usos não urbanos do solo, ao lado das Unidades de Conservação e áreas de mineração. O documento da prefeitura do Rio de Janeiro assegura que em Vargem Grande e Vargem Pequena:

Existem cultivos de horticultura, tradicionais na área, como também o são a pecuária de pequeno porte de suínos e aves, seguidos da pecuária bovina para leite. Muitas propriedades agrícolas têm se convertido em sítios de veraneio e estes em residência. Entretanto, ao lado destas, há a entrada de pequenos e médios produtores urbanos dinâmicos, introduzindo novas atividades agrícolas de alta. (PCRJ, 1998, p. 43-44).

Atualmente a região das Vargens vem se caracterizando por uma região de transição entre o rural e o urbano, também conhecido como periurbano, de acordo com sua complexidade de fatores que dificultam a definição, pois possui um Centro Gastronômico, Universidade, Parque Aquático, prédios com dez pavimentos, algumas escolas do Ensino Fundamental e uma de Ensino Médio, centrais de gravação de novelas, o centro de treinamento do Flamengo, *shoppings* e condomínios de classe média, além de comunidades sem infraestrutura pública, típicas das periferias urbanas. Ao mesmo tempo, possui uma resistente agricultura familiar, haras, chácaras de plantas ornamentais, comunidades quilombolas, espaços musicais, artistas alternativos e grupos que desenvolvem a economia solidária e a agrofloresta.

Com um processo externamente conduzido, em que as operações do mercado financeiro e o cartel formado pelas empreiteiras vêm controlando o plano de estrutura urbana (PEU), revelam-se novas formas de uso do espaço e do tempo. São gerados impactos sociais principalmente na vida dos agricultores, receosos com o pagamento de um caro Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e com a dificuldade de transferir seu ofício às novas gerações, que pela incerteza da renda e pelo preconceito gerado pela cultura urbana, vêm se afastando das atividades agrícolas.

Outra ameaça ao povo é a remoção das comunidades carentes. Procuram “eliminar” neste momento usos e pessoas estranhas às especificidades do capital por conta de políticas públicas alinhadas às construtoras e ao transporte rodoviário. Temos sofrido também com sérios impactos ambientais, que não estão sendo considerados nesta expansão especulativa, como alagamento, pelo fato de estar havendo uma substituição da cobertura vegetal por calçamento e os novos empreendimentos estarem sendo construídos em níveis acima da média da região. Sem contar com a grande utilização das águas subterrâneas e dos rios de forma indiscriminada por parte de alguns, deixando uma parte da população com carência no abastecimento; além do “efeito de borda”, que extingue animais e enfraquece as plantas nativas, como consequência da expansão urbana descontrolada nas proximidades da cota 100 do Parque Estadual da Pedra Branca e sua floresta de mata atlântica.

Os ecossistemas presentes nesta área eram constituídos principalmente por sistemas de matas de baixada associada aos brejos, manguezais e restingas que, juntos, desempenhavam funções ambientais fundamentais como na amenização da temperatura, na filtragem da poluição, na ciclagem de nutrientes, na regulação de elementos climáticos locais como umidade e chuvas, abastecimento de reservatórios como lagos, aquíferos e represas, além de regularem o equilíbrio hidroerosivo através do armazenamento e redistribuição de água e sedimentos (MONTEZUMA, 2011, p.6)



Portanto, há todo um conjunto de transformações que vem modificando a paisagem das Vargens, construindo uma territorialidade voltada para o lucro do mercado imobiliário e de insegurança e barbárie para as comunidades carentes, os agricultores, alguns condôminos que compraram lotes ilegais e a fauna e flora local. Adota-se, nesse sentido, a prática da valorização do que interessa e segregação e exclusão do que não se enquadra na paisagem idealizada. Entretanto, resistências espontâneas e mobilizações planejadas, muito ou pouco articuladas, sempre existiram nesta região.

### **3.4. As Resistências**

Agindo através da luta comunitária, das redes de apoio e de grupos afins, as lutas vêm garantindo, na medida do possível, sustentação, credibilidade, visibilidade e esperança em dias melhores na região das Vargens. A mais antiga das lutas é promovida pelos habitantes do Maciço da Pedra Branca, que há centenas de anos vêm ocupando a floresta como forma de resistência ao trabalho escravo. Mas, por conta da criação do Parque Estadual da Pedra Branca, no ano de 1974, essas pessoas passam a ser incomodadas em suas práticas agrícolas e locais de residência, sendo constantemente ameaçadas de remoção, sofrendo com notificações e multas dadas pelo INEA (Instituto Estadual do Ambiente) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA).

Contudo, mesmo que de forma inconsciente e natural, grupos familiares desenvolvem práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida, através de uma configuração cultural própria, que se manifesta na arquitetura, linguagem, culinária, produção e na relação com a natureza, hoje denominada de Agrofloresta. Essa realidade contribuiu para eles obterem a Certificação Quilombola em agosto de 2014 pela fundação Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura. A partir daí, após séculos de resistência e manifestação cultural afro-brasileira, e anos de luta pela certificação oficial, funda-se o Quilombo Vargem como o conjunto de famílias que possuem o direito de permanecerem no território em que nasceram seus antepassados. Vida institucional é dada à resistência local onde as mulheres e os homens vêm produzindo a dádiva por meio de rezadeiras, parteiras, doceiras, festeiras, agricultores e artesões. Com isso, o Quilombo Vargem se faz presente na agricultura dos quintais urbanos da região, principalmente com as ervas medicinais, na inspiração de muitos

artistas, no artesanato, na culinária tradicional, nas feiras, festas e até no ofício da educação não formal e da pesquisa científica, pois sempre se apresenta na horizontalidade dos saberes.



Figura 17: Certificação do Quilombo Vargem

Fonte: Arquivo pessoal (2014)

Após a certificação cultural feita pela fundação, a Associação dos Moradores e Remanescentes do Quilombo Vargem necessita regularizar a questão fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que realizará um levantamento fundiário, a partir daí, antecipando o estudo do INCRA, a pesquisadora Luz Stella da UFRJ em conjunto com Paulo Santos, engenheiro cartográfico do IBGE e Sandro da Silva, morador da região, vem realizando um estudo antropológico e cartográfico com o objetivo de identificar, mapear e narrar a história, organização e cultura de um território quilombola composto aproximadamente de dez núcleos familiares da vertente sul do maciço da Pedra Branca.

A partir do ano de 2014 o Senhor Pingo, morador da comunidade Cafundá Astrogilda, passa a desenvolver de forma mais sistematizada o projeto Griô, recebendo alunos de Colégios e Universidades com um trabalho de perpetuação da cultura do Maciço da Pedra Branca, baseado numa tradição Quilombola de respeito ao ambiente e aos espíritos da floresta e de uma resistente agricultura orgânica. Elementos fundamentais transmitidos aos estudantes da Cidade do Rio de Janeiro. Pois, aliando antigos saberes das plantas medicinais ao autêntico conhecimento da Região do Maciço, o Senhor Pingo e seus filhos Alexandre e Sandro estabelecem um diálogo com a Agroecologia e o turismo cultural-ecológico.



Figura 18: Ação Integradora do Projeto Griô

Fonte: Arquivo pessoal (2015)



Figura 19: Feijoada para a festa do dia da consciencia negra (Quilombo Vargem)

Fonte: Arquivo pessoal (2015)

Na baixada da região, a decadência agrícola foi um dos fatores que contribuíram para o surgimento de movimentos sociais tipicamente urbanos, tendo a luta em torno da moradia como seu ponto central. Por volta do início dos anos 1980, a intensificação dos hábitos urbanos e a possibilidade de ganhos em outros setores da economia fizeram com que vários sítios de imigrantes portugueses parassem de produzir, o que causou um empobrecimento dos trabalhadores basicamente oriundos de Minas Gerais. Grande parte desses despossuídos e ex-trabalhadores agrícolas passaram a ocupar as faixas marginais de rios e lagoas: Apenas na região do PEU Vargens, mais de 20 pequenas favelas foram se formando, configurando o que o pesquisador Carlos Vainer (2013, p.2) qualifica de “o processo secular de periferização da pobreza”.

Duramente reprimidos a partir de um novo modelo de urbanização, os moradores dessas favelas deram origem ao maior movimento social da região, o Movimento União Popular (MUP). Assim, por conta da busca do direito à moradia, ocupam-se lugares ociosos e alagados, sem nenhum apoio do poder público na construção das casas e instalação de

infraestrutura. Dessa forma, as comunidades carentes da região passam a se organizar, buscando reconhecimento, dignidade e garantia de permanência.

Já por volta dos anos de 1990, várias comunidades precárias ou favelas passam a constituir associações de moradores, quando, nesse primeiro momento, cada uma lutava isoladamente em busca de melhorias específicas junto aos órgãos públicos. Foi então que no ano de 2002, mesmo ano em que o Rio de Janeiro é escolhido para sediar os Jogos Panamericanos de 2007, é que se estabelece o MUP, buscando articulações e resistências coletivas entre os moradores das comunidades em condições de vulnerabilidade, que, com a especulação imobiliária e as ações da prefeitura, passam a ser ameaçadas de remoção. O movimento passa a acompanhar as discussões travadas na Câmara Municipal por conta da elaboração do PEU Vargens e a propor urbanização nas favelas e a garantia de permanência das mesmas, através da consolidação do estatuto da cidade no que tange à criação de áreas de especial interesse social.

Com o apoio do Conselho Popular<sup>11</sup>, as reuniões do MUP passam a ser realizadas na Igreja de São Sebastião e no Colégio Teófilo, e as ações que se desdobraram foram a oportunidade de construção de uma identidade coletiva em torno de propostas claras e de objetivos comuns, em que o grupo constituído fazia sua análise de conjuntura, elaborando, assim, as estratégias de luta. Muitas lideranças comunitárias surgiram nesse movimento, e foi o início da integração das atividades pedagógicas do CEPTMC junto aos movimentos sociais.

Embates, petições, seminários, confrontos com a polícia, resistências e manifestações se desdobraram ao longo dos anos, até a concretização final do PEU Vargens em 2009 — mesmo ano em que o Rio de Janeiro é escolhido para sediar as Olimpíadas de 2016. Com isso, em 08/10/2009 a Prefeitura anunciou que: visando a realização das Olimpíadas de 2016, mais de 3.500 famílias de seis comunidades da Zona Oeste e Norte da cidade seriam removidas. Desde então, inúmeros moradores trabalharam diuturnamente contra a segregação e remoção desses assentamentos populares e pela sua inclusão na política urbana da cidade, buscando aglutinar lideranças comunitárias das associações de moradores das comunidades

---

<sup>11</sup> O conselho popular é um movimento social articulado pela Pastoral das Favelas que, de acordo com sua ata de criação, tem como objetivo lutar pelo direito a posse da terra, pelo direito à moradia digna, pelo saneamento ambiental e pelo respeito aos direitos humanos, estimulando o reconhecimento da história de cada comunidade como fortalecimento das demandas locais, promovendo encontros e debates em torno das questões relativas ao direito a terra em solo urbano.

carentes ameaçadas de remoção, localizadas no Recreio dos Bandeirantes, Camorim, Riocentro, Vargem Grande e Vargem Pequena.



Figura 20: Associação dos moradores e pescadores de Vila Autódromo

Fonte: Rede CAU (2014)

Uma das maiores resistências populares que a região produziu está na Vila Autódromo. Constantes manifestações em frente à sede da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e nas principais vias de acesso da região, reuniões com representantes da prefeitura, com secretários da “Rio 2016” e com membros da defensoria pública, além de seminários e debates sobre moradia popular e urbanização em parceria com o Colégio Estadual Professor Teófilo Moreira da Costa, a Rede Carioca de Agricultura Urbana (REDE CAU) e a pastoral das favelas, vêm sendo as estratégias de luta pela permanência da comunidade. A parceria que deu mais visibilidade e esperança à luta foi a construção de um Plano Popular de Urbanismo para a Vila Autódromo em 2011, em conjunto com NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ (Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e do NEPHU/UFF (Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense). Ainda assim, à revelia dos interesses de seus cidadãos, algumas favelas foram suprimidas do mapa, como por exemplo, o Canal do Cortado, a Vila Recreio II e grande parte da Vila Autódromo, que, infelizmente, não teve seu plano popular executado.



Figura 21: Ato de Resistência contra a remoção da Vila Autódromo

Fonte: Arquivo pessoal (2014)

Ainda no final do século XX, uma iniciativa da sociedade civil trouxe a esse território um impacto positivamente considerável. Trata-se do Programa de Agricultura Urbana, criado em 1999, pelos agrônomos Denis Monteiro e Márcio Mendonça. Eles promoveram um mapeamento em comunidades de baixa renda na periferia da cidade do Rio de Janeiro e, em especial na zona oeste da cidade, “um trabalho em comunidades pobres da periferia do município do Rio de Janeiro orientado para o incentivo e fortalecimento das práticas de aproveitamento agrícola de espaços urbanos” (Monteiro e Mendonça, 2004). Sua metodologia contempla as funções dessa agricultura, envolvendo estratégias de segurança alimentar, nutricional e de sociabilidade, e demonstrando como essa agricultura identificada com pequenos espaços cumpre um papel nos ecossistemas urbanos.

Na região ainda são encontradas residências com quintais de terra e terrenos sem construções. Em alguns desses espaços são desenvolvidas experiências agrícolas que adaptam traços da tradição rural ao ecossistema urbano. Elementos da herança cultural de diferentes regiões do país também são observados nas diversas formas de uso de remédios caseiros à base de plantas e na grande diversidade de hábitos alimentares ainda presentes. (Monteiro e Mendonça, 2004)

Atualmente esta iniciativa vem se desdobrando na região das Vargens, por conta do trabalho desenvolvido pela ASPTA (Agricultura Familiar e Agroecologia), principalmente na figura do agrônomo Claudemar Mattos. Essa Organização Não Governamental atua em consonância com diversas redes mundiais e pontos espalhados pelo Brasil, como na Paraíba e no Paraná, visando o desenvolvimento rural sustentável e o fortalecimento da economia local. É uma entidade que possui inúmeros parceiros e financiadores (lista no anexo II) pelo mundo, mostrando as possibilidades de uma outra globalização, que se desenvolve inclusive como

desdobramento e contradições do capital, na medida em que incentiva modelos e hábitos alternativos ao hegemônico. Atualmente, a ASPTA vem assessorando a agricultura familiar na cidade do Rio de Janeiro e especificamente em nossa região, a Agrovargem (Associação de Agricultores de Vargem Grande) no que tange ao manejo e às técnicas agroflorestais e no acompanhamento das políticas públicas e feiras de produtos orgânicos.



Figura 22: Membros da Agrovargem, Rede CAU e Aspta

Fonte: Arquivo pessoal (2014)

As parcerias se tornam cada vez mais importantes na medida em que a agricultura familiar vem sofrendo desgaste e expropriações ao longo dos anos, fazendo com que a maioria dos seus descendentes busque novas profissões e afazeres. Os motivos são relacionados a uma territorialização orquestrada pelo capital imobiliário e pela padronização de consumo alimentar relacionado à agroindústria. Portanto, a luta da agricultura familiar e orgânica não é só por terra e pelo direito ao cultivo sem agrotóxicos e sementes híbridas, mas por território e por possibilidades alternativas ao capitalismo, pois abrange tanto a produção e comercialização, como o reconhecimento e consolidação de um projeto socioeconômico orgânico, baseado na economia solidária.

A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo (SINGER, 2010, p.114).

Com um processo de gestão solidário e notadamente diferente do modelo capitalista em que a ganância e o lucro imperam, o modelo familiar adotado pela agricultura urbana é inovador e consciente em relação à saúde do trabalhador e do planeta. Solidifica o cooperativismo e a inclusão social, valores extremamente necessários aos estudantes, que neste início de século vêm sendo massacrados por uma ideologia individualista e mercantilista, base de uma sociedade excludente na qual o mercado e suas leis ditam o rumo

das nossas ações, fazendo com que o “salve-se quem puder” seja a fórmula do sucesso, inclusive na estrutura escolar, que dentro da lógica produtivista é a formação para a empregabilidade.

Assim, a íntima relação que o CEPTMC estabelece com a agricultura familiar tem nos pequenos agricultores do Maciço da Pedra Branca e dos quintais das Vargens seus principais interlocutores, sendo a Agrovargem a instituição que melhor expressa a premente necessidade de agir na coletividade, para não desaparecerem de vez. Essas populações sofrem com a metropolização capitalista, promovida pelas construtoras e empreiteiras, pelo plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, que extinguiu a área rural, fazendo vigorar apenas o imposto urbano. Além disso, a criação do Parque Estadual da Pedra Branca desconsiderou seus antigos moradores, que viviam da agricultura.



Figura 23: Reunião com representantes do CEPTMC, Agrovargem, Fiocruz, Quilombo Vargem e o BNDES

Fonte: Arquivo pessoal (2015)

A carência de opções de comercialização ocorre devido à diminuição das feiras livres e à expansão das grandes redes de supermercados e seus produtos da agroindústria, além do fato de que, no mundo contemporâneo, a agricultura moderna, científica e informacional está atrelada ao modelo globalitário, conduzindo necessariamente ao mercado externo e à dependência de crédito e bens industrializados, como sementes híbridas e agrotóxicos, inibindo, discriminando e sufocando a agricultura familiar. A pesquisadora Annelise Caetano Fraga Fernandez desenvolveu estudo junto ao grupo de agricultores familiares do Maciço da Pedra Branca e conclui:

Os contrastes entre usos rurais e urbanos no maciço da Pedra Branca são reflexos do processo de desenvolvimento econômico da cidade do Rio de Janeiro, alterando o



lugar e a importância outrora ocupados por essa agricultura local. Apesar do processo crescente de ocupação urbana em direção à zona Oeste, algumas áreas ou propriedades ainda persistem como áreas agricultáveis nas quais os agricultores mantêm seus cultivos e tentam afirmar uma tradição/identidade agrícola, apesar de inúmeras adversidades (FERNANDEZ, 2010, p.224).

Portanto, a agricultura familiar cooperativada e solidária desconsidera a competição como meta principal da produção e comercialização, a partir daí, outros valores são construídos. Valores que não podem estar distantes da escola, para uma maior visibilidade, amparo e troca de informações, reforçando essa real possibilidade de transformação social. A relação entre a escola e o trabalho cooperativo e orgânico vem garantindo uma educação que, no mínimo, contribui para a conscientização da importância da coletividade e de uma agricultura menos poluente e agressiva.

Com base na economia solidária, a Agrovargem busca mobilizar pequenos agricultores, para que juntos possam fortalecer a consciência de classe e a concretização dos pontos de venda, mesmo enfrentando a especulação imobiliária, o descrédito com relação à profissão e o esperado dissenso entre alguns agricultores. É uma Associação que nasceu entre os antigos agricultores do maciço da Pedra Branca, aqueles cujo trabalho não é valorizado pelo mercado capitalista. Sem acesso ao capital, às tecnologias e ao crédito, são taxados pela grande mídia de agricultores invisíveis. Entretanto, é deles e dos parceiros da Rede Carioca de Agricultura Urbana, os ativistas e promotores de uma rede de trabalho cooperativado e consumo consciente, que emergem a aspiração e o desejo de um novo paradigma de organização da economia e da sociedade.

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. (SINGER, 2010, p.9)



Figura 24: Feira de Nova Iguaçu

Fonte: Arquivo pessoal (2013)

Com a participação em feiras orgânicas e em redes do consumo solidário, a Agrovargem vem concorrendo em editais de apoio a agricultura familiar e buscando apoio popular e político para a mudança do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, no que tange à extinção da área rural dentro da cidade. Com isso, a Associação passou a ter uma maior visibilidade e reconhecimento a partir da integração às entidades globalizadas que apoiam a agricultura familiar, orgânica e urbana, e também aos institutos de pesquisa das universidades e devido à venda de produtos para a merenda escolar do CEPTMC. Portanto, a Agrovargem se articula para fora do território de produção, fato que desagrade alguns agricultores do maciço, que insistem que a luta deve ser exclusivamente local e até individual, mas o que se pode perceber é que diante das dificuldades de uma agricultura familiar orgânica que se desenvolve no meio da floresta e da especulação imobiliária da região, a articulação, visibilidade e apoio dos projetos, redes e instituições se tornam essenciais para a sobrevivência dos agricultores.

Mesmo sem considerar como prioridade, a Agrovargem desenvolve a educação em seu duplo aspecto, ou seja, promove uma educação política, ambiental e econômica de seus membros, principalmente como integrante da Rede Carioca de Agricultura Urbana ( Rede CAU) entidade que promove encontros, seminários e formações técnicas e da educação dos jovens através das atividades promovidas no CEPTMC. Ao desenvolverem práticas Agroecológicas e da economia solidária, a Agrovargem gera aprendizagem para os membros diretos, estudantes e consumidores. Assim, as dimensões educativas são inúmeras e de uma reciprocidade, onde os integrantes aprendem e ensinam. Cabe destacar a importância da Pedagoga Silvia Babtista neste processo educativo da Associação, pois além de agricultora urbana, quilombola e pesquisadora, ela vem desenvolvendo em parceria com Maraci Soares, quilombola do Camorim e também membro da Agrovargem, o projeto Mulheres do Sertão Carioca e os seus Quitutes, que vem fortalecendo o conhecimento culinário das mulheres da região.

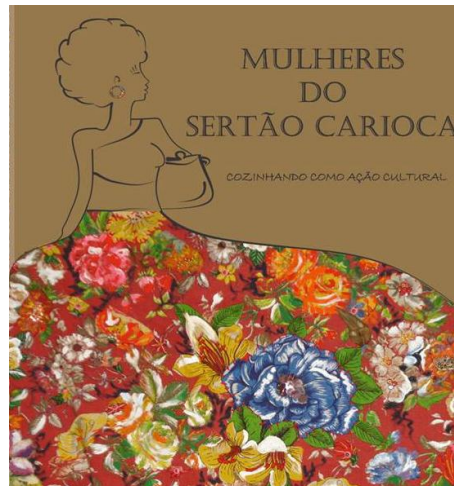


Figura 25: Ilustração do Projeto Mulheres do Sertão Carioca

Fonte: Página do facebook (2015)

Visando consolidar apoios, quatro de seus associados participam do processo de conferência de segurança alimentar e nutricional em diferentes etapas (local, municipal, estadual). Um de seus diretores, Francisco Caldeira de Souza, foi eleito presidente do Conselho de Segurança Alimentar da Cidade do Rio de Janeiro em 2015. Um de seus sócios, Pedro Mesquita, foi o primeiro agricultor da cidade do Rio de Janeiro a obter a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP) e a comercializar alimentos orgânicos para o Colégio Estadual Prof. Teófilo Moreira da Costa em 2012. Seu atual presidente é o agricultor Jorge Cardia, que vem sendo tema de inúmeras reportagens por veículos de comunicação nacional e internacional, interessados em mostrar a vida simples de um agricultor em meio a uma das maiores metrópoles da América Latina. Nos últimos meses, vem construindo um projeto em comunhão com a FIOCRUZ/FIOTEC e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), visando dar sustentação econômica, predial e de equipamentos para a consolidação de sua proposta de economia solidária.

Seguindo a tarefa de mapear e seguir as organizações e os movimentos da região, que tem o CEPTMC como um dos pontos de apoio, descreveremos a iniciativa do Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos-Fiocruz), desenvolvida entre os anos de 2009 e 2011 como um processo de capacitação e formação do chamado projeto Profito Pedra Branca, que tem como objetivo específico capacitar para o cultivo sustentável de plantas medicinais. O Profito é desenvolvido com base na Agroecologia e atendeu em torno de cem famílias do entorno do Parque Estadual da Pedra Branca com a intensão de incentivar o cultivo, beneficiamento e comercialização de plantas medicinais. A metodologia participativa empregada pelo projeto demonstrou, no entanto, que uma importante demanda dos integrantes

do projeto era “ser reconhecido como agricultor pelo governo”. Naturalmente, um pedido totalmente fora do escopo proposto e das competências institucionais da equipe proponente da iniciativa.

Buscou-se, então, se alinhar ao marco de referência de educação alimentar e nutricional para políticas públicas, ao pensar sobre os sistemas agroalimentares na sua integralidade, seja em seus aspectos materiais, seja em seus aspectos simbólicos, valorizando a cultura alimentar local e a culinária enquanto prática emancipatória e de autocuidado dos indivíduos, atuando junto aos produtores familiares do Maciço da Pedra Branca para implantação de um arranjo produtivo local a partir de plantas medicinais. A rede de atores que se constituiu desde então foi composta por Professores da UFRRJ; estudantes de Ensino Médio do CEPTMC, estudantes de Graduação, integrantes da Rede Carioca de Agricultura Urbana e Pesquisadores do CAPES, da FAPERJ e do Farmanguinhos/FIOCRUZ. Esse grupo passou a atuar na produção de diagnósticos sobre a participação da rede sociotécnica de cooperação no sistema agroalimentar da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro através de sua relação com a região metropolitana, realizando mapeamento das instituições e suas ações no território.

A rede desenvolve oficinas e pesquisas relacionadas a segurança alimentar, ao plantio e manejo de plantas medicinais no Colégio Estadual Professor Teófilo Moreira da Costa, Agrovargem e na Associação de Agricultores do Rio da Prata em Campo Grande e no Campus Fiocruz Mata Atlântica, localizado na Colônia Juliano Moreira. Assim como estudos relacionados à agrobiodiversidade e à cultura alimentar do Maciço da Pedra Branca, subsidiando o Conselho de alimentação (Consea) Rio e o grupo de trabalho agriculturas na cidade do Rio de Janeiro, contribuindo com o acompanhamento e a execução do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas locais e na elaboração de um calendário de eventos para as feiras orgânicas da zona oeste, além de ajudar na implantação de cozinhas comunitárias nas associações de agricultores.

As dificuldades são inúmeras e passam principalmente pela expansão urbana, que, como vimos, é nitidamente mercantil e corporificada por condomínios fechados, impondo uma inviabilidade à agricultura familiar praticada nos sítios e quintais da região. Outra questão complicada são as restrições de plantio em área florestal junto a órgãos ambientais, orientados por uma perspectiva de incompatibilidade entre a presença do agricultor e a conservação da natureza.

Em 2006, a socióloga Annelise Fernandez, iniciando sua pesquisa de doutoramento, se associou à iniciativa do Instituto Tecnológico em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz) na realização de um diagnóstico participativo junto aos agricultores do Maciço da Pedra Branca. A tese de Annelise Fernandez (2010) resgatou a presença da agricultura tradicional familiar na cidade do Rio de Janeiro demonstrando sua importância para a segurança alimentar e nutricional de bairros inteiros. Mais que isso, a pesquisadora demonstrou a sobrevivência de uma paisagem cultural importante para a memória da cidade. Essa paisagem foi descrita pelo etnógrafo Armando Magalhães Corrêa em seu livro *O Sertão Carioca* (1936), imortalizando essa denominação.

O termo sertão, adotado por Corrêa, mais do que simples sinônimo de zona rural, abriga inúmeros significados sobre este rural. Ao descrever os problemas e belezas naturais do Sertão Carioca, Corrêa, a partir de nítida influência da matriz interpretativa euclidiana, estava na verdade, refletindo sobre muitos outros sertões ou interiores existentes no Brasil (FERNANDEZ, 2010, p.25).

A expressão Sertão Carioca tem a conotação de um lugar ermo, distante e sem infraestrutura urbana que, para parte da região, como descrito acima, ainda não foi implantada. A utilização dessa expressão pelo grupo de pesquisa-ensino-extensão da UFRRJ, coordenado pela pesquisadora Annelise Fernandez se deu a partir de 2009.

Com surpreendente atualidade, *O Sertão Carioca* abriga um questionamento pertinente à temática socioambiental, à medida que propõe um modelo de desenvolvimento para o país, que busca integrar a preservação e a melhoria das condições de vida dos autênticos brasileiros representados pelos sertanejos. Se, por um lado, Corrêa não os poupa da responsabilidade pelos danos ambientais causados pelas atividades agrícolas e extrativistas, identificando ali o caráter destrutivo da formação social brasileira, de outro, entende que estes tipos humanos rústicos – retrato do povo – poderiam viver em equilíbrio com a natureza e tornarem-se ativos protetores da natureza desde que o Estado se preocupasse em construir políticas econômicas voltadas para o meio rural e medidas educativas e sanitárias destinadas à população do sertão (FERNANDEZ, 2010, pág. 26 e 27).

As conexões entre o Programa de Agricultura Urbana da ASPTA e o Profito tiveram início ainda em 2006. Nesses anos, outros atores se reuniram em constante busca de harmonização de códigos, signos, linguagens e valores. As práticas pedagógicas e comunicativas entre esse conjunto de atores culminaram com a fundação da Rede Carioca de Agricultura Urbana. Esse movimento social, articulado em rede, vincula também outros atores ligados à agroecologia na cidade do Rio de Janeiro.

Dentre os usos não urbanos reconhecidos pelas estruturas dos sucessivos governos municipais do Rio de Janeiro estão as unidades de conservação ambiental. Com o desafio

geomorfológico de uma cidade construída entre o mar e a montanha, foi se tornando hegemônico um discurso preservacionista em detrimento de possibilidades socioambientais. Segundo Fernandez (2010, p.53), foram criadas Florestas Nacionais, com o objetivo de preservar as fontes de água para o abastecimento da cidade. Já na segunda metade do século XX, traçando seu limites na cota de 100 metros acima do nível do mar, ocorreu a criação do Parque Estadual da Pedra Branca, o PEPB. Situado entre as coordenadas 22°53' e 23° latitude sul, 43°23' e 43°32' longitude oeste, através da lei estadual n.2377, de 28 de junho de 1974 com cerca de 12.500 hectares.

Ainda de acordo com a pesquisadora esse parque

impôs progressivamente novas formas de uso e delimitação do espaço que entraram em choque com as práticas tradicionalmente estabelecidas por moradores. Sua demarcação estabelecida a partir da cota altimétrica de 100m, em volta de todo o maciço da Pedra Branca, na zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro ocupa cerca de 16% da área do município. Na face Leste, tem seus limites no bairro da Taquara, Colônia, Camorim, Vargem Grande e Vargem Pequena. Ao Sul, limita-se com as localidades do Grumari e Guaratiba. Na face Oeste, com o bairro de Campo Grande. Na face Norte, limita-se com os bairros de Senador Camará, Bangu, Realengo e Sulacap. (FERNANDEZ, 2010. P. 27)

No entanto, a ausência de políticas de efetiva regularização fundiária, por ausência de uma real possibilidade de implantar um “parque sem gente” num território ocupado há décadas, fez permanecer dentro da unidade de conservação vários grupos de tradição agrícola. Esses grupos ao longo do tempo foram expostos à ameaça de remoção, à aplicação de multas e de constrangimentos pelo fato de plantarem e morarem em comunhão com a floresta.

Abaixo da cota altimétrica dos 100 metros, o chamado entorno do PEPB vive o extremo oposto, em que o PEU Vargens permite uma ocupação sem precedentes, ocorrendo uma mercantilização da paisagem, propalada em todas as propagandas das construtoras e incorporadoras. Ao mesmo tempo se destrói o ecossistema, ameaçando o remanescente florestal, com o já exposto “efeito de borda”, pois não vem sendo respeitada a zona de amortecimento<sup>12</sup> de uma Unidade de Conservação.

As construções, em consonância com a prefeitura, e os condomínios irregulares, em acordos com os “milicianos”, promovem um adensamento incompatível com a condição de área de amortecimento de uma Unidade de Conservação. Acima da cota 100 a gestão pertence

---

<sup>12</sup> Zona de amortecimento: segundo o Ministério do Meio Ambiente, é entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

a um órgão do governo estadual, através do Instituto Estadual do Ambiente, INEA, órgão da Secretaria Estadual de Ambiente do Rio de Janeiro. Abaixo essa responsabilidade do ordenamento urbano cabe à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), que tem como principal instrumento de ordenamento do uso do solo os PEUs. Portanto, essas iniciativas de crescimento urbano são paradoxais, já que

Vem a ser o avesso da paisagem sustentável propalada pelos discursos oficiais, pois é produto de uma lógica de desenvolvimento econômico sustentado na acumulação do capital, que tem na mercantilização da conservação da biodiversidade principal mote para sua expansão. Por outro lado, ao não considerar as limitações naturais definidas pelo suporte físico-ambiental da área, ao mesmo tempo em que tenta viabilizar o uso e a ocupação humanos, amplia a vulnerabilidade ambiental, gerando um processo de retroalimentação negativa (MONTEZUMA, 2011, p.3).

Desta forma, reiteramos o dito: a região vem sendo territorializada de acordo com a dinâmica de uma metrópole mercantil, em que as construtoras, a publicidade imobiliária e a prefeitura atuam em consonância com a ocupação lucrativa do espaço. Quando ocorrem considerações culturais e ambientais, via Prefeitura, são vistas apenas como propostas que visam única e exclusivamente valorizar os empreendimentos, tendo como apelo a cultura ecológica da região. Entretanto, cedendo a pressões dos órgãos e grupos de pesquisa, movimentos sociais e veículos de comunicação, em 2013 a Prefeitura “congelou” o PEU Vargens para novas licenças de obra, por um prazo inicial de 180 dias, criando através de um decreto a Área de Especial Interesse Ambiental (AEIA). Desde então, o prazo vem sendo prorrogado, à espera dos estudos ambientais e das necessárias audiências públicas previstas na lei.

Assim, audiências públicas foram promovidas pela comissão de urbanismo da câmara municipal do Rio de Janeiro, visando garantir representatividade ao recente reordenamento do plano de estrutura urbana das Vargens, também conhecido como PEU-Vargens. A primeira audiência foi realizada no dia 28 de novembro de 2013, após uma tímida convocação aos moradores da região, fazendo com que eu fosse o único morador presente à audiência. Coube a mim, então, a tarefa de questionar a comissão sobre a convocação e o local da audiência. Tivemos a presença do Presidente da comissão de assuntos urbanos da câmara municipal, vereador Chiquinho Brazão, de alguns vereadores e da Secretária municipal de Urbanismo, Sra. Maria Madalena de Astácio, além de técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU).

Estes afirmaram, através de um estudo comparativo entre o período pré e pós lei complementar 104, de 30/11/2009: PEU-Vargens, que a região vem sofrendo um adensamento inadequado para o local. Fato que forçou a Prefeitura a realizar um

“congelamento” por 180 dias do licenciamento para novas construções a partir de 05 de novembro de 2013. Desse modo, a SMU em parceria com a GEO Águas, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) e o Instituto Rio Patrimônio Histórico da Humanidade, fez um estudo sobre as possibilidades e os gabaritos de construção num espaço geográfico frágil. Ainda em 2013, um grupo de trabalho e estudo foi formado por moradores da região, professores e estudantes do Instituto de Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ), pela direção e professores do Colégio Estadual Prof. Teófilo Moreira da Costa, por agricultores vinculados à Rede CAU e militantes do MUP. Também integrou o grupo o Vereador Reimont, do PT.

Visamos, então, analisar as propostas da Prefeitura e de seus técnicos, diante da necessidade de revisão do PEU-Vargens, principalmente no que tange à permanência das comunidades carentes, e sobre a questão ambiental e a necessidade de rever a consideração feita no plano diretor de que não há mais área rural na cidade do Rio de Janeiro. Bem, alguns encontros foram realizados durante os quatro primeiros meses de 2014, garantindo um aprofundamento teórico e prático sobre expansão urbana, PEU-Vargens, Metropolização e especulação imobiliária.

Uma nova audiência foi convocada pela presidência da comissão, desta vez com ampla divulgação na região. Assim, no dia 28 de abril de 2014, aconteceu a segunda audiência pública sobre o “congelamento” do PEU Vargens, no Sítio Paulista, localizado na estrada do Pacuí, Vargem Grande. Mesmo com um bom público, o debate foi improdutivo, pois inúmeros vereadores se revezaram em discursos que exaltavam a região, afirmando que gostariam de contribuir com a legalização dos condomínios, que mesmo com o “congelamento” do PEU-Vargens, não pararam de crescer. Isso por conta de dois motivos: o primeiro é que, antes do congelamento, inúmeras concessões de obras já haviam sido emitidas, e o segundo diz respeito às obras ilegais, que continuam sem interrupção.

Isso confirma as colocações desenvolvidas neste capítulo, de que a região vem sendo fatiada pela especulação do mercado imobiliário, tendo a natureza como suporte de marketing, mas sem considerações de médio prazo. Assim, não se falou sobre a remoção de algumas comunidades carentes e tampouco sobre a inexistente infraestrutura urbana. Quando os moradores tiveram a oportunidade de falar, já era tarde da noite e mais de 80% dos presentes tinham se retirado, inclusive a maior parte dos vereadores. Ou seja, os vereadores fizeram suas considerações e não ficaram para ouvir os moradores, deixando a impressão de



que a audiência não passou de uma encenação intencionalmente organizada para legitimar as alterações pretendidas pela PCRJ.

Assim, mesmo com um grupo de trabalho formado pela sociedade civil e com os técnicos da prefeitura empenhados em fazer uma análise séria e crítica sobre o PEU-Vargens, a Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro terceiriza o estudo e publica na folha 62 do Diário Oficial do dia 15 de maio de 2014 o aviso de licitação de concorrência para serviços técnicos especializados de diagnóstico urbanístico e caracterização de bairros, em um valor estimado de: R\$379.994,35.

Dessa forma, a política institucional mostrou seu caráter vertical de intervenção, afastando do processo a organização popular e horizontal. Até existem instrumentos como o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor e o Relatório de impacto de vizinhança que garantem a participação da população nas decisões do ordenamento urbano, contudo, a estrutura política é organizada visando desestimular a mobilização. As audiências públicas são simuladas como democráticas e participativas, mas, como se viu, não passam de espaços de debates orquestrados por políticos comprometidos com a ordem dominante do mercado imobiliário, que definem como e para onde deve ir a expansão urbana, tendo com base o lucro. Não é raro encontrar nesta luta popular pelo direito a cidade casos de cooptação, coação, ameaça de morte e assassinatos. Isso torna urgente a mobilização política em torno de coletivos dinâmicos, conscientes, populares e instrumentalizados com pesquisas acadêmicas. Considerando que

na realidade, uma coisa são as organizações e os movimentos estruturados e outra coisa é o próprio cotidiano como um tecido flexível de relações, adaptável às novas circunstâncias, sempre em movimento. A organização é importante, como o instrumento de agregação e multiplicação de forças afins, mas separadas. Ela também pode constituir o meio de negociação necessário a vencer etapas e encontrar um novo patamar de resistência e de luta. Mas a obtenção de resultados, por mais compensadores que pareçam, não deve estimular a cristalização do movimento, nem encorajar a repetição de estratégias e táticas. Os movimentos organizados devem imitar o cotidiano das pessoas, cuja flexibilidade e adaptabilidade lhe asseguram um autêntico pragmatismo existencial e constituem a sua riqueza e fonte principal de veracidade. (SANTOS, 2000, p.134).

Sendo assim, não podemos esquecer o caráter pedagógico dos movimentos, das mobilizações, das intervenções e dos encontros, que desenvolvem ações constantes de reflexões no cotidiano e não apenas nas reuniões agendadas com instituições de pesquisa e colaboradores afins. Estas também são importantes, pois vinculam as vontades pessoais e ações locais às estruturas globais, estabelecendo agendas imediatas e urgentes, mas também

de longo prazo. Entretanto, o excesso de reuniões institucionais de uma organização de inúmeros parceiros, muitas inclusive longe da residência do trabalhador, desgastam a relação familiar e a própria saúde do militante.

Não se pretende definir que as ações governamentais sempre optarão por administrar a cidade em favor dos poderosos e que os movimentos sociais estão sempre na vanguarda de uma cidade mais justa e humana, pois existem possibilidades de avanços e retrocessos nos dois campos de atuação.

No caso do PEU-Vargens, os movimentos populares deixaram de participar do debate institucional promovido pela câmara dos vereadores, por entenderem que não se passa de um jogo de cena, sem avanços para as comunidades carentes e os agricultores. A discussão travada hoje na Prefeitura, na câmara e na Associação de Moradores de Vargem Grande (AMAVAG), está restrita à legalização dos condomínios de classe média, onde imobiliárias procuram regulamentar empreendimentos visando a rápida valorização no mercado de terras. Assim, como sugere MV Bill, na música: causa e efeito (2011): “combatente não aceita comando de canalha que a nós não respeita”, o que não significa que os coletivos desapareceram, mas não estão associados a grupos de interesses divergentes. Portanto, acreditamos que a luta pelo direito popular à cidade, no sentido de construção de outra realidade urbana, é hoje uma das principais trincheiras de uma territorialidade contra-hegemônica, e que por conta disso, não pode ficar distante dos conteúdos, debates e projetos desenvolvidos na escola e na universidade.



Figura 26: Mobilização para a legalização de condomínios

Fonte: Taiguara Moraes (2015)

Além da moradia popular e da Agroecologia, as resistências da região passam por grupos que desenvolvem ações no campo da cultura, tendo como princípio o apoio às artes e produções “marginalizadas” pelo mercado cultural das grandes casas de espetáculos, editoras, cinemas e galerias de shoppings. Considerando assim, há jornais e editoras comunitários,

grupos criados em torno do Teatro, do Rock, do Rap e do Reggae, o artesanato rústico e as artes populares construídas nas periferias, todos como possibilidades de comunicação horizontal e expressão libertária, garantindo pensar e agir em torno de outra realidade cultural. Dessa forma, os coletivos vêm trabalhando as problemáticas locais, as artes populares e as considerações conjunturais, com textos jornalísticos e letras de música de protesto, linguagens e culinárias artísticas alternativas e através dos museus de arte popular.

Elencamos alguns coletivos e instituições que se afinam com a proposta de uma cultura engajada na luta em favor de outra realidade cultural para a região das Vargens: o Jornal Abaixo Assinado de Jacarepaguá (JAAJ), o Fórum Cultural de Jacarepaguá, os Quilombos Vargem e Camorim, a Ação Local Mulheres do Sertão Carioca, o Núcleo Ecológico de Cultura e Trabalho Alternativo Rural (NECTAR) e o Museu Casa do Pontal. São, portanto, ações construídas por quem acredita na cultura contra hegemônica como possibilidade de manifestar a arte popular e a comunicação horizontal.

Os contrapontos e as controvérsias apontados aqui seguem a luta pelo direito a uma cidade que não esteja alinhada ao projeto do capital e suas intervenções que só degradam a vida com planejamentos prévios distantes da demanda popular. O saber do território está na mão do povo, e por isso a escola não deve ignorá-los, posto que as pessoas desenvolvem sentimento em relação aos lugares e que todos os espaços são construções movidas por objetivos plurais que não podem ficar reduzidos ao consumismo, aos valores de troca e a indiferença. Assim, as lutas de apropriação do território e por uma territorialidade contra hegemônica buscam garantir espaços públicos, produção e consumo diferenciados, comunicação horizontal, moradia digna, cultura popular e alimentos saudáveis para a maioria. Para isso, é inegável que tenhamos de construir outra sociedade e espaços, inclusive escolares, pois garantir o uso em uma cidade opressora e destruída pelo capital é insuficiente para os anseios populares.

## 4 A EDUCAÇÃO POLÍTICA E A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

*“La educación no tiene espacio para ingenuidades”*

(José Martí)

### 4.1. A Escola Territorializada<sup>13</sup>

A dinâmica territorial atrelada à educação não formal dos movimentos sociais expressa uma vivência cotidiana norteadas pela coletividade e pelo posicionamento na diferença de classes, construindo políticas, culturas, necessidades e possibilidades. Desse modo, determinam-se ações comunicativas e conteúdos pedagógicos relacionados ao território e à realidade.

A ideologia predominante define o sistema econômico no qual vivemos como definitivo e inexorável, ignorando as classes sociais em luta. Responsabiliza o cidadão pelo seu próprio fracasso e pobreza. Sendo assim, a formulação e disseminação de uma contraideologia ou ideologia orgânica se fazem necessárias, devendo ser reforçadas pela escola, em consonância com os movimentos populares.

Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital. Essa maneira de abordar o assunto é, de fato, tanto a esperança como a garantia de um possível êxito (MÉSZÁROS, 2008, p.48).

Impregnada e consolidada de transformação social e econômica, a escola territorializada busca desnaturalizar as desigualdades, a opressão capitalista e a ideia de que a globalização provocou a desterritorialização. Integrando o saber acadêmico ao saber popular, estabelece parcerias com instituições de pesquisa e movimentos sociais, procurando promover a consciência crítica e de classe. Portanto, sem isolamento, com a realidade concreta e simbólica fazendo parte de seu alicerce central, e tendo a comunicação horizontal como proposta de integração, através de uma comunhão de ideais e ações. Pois a opressão atinge todos os trabalhadores, seja favelado, agricultor ou professor. Portanto, o compromisso com as camadas populares se revela nas atitudes diárias da escola territorializada, que constrói sem

---

<sup>13</sup> Conceito construído a partir das atividades desenvolvidas no CEPTMC, onde a escola se integra ao território a qual pertence e se identifica, demonstrando que não há um desenraizamento com o lugar e com as questões de existência e de resistência.

parar e com humildade a necessária confiança dos sujeitos, atores e protagonistas das intervenções e denúncias deste mundo desigual.

Daí que, ao contrário do que ocorre com a conquista, na teoria antidialógica da ação, que mitifica a realidade para manter a dominação, na co-laboração, exigida pela teoria dialógica da ação, os sujeitos dialógicos se voltam sobre a realidade mediatizadora que, problematizada, os desafia. A resposta aos desafios da realidade problematizada é já a ação dos sujeitos dialógicos sobre ela, para transformá-la (FREIRE, 1987, p.197).

Assim, o CEPTMC possui articulações com múltiplos territórios, quais sejam: com a esfera governamental da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), sua política pedagógica, currículos, supervisões e funcionários; com universidades públicas federais, seus projetos de extensão e professores que pesquisam a região; com instituições de pesquisa do Estado, como a Fundação de Amparo Pesquisa Estado do Rio de Janeiro ( Faperj) e seus bolsistas; com os quilombos Vargem e Camorim, seus integrantes e propostas identitárias; com as 20 favelas da região do PEU-Vargens, seus líderes comunitários e estudantes do colégio; com o campus FIOCRUZ- Mata Atlântica, seus pesquisadores e funcionários; com o Jornal comunitário JAAJ, seus colaboradores, colunistas e conselheiros; com a Agrovargem, seus agricultores e entidades não governamentais de apoio; com a AMAVAG, sua diretoria e associados; com a escola de samba Unidos das Vargens, seus carnavalescos e integrantes; com o Centro de Treinamento (CT) do Clube de Regatas Flamengo, seus pedagogos, assistentes sociais e atletas estudantes; com o SEPE, seus diretores e militantes; e com o conselho gestor do PEPB.

Portanto, são multiterritorialidades acontecendo no colégio, que ignoram as fronteiras da região, desenvolvendo uma educação que procura a vida social, cultural e acadêmica como elementos de um processo emancipatório.

Considera-se que a realidade vivida pela classe trabalhadora, com suas angústias, dificuldades, lutas e expectativas, não pode ficar distante da escola. Desconstrói-se a ideia de que o povo vive em harmonia com o sistema opressor. Daí a necessária integração entre a escola e o território no qual está inserida, em que a educação se articula ao povo na luta por uma sociedade mais justa. Nesse sentido, a integração da escola com os movimentos sociais se contrapõe à proposta capitalista de parceria do Estado com a iniciativa privada.

A escola tradicional e seu currículo norteados pelo gabinete da secretaria de Educação são nutridos e concebidos pela classe dominante com base em parâmetros neoliberais. Seletividade, meritocracia, competição e individualismo são fontes de inspiração para

conteúdos distantes dos anseios populares. Uma das frentes de luta nesse sentido é o questionamento desses conteúdos. Já que

Questões referentes a produção, seleção, distribuição, aprendizagem e avaliação do conhecimento escolar configuram questões relacionadas a controle e dominação, o que implica afirmar a existência de elos íntimos e complexos entre escola, conhecimento, poder, ideologia e subjetividade (MOREIRA,1995,p.10).

Dito isso, é muito edificante para a escola pública, que trabalha sempre com a perspectiva de garantir visibilidade às demandas populares, estreitar o laço entre os estudantes e a realidade local, de caráter solidário e propositivo. Com isso garante-se uma práxis educativa transformadora, na qual a superação do modelo econômico excludente é intrínseca ao aprendizado.

Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles serem desditados, objetos de um tratamento humanitarista, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para a sua promoção (FREIRE,1987, p.41).

Essa proposta é contrária à maioria das políticas educacionais voltadas às camadas populares, em que a escola: “nasceu e se estruturou marcada por interesse de classe” (Arroyo, 1991, p.18). E por uma territorialização controladora, em que as escolas cumprem também o papel de postos de vacinação, votação, defesa civil e de cadastro e controle de programas sociais. De um modo geral, as políticas educacionais oficiais estão relacionadas à reprodução da força de trabalho, da integração do estudante na lógica individualista e da falsificação do consenso em torno da naturalização da dominação, através do atendimento específico a uma determinada demanda do mercado de trabalho. Assim, grande parte dos currículos oficiais são direcionados pelo mercado, conduzindo o que deve ser informado e como deve ocorrer essa transmissão de conteúdos desconexos e distantes do mundo real. Desse modo garante-se, principalmente, uma mão de obra letrada, mas ordeira, dócil e ingênua. Inclusive, de acordo com Mézáros (2008, p.56) quando acontecem as exceções, não modifica o fato de que no conjunto, temos a conformidade universal como finalidade da educação formal. A respeito disso, lembra Arroyo (1991, p.51) que:

A burguesia não condena o cidadão-trabalhador a ser um iletrado. Até aí não seria problema para a ordem social vigente: ter cidadãos e trabalhadores letrados facilitaria sua inserção nessa ordem e os tornaria mais funcionais. Qualquer projeto de escola para as classes subalternas que tente instrumentalizá-las para o mundo moderno letrado receberá o apoio da burguesia e dos gestores de seu Estado.

Por outro lado, os movimentos sociais comprometidos com a emancipação e soberania popular pressionam o Estado e as instituições escolares a redefinirem sua política, na medida

em que cresce a conscientização de classe e as propostas contra hegemônicas se manifestam nos sindicatos, organizações, associações, conselhos e até dentro do Estado. Em vista disto, constroem-se alternativas ao ensino “neutro”, secular, adestrador, alienante e reprodutivista. Pois para Mészáros (2008, p.95), “a educação socialista só pode cumprir seu preceito se for articulada a uma intervenção consciente e efetiva no processo de transformação social”.

Buscando não cair no pragmatismo sectário, de que só são genuinamente progressistas as opções radicalmente opostas ao oficial, buscamos trabalhar com as possibilidades relacionadas ao cotidiano<sup>14</sup>. Pois, nosso objeto de estudo e meu local de trabalho é um colégio público da Rede Estadual do Rio de Janeiro, onde a dinâmica social atua como sujeito. Mas temos o professor e o aluno como protagonistas de uma ação real norteada pela consciência de um ensino alternativo ao padrão, mesmo atuando com estruturas, diretrizes, espaços, horários e programas construídos de maneira vertical. Nesse sentido, o objetivo é que o Instituinte (LINHARES, 2009, p.5) aflore a partir do diálogo, da troca de experiências de vida, ou seja, de verdades e realidades, transformando a mesmice escolar em um espaço plural e menos excludente.

Baseados em uma série de fatores que vão desde a formação acadêmica às circunstâncias, condições, situações e aos momentos cotidianos, essa possibilidade contestadora que atua em busca da emancipação só se inicia considerando a complexidade existente no desdobramento dos conteúdos oficiais e na mobilização dos docentes em gerar possibilidades progressistas. É importante dar espaço a outros saberes, tanto científicos como populares, o que nos permite continuar a crer no potencial democratizante de nossas ações (OLIVEIRA, 2003, p.46).

Por isso, os acontecimentos conjunturais de uma realidade global devem ser observados e analisados na escola territorializada em parceria com os movimentos sociais, com a finalidade de identificar entraves e nortear possibilidades. Já o fazer coletivo desenvolvido deve garantir ir além do feito. Ou seja, ir além do realizado e conhecido, buscando alternativas não consagradas, reforçadas por uma atitude de abertura ao novo que se descobre durante o percurso do ano letivo. Este pode ser diferente, revelador e autêntico a

---

<sup>14</sup> Segundo Oliveira, 2003, p.63. “O cotidiano é o espaço no qual se realizam as articulações entre as macroestruturas sociais e os fazeres, relativamente autônomos e adequados às circunstâncias dos sujeitos reais”.

cada dia, turma, série e turno, convergindo para o que Raul Seixas entoava como “metamorfose ambulante”.

Nesse sentido, cabe identificar o que nos fortalece enquanto atores de uma história sem fim, dando especial atenção e cuidado à reprodução impensada, e por isso alienante, de uma estrutura comandada por objetivos opostos à emancipação popular, mas consagrada, como vimos, pela grande mídia e pela maioria das secretarias de educação. Por conta desse eterno embate de disputas por modelos, propostas e métodos pedagógicos é que somos remetidos à luta, acreditando, construindo e amplificando o que agrega e o que dá significado aos processos autônomos.

Como nos ensina Freire (2006, p.59) “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. Então, lutar por rupturas radicais na sociedade não impede dialogar com as possibilidades presentes, compostas por um misto de autonomia e motivação. De maneira homeopática, podemos contribuir com outras formas de ação, conhecimento, consumo, didática e relacionamento.

O que se coloca à educadora ou ao educador democrático, consciente da impossibilidade da neutralidade da educação, é forjar em si um saber especial, que jamais deve abandonar, saber que motiva e sustenta sua luta: se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. O que quero dizer é que a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tão pouco é a perpetuação de “status quo” porque o dominante o decreta (FREIRE, 2006, p.112).

Desta forma, venho observando que o Colégio Estadual Prof. Teófilo Moreira da Costa vem construindo uma proposta que caminha entre a regulação do currículo mínimo, a adstração às avaliações externas, a supervisão dos agentes de gestão escolar e as alternativas das ações críticas e criativas que se desdobram no cotidiano de muitas aulas e atividades extraclasse. Assim, temos a autonomia sobrevivendo no meio disso tudo. Sabendo que:

se desenvolvemos esse pensamento em relação aos debates em torno dos limites e das possibilidades do desenvolvimento de práticas progressistas nas escolas, vamos ter de assumir a presença de uma tensão permanente entre os elementos regulatórios, tanto das propostas quanto das nossas convicções e possibilidades de ação e os elementos emancipatórios que também se fazem presentes em propostas e ações (OLIVEIRA,2003,p.82).

Portanto, um ensino que constrói a consciência coletiva, entendendo a lógica da exploração capitalista, trazendo a problemática social e a desigualdade para o cotidiano da sala de aula, possibilita educar para o questionamento, para a dúvida, para a crítica e para a



mudança dessa ordem opressora e excludente, sem rupturas com o mundo do trabalho e suas históricas lutas contra-hegemônicas.

Tal questionamento é impregnado da esperança de que o estudante oriundo da classe trabalhadora possa construir conhecimento integrado ao seu território, conquistando o saber libertador. Segundo Gramsci (2011, p.222), o papel do professor é fundamental nessa tarefa, pois será o intermediador consciente da relação conteúdo teórico e vida, ou o nexos “instrução-educação”. Por outro lado, se o professor se distancia da proposta de escola territorializada, “visando a resolver a questão do ensino de acordo com esquemas abstratos nos quais exalta a educabilidade, a obra do professor se tornará ainda mais deficiente: ter-se-á uma escola retórica”.

Sabemos que os entraves ideológicos que bloqueiam a ação progressista do professor dizem respeito à sua formação social enquanto indivíduo pertencente à sociedade capitalista, necessitando de reflexão crítica construtiva a respeito de sua prática, mesmo quando se julga revolucionário.

A falta da dialética e o anseio pela comunidade, combinados podem igualmente influir, e com frequência influem, no comportamento dos revolucionários. Antes de transformar a sociedade na qual nasceu e atua, o revolucionário é em boa parte formado por ela, de modo que seria ingenuidade supor que ele possa permanecer completamente imune aos venenos dela. Muitas, muitíssimas vezes, as ideias revolucionárias se combinam, na mesma pessoa, com sentimentos bastante reacionários e com preconceitos surpreendentemente conservadores (Konder, 1991, p.185).

Caberá, então, à escola e ao professor manter-se como sustentáculo da dominação, como tradicional aparelho reprodutivo, ou atender às demandas populares, por uma escola do e com o saber do povo.

Essa escola territorializada passa a ter os trabalhadores como aliados, construindo uma sólida e coerente proposta de função social para a escola, tendo como referência e resistência o território-rede, o lugar, a educação não formal dos movimentos sociais, o estudo da conjuntura opressora, a comunicação horizontal e as possibilidades do cotidiano. São desenvolvidas experiências, alternativas e possibilidades de aprendizagem únicas e integrais para toda a comunidade escolar. Compartilhamos com Brecht (2000) quando afirma: “Apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la”.

Nesse sentido, a vida cotidiana realiza o desmascaramento da ideologia dominante, e o conhecimento científico contra hegemônico se integra à sabedoria popular, procurando deliberações no espaço público. Ou seja: “O aspecto central é determinar para onde se dirige a dinâmica do social, expressa nas lutas de classe. É preciso atingir a radicalidade intrínseca à

realidade” (ARROYO, 2011, p.188). A partir dessa prática, parece haver condições de se falar de integração das atividades extracurriculares com as disciplinas obrigatórias e com as demandas populares.

Dessa forma, a integração escola/movimentos sociais/território deve se dar com base em propostas políticas, considerando que a realidade se apresenta como uma luta pelo fortalecimento da classe trabalhadora, através de suas reivindicações pelos direitos sociais e por uma sociedade menos excludente. Além disso, apontam-se os reais responsáveis pelas desigualdades, carências, deficiências e ausências de serviços públicos, incluindo a escola, que realmente atendam às necessidades dos trabalhadores. Desse modo, procura-se entender a dinâmica social e espacial que se desenvolve no cotidiano de luta do povo diante das dificuldades vinculadas ao sistema capitalista, e retira-se a culpa do professor, dos alunos e da sua família como fiadores do fracasso escolar.

Juntos, compostos de reconhecimento dos saberes afins, tanto os professores como os alunos comungam de unicidade na busca da libertação, sem indução e invasão. Constrói-se com o povo, a partir de suas indagações e projeções, uma proposta educacional e cultural genuinamente popular. Sem esquemas e organogramas verticais, o objetivo passa a ser o crescimento da resistência às opressões do capital.

Em lugar de esquemas prescritos, liderança e povo, identificados, criam juntos as pautas para sua ação. Uma e outro, na síntese, de certa forma renascem num saber e numa ação novos, que não são apenas o saber e a ação da liderança, mas dela e do povo. Saber da cultura alienada que implicando a ação transformadora, dará lugar à cultura que se desaliena (FREIRE, 1987, p.181).

Assim, a escola territorializada busca ser um dos espaços públicos do povo, ajudando na construção de significados de vida. O saber do povo expresso pelo conhecimento coletivo, isto é, da especificidade cultural ao projeto de todos. A energia da reivindicação é canalizada em questionamentos acerca do sistema, teorizando a ação de maneira dialógica e horizontal, contribuindo para a libertação das pessoas que vivem como máquinas num modo de produção alienante, sufocante e injusto.

Fazer essa aproximação entre a escola e o mundo social cria laços entre as demandas comunitárias e a ciência, abrindo espaço para a integração e principalmente para a reconstrução da realidade, dentro da dialética do mundo contemporâneo. Este nada tem de unitário, adestrador, reducionista e utilitarista. Ou seja, a emancipação popular passa por uma educação de apoio aos movimentos sociais, no sentido de trabalhar com a aprendizagem da

liberdade e da desconstrução das “certezas” da sociedade capitalista, marcada pela injustiça e desigualdade social.

A aproximação plena exige descentralização do saber eurocêntrico, racional e burguês, já que o capitalismo tende a separar tudo. Mas como conhecimento é vida, cabe, portanto, à escola territorializada manter um compromisso com o povo e suas históricas lutas de reapropriação cultural, potencializando os pontos de interação, ou seja, exercitando a tolerância com o diferente, em vista da troca de saberes rumo a uma luta contínua contra o que oprime e tolhe a liberdade.

Por isso, será uma ação educativa norteadada pela dinâmica social e pelo desejo de mudança, devendo esquecer o medo do debate, do diálogo e do discurso travado no cotidiano da vida, em que a cidade e suas relações materiais interferem no processo educativo escolar. Temos nossos conteúdos curriculares e práticas pedagógicas, de uma maneira geral, isolados do ato de viver, tanto no que diz respeito à sobrevivência material como a desejos, valores, angústias e idiossincrasias. Daí, como planejar programas educativos sem incorporar os estreitos vínculos entre as condições em que os educandos reproduzem sua existência e seu aprendizado humano? (Arroyo, 2011, p.248).

A escola territorializada é viva em movimento. Todos nós somos sujeitos do nosso cotidiano, em constante processo de aprendizagem coletiva. A dimensão política pedagógica da educação formal, ao integrar o que a educação não formal dos movimentos sociais desenvolve, busca promover o que vem sendo articulado a respeito das questões culturais, raciais, de gênero, ambientais e econômicas, enquanto potencial contra-hegemônico e de novos valores, significados e possibilidades emancipatórias.

Esse entrelaçamento dos movimentos sociais com a educação libertadora ocorre por conta da premência por um mundo melhor. Mundo este repleto de tensões, experiências e desafios de sobrevivência emocional e material, que certamente marcam a vida dos estudantes e professores.

Ao amplificar a voz dos oprimidos, a escola pública comprometida com a diversidade cultural estabelece a integração entre os não padronizados de um presente muitas vezes sem perspectivas, ou seja, o reconhecimento e a valorização da heterogeneidade étnica, religiosa e cultural dos estudantes fazem com que a escola desenvolva o movimento criativo. Acredita-se na capacidade do jovem da periferia de expressar as possibilidades progressistas de enfrentamento às culturas impostas. Miguel Arroyo (2011, p.257) lembra-nos que devemos

compreender a cultura como “campo de embates”, em que as direções, as expectativas e os significados são diversos e conflitantes.

A partir das necessidades e experiências de sobrevivência, a sagacidade se expõe, impondo um ritmo próprio. Assim, a educação formal pode aprender com a educação popular dos movimentos sociais que procuram agregar tradicionalidade e modernidade; o global com o local; o saber científico com a sabedoria popular; a luta pela sobrevivência com as diversas orientações culturais. Enfim, tudo com o inacabado, imperfeito, imponderável, complexo e dinâmico universo dos múltiplos territórios, ficando atento às ciladas intelectuais da nossa racionalidade ocidental, constituidora de uma escola que exclui mais do que inclui.

Há crenças nessa visão de educação: que na razão está o parâmetro universalmente aplicável para julgar as condutas como humanas; que o como viver, crer e agir deve ser ditado pela razão para ser humanos e politicamente consequentes; que critérios cognitivos racionalmente definidos regem a ação coletiva; que as crenças, a ignorância, a paixão e o desejo levarão a análises, conclusões e condutas irracionais; que o povo está preso a essas crenças e somente será liberto, raciocinando, esclarecido, aprendendo o pensar lógico indutivo-dedutivo, porque só assim reconhecerá seus erros, repensará suas crenças e redefinirá suas práticas. Sairá do estágio pré-político, pré-humano para a consciência e o consequente estágio humano e político (ARROYO, 2011, p.261).

Dito isso, constituindo o que compõe e o que recompõe a cultura popular, a escola territorializada não pretende fundir saberes em ações simpáticas que, em linhas gerais, continua impondo a racionalidade do conhecimento civilizatório e colonialista. O propósito é trabalhar em comunhão com as diferentes dimensões culturais oriundas da raiz emocional dos povos oprimidos, sem a “inocência” do populismo cultural e do capital social. Principalmente estimulando os estudantes e professores a indagarem sobre todo o processo de construção do conhecimento e de formação escolar, do qual eles próprios são agentes de resistência (McLAREN, 1997, p.94).

Reconhecemos que não há apenas um saber e uma única maneira de interpretar o mundo e que o capitalismo rastreia novidades e diferenças para então cooptar, assimilar e continuar respirando. Daí a necessária atenção, conscientização e maturidade coletiva para diferenciar o que gera autonomia e resistência daquilo que reproduz a dependência, o individualismo de mercado e a dominação cultural.

Como a proposta aqui apresentada parte do que vem sendo desenvolvido em um Colégio Estadual, consideramos alguns pontos da atual política da SEEDUC/RJ como análise de possíveis entraves e avanços. A secretaria de educação criou na gestão do Senhor Wilson Risolia (2010-2014) o elemento que acompanha as atividades e o rendimento do Colégio através de um cargo denominado Agente de Acompanhamento Gestão Escolar (AAGE), que

apóia as ações e atividades de integração com o território desde que não interfira na programação do currículo oficial, na frequência e rendimento dos alunos nas avaliações externas.

Na medida em que a principal proposta da Secretaria é o estabelecimento de metas estatísticas que não consideram as subjetividades das propostas, mesmo quando estas se refletem como veremos na análise da pesquisa, em um melhor rendimento e interesse em algumas disciplinas. Com isso, o apoio da SEEDUC e da Coordenação Metropolitana VI se resume em divulgar alguns eventos externos promovidos pela Unidade Escolar (UE) como forma de propagandar a diversidade pedagógica e cultural das escolas, mas que de fato não interfere nos parâmetros de avaliação da política meritocrática, que insiste em se manter norteada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), estabelecendo gratificações diferenciadas para as escolas que melhoram seus índices de aprovação, com menos retirada de licença médica por parte dos docentes e com gestores alinhados a produtividade.

Então, essa lógica tecnocrata que “vigia e pune” (FOUCAULT, 1975), vem dominando o espaço escolar, reconhecendo apenas o custo e o benefício de colégios padronizados, pois mesmo não inviabilizando algumas ações, força, de maneira vertical, uma sujeição da comunidade escolar, impondo uma política descompassada com a autonomia do professor, do Colégio e da comunidade.

Isto vem gerando uma contradição, na medida em que aponta como um dos motivos da evasão escolar a falta de estímulo dos estudantes em comparecer a escola, ou seja, incentiva às Unidades Escolares a construírem um ambiente mais atrativo aos jovens do ensino médio. Ao mesmo tempo institui a estandarização e monitoramento da rede estadual através do currículo comum, da gestão pedagógica centrada em critérios financeiros, compartimentação das disciplinas, avaliações externas distantes das especificidades das turmas, modernização tecnológica relacionada apenas ao controle da frequência, do comportamento e das notas dos alunos; aliado à falta de condições para que os professores desenvolvam um trabalho mais integral e interdisciplinar e da presença de policiais militares no espaço escolar. Portanto, adestrar os estudantes nas competências visando melhorar o rendimento nas avaliações externas em ambientes de uma arquitetura repressiva é limitar o potencial criativo dos professores e estudantes como detentores de diversos saberes e seres construtores do conhecimento.

Trabalhar nas brechas da contradição e nas possibilidades criativas das atividades extra classe e no cotidiano da sala de aula como um espaço de alternativas emancipatórias, vem sendo então a proposta pedagógica da escola territorializada. Não estamos esperando grandes transformações na política da SEEDUC/RJ para então agir em nome de uma integração do Colégio com os movimentos sociais e conseqüentemente com as demandas do território. Questionando o modelo oficial de educar para a o mercado, educamos com atividades de conscientização política e social que parte da realidade como fio condutor para a aprendizagem, ou seja, construindo personalidades ativas que se enxergam diante das demandas da vida. Pois ações isoladas, inclusive da escola, não transformam nada.

Desta forma, não é tarefa fácil trabalhar com a inconformação social, com o saber popular, autonomia docente e a formação de sujeitos coletivos, diante de uma estrutura que transforma a escola numa empresa, onde o gestor deve acompanhar e fiscalizar o cumprimento de metas, desconsiderando os inúmeros ritmos e tempos dos estudantes e de seus territórios. Mas como dizia Che Guevara: “La única lucha que se pierde es la que se abandona”.

#### **4.2. As Ações Desenvolvidas pelo CEPTMC**

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um pacto entre a comunidade escolar e a gestão. Pode ser encarado como a ferramenta de mudança, refletindo sobre sua responsabilidade e função, para que a educação esteja além das necessidades do Mercado. E está lá no nosso PPP (2012/2014):

Queremos um aluno capaz de interpretar e compreender o mundo à sua volta, levando em conta seu conhecimento prévio sobre a realidade, capaz de refletir diante das adversidades, que saiba analisar as situações cotidianas a fim de assumir um posicionamento crítico diante da vida, que o leve à tomada de decisões na busca de seus objetivos.

A organização tradicional do currículo conduz o estudante a uma visão fragmentada do conhecimento. Esse caráter disciplinar pode ser um dos responsáveis pelo constante desestímulo no prosseguimento dos estudos, ou no investimento em pesquisa. A construção do conhecimento local também pode ficar prejudicada por estratégias de especialização exagerada dos conteúdos escolares. É possível identificar como vinculada a essa fragmentação generalizada e politicamente orquestrada como forma de dominação do

conhecimento, a desarticulação da vida da escola com a vida da comunidade a que serve, do pedagógico ao político.

Daí a necessidade de um projeto político pedagógico contra-hegemônico, ou seja, comprometido com a cultura do público, com outros processos formadores e com a transformação social. É importante deixar claro que o Professor é o mediador entre a crítica e as alternativas libertárias, que como acredita Moreira (1995, p.13): o intelectual transformador deve ir além da capacidade de analisar as contradições da sociedade, buscando ser capaz de articular e desenvolver possibilidades emancipatórias em espaços específicos.



Figura 27: Debate: o Ensino Médio que Queremos (AMAVAG; SEEDUC; MUP e CEPTMC)

Fonte: Arquivo pessoal (2008)

Assim, as atividades extracurriculares previstas no PPP são construídas e promovidas pelos Professores, Grêmio Escolar, Direção da Escola e Representantes dos movimentos sociais e professores das universidades vinculadas ao colégio (vide anexo IV). Isso significa que a integração escola formal/educação não formal, promovida pelos movimentos sociais, estabelece uma relação na qual o local apresenta pautas para o conteúdo programático extracurricular, ficando a critério do professor estendê-lo aos planos de aula, gerando uma identificação com a cultura, o ambiente e o trabalho local. Desse modo se fortalecem a autonomia pedagógica e a função social de uma escola territorializada, em que, segundo Arroyo (2011,p.202), a lógica dos direitos é mais incômoda e revolucionária do que a racionalidade do mercado.

No âmbito das atividades extracurriculares baseadas na conscientização dos direitos, o CEPTMC dialoga com a organização popular de seu entorno, que, como vimos, tem diversificado suas estratégias de luta pela terra, por moradia digna, pela produção de

alimentos orgânicos, pelo reconhecimento dos povos quilombolas, a comercialização solidária e o acesso a mercados institucionais, bem como ações socioambientais e culturais articuladas em rede.

Portanto, o ambiente político comprometido com as questões do território é extremamente importante para o desenvolvimento de uma cultura educacional crítica e propositiva. A construção de uma territorialidade agroecológica passa pelo envolvimento da educação formal com as demandas comunitárias. Identificamos, então, algumas iniciativas exitosas, que, ao serem construídas de “baixo para cima”, possibilitaram uma educação transformadora. Desse modo, a Escola Territorializada se constrói com o fortalecimento do território marcado pelo trabalho, a cultura e a afetividade de um povo, em que os atores sociais organizam suas intenções e abstrações por uma vida melhor, dentro de um cotidiano de sobrevivência. Como diz o refrão de uma canção entoada pelos agricultores locais: “Nossa luta é todo dia. Por alimentação e moradia”.



Figura 28: Integração Música e Poesia

Fonte: Arquivo pessoal (2014)

Neste sentido, cabe ressaltar a importância da práxis como elemento de intencionalidade para a escola territorializada.

A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete a ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática (KONDER, 2002,p.115).

Construir esta práxis junto aos professores passa a ser, então, uma tarefa primordial dentro da perspectiva de integração escola formal e movimentos sociais. Pois venho notando, e veremos com mais detalhes nos resultados das entrevistas, que os professores são sensíveis



aos problemas sociais e ambientais da região, desenvolvendo atividades bem intencionadas sobre os temas, entretanto, por diversos motivos, poucos possuem uma visão comprometida com a consciência histórica da transformação social e com a tomada de posição diante da realidade. Isso aumenta a responsabilidade da escola territorializada no desenvolvimento de práticas pedagógicas que realmente exigem a transformação dos sujeitos e que demonstre a força das ações coletivas.

Sem um progressivo e consciente intercâmbio com processos de educação abrangentes como “a nossa própria vida”, a educação formal não pode realizar as muito necessárias aspirações emancipadoras. Se, entretanto, os elementos progressistas da educação formal forem bem-sucedidos em redefinir a sua tarefa num espírito orientado em direção à perspectiva de uma alternativa hegemônica à ordem existente, eles poderão dar uma contribuição vital para romper a lógica do capital, não só no seu próprio e mais limitado domínio como também na sociedade como um todo (MÉSZÁROS, 2008, p.59).

Dessa forma, as inúmeras atividades extracurriculares desenvolvidas pelo CEPTMC, os movimentos sociais e as Universidades têm o fortalecimento estratégico da construção de uma territorialidade contra-hegemônica para a região das Vargens como fator agregador e pauta unificada. Portanto, a batalha de um educador consciente com a transformação social a partir da labuta da práxis é árdua, tensa, lenta e quase imperceptível. Comungando com o provérbio africano, que diz: “Uma árvore cai com um grande estrondo, mas ninguém ouve a floresta crescer”.

Dentro dessa perspectiva de integração gradual, constante e reflexiva com a comunidade, em 2012 foi possível concretizar um contrato formal entre o Colégio e a agricultura familiar, tendo como parâmetro legal a lei nº 11.947/2009 que determina que no mínimo 30% da verba do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser destinados à compra de produtos orgânicos da agricultura familiar, sem intermediários. Esse acontecimento é histórico, já que foi o primeiro Colégio Estadual da cidade do Rio de Janeiro a fazer cumprir a lei. Institucionalizou o que já vinha ocorrendo, ou seja, a integração entre os estudantes e os agricultores do entorno.

A assinatura do contrato só foi possível após anos de luta travada pelos agricultores da cidade do Rio de Janeiro, principalmente na figura dos agricultores Pedro Mesquita, Jorge Cardia, Jorge Rodrigues e Francisco Caldeira, identificados pelo projeto Profito de Biodiversidade desenvolvido no Maciço da Pedra Branca pelo campus Fiocruz Mata Atlântica e as organizações não governamentais ASPTA e Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), que atuam na assessoria técnica e jurídica para a retirada da documentação pertinente a formalização do agricultor. O documento mais burocrático é a DAP (Declaração de Aptidão

ao Pronaf), certidão fundamental para que o agricultor se habilite a comercializar diretamente com os órgãos públicos, possibilitando participar das chamadas e editais oficiais.

Portanto, por iniciativa da Rede CAU, protagonizada pela ASPTA e PROFITO, foi feita uma articulação intensa com a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do Rio de Janeiro (DFDA-RJ) e a EMATER-RIO, visando reverter a interpretação desses órgãos. Segundo o manual do crédito rural, os agricultores do Maciço da Pedra Branca não tinham direito a DAP na medida em que seus endereços se encontram em área definida pelo Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro como urbana. Não entendem que havia, de fato, um imóvel e atividades rurais. Consequentemente, esse dilema não daria o direito de os agricultores serem habilitados pela DAP. Havia também a dificuldade de certificação, ao passo que os agricultores plantam há décadas numa região que se tornou em 1974 o Parque Estadual da Pedra Branca, ou seja, uma unidade de conservação, hoje administrada pelo INEA.

Durante esse processo, o meu papel enquanto diretor do Colégio Estadual Prof. Teófilo Moreira da Costa foi o de ceder espaço para as reuniões dos agricultores e movimentos sociais envolvidos e de mobilizar estudantes e professores para a pauta agroecológica e para a vocação inicial do colégio como provedor de uma educação agrícola. Tivemos sucesso nesta empreitada, pois os estudantes passaram a reconhecer a possibilidade agrícola e os empregos relacionados à área, numa região que se mostra cada vez mais urbana. Como órgão público, a questão foi levada aos órgãos superiores vinculados ao Colégio; tais como a Secretaria Estadual de Educação (SEE) e a Secretaria Estadual do Ambiente (SEA).

Foi então que em junho de 2012, após intensa mobilização e do mutirão Pró DAP, composto por agricultores, pesquisadores, membros do projeto Profito, da Aspta, e da Rede Ecológica e Rede CAU, Pedro Mesquita, agricultor do Maciço da Pedra Branca em Vargem Grande, com suas lavouras de banana, aipim, chuchu e abóbora, garantiu sua DAP ao comprovar que vive única e exclusivamente da agricultura, mesmo morando em área urbana e dentro de uma unidade de conservação. Com isso, ele pode se inserir nas políticas públicas do setor agrário. Ainda em 2012 e já de posse desse documento, Pedro Mesquita e a Agrovargem estruturaram um contrato para participar da chamada pública de venda de alimentos orgânicos para a merenda escolar do (CEPTMC). Neste primeiro contrato, foi fornecido ao Colégio em um período de seis meses: 130 quilos (Kg) de Aipim, 65 Kg Chuchu, 130 Kg Abóbora e 130 Kg de Banana prata.



Figura 29: 1ª entrega de alimentos da agricultura familiar em um colégio público na cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Ivani Rosa (2012)

Após essa primeira entrega, a questão da soberania alimentar e da não utilização dos adubos químicos e agrotóxicos na agricultura orgânica passou a fazer parte dos conteúdos programáticos dos professores, de biologia e química, desenvolvendo atividades de Agroecologia em parceria com o campus Fiocruz Mata Atlântica, localizado na Colônia Juliano Moreira. Isso possibilitou ao estudante fazer análises fisiológicas e estruturais a partir de experiências, comparando as verduras e os legumes orgânicos e não orgânicos, além de trabalhos de campo em áreas de plantio integrados a floresta, também conhecidos como Agrofloresta. Como Diretor da Unidade de Ensino que fez valer a lei do PNAE, passei a ser convidado pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro (COSEA-RIO), a expor em seminários e debates, as possibilidades e entraves da efetivação do contrato.

Portanto, a escola trabalha as diretrizes da alimentação escolar do PNAE, também na sua perspectiva pedagógica, na medida em que os alimentos sem agrotóxicos chegam a ela por meio de uma mão de obra familiar. Resiste aos contratemplos da especulação urbana, da agroindústria, do preconceito, das políticas públicas voltadas em sua maioria às grandes lavouras e do apelo dos agrotóxicos e fertilizantes químicos. Vários conteúdos das disciplinas do Ensino Médio são incrementados pelos depoimentos dos agricultores; pelos experimentos químicos realizados com alimentos orgânicos; pelos trabalhos de campo nos quintais produtivos e nas lavouras da região e pelos cursos, oficinas e seminários construídos pelos alunos e membros da Agrovargem e por pesquisadores do Campus Fiocruz Mata Atlântica. Tudo isso fortalece a perspectiva de um território que promove a Agrobiodiversidade, trabalhando com a integração da agricultura orgânica com a Mata Atlântica existente na

região. Antecipamos o que em 2013 veio a se tornar a lei 11947 da resolução FNDE nº 26, que considera o alimento uma ferramenta pedagógica.



Figura 30: Oficina: O território das Vargens e seus simbolismos

Fonte: Arquivo pessoal (2015)

Sendo assim, a Agroecologia<sup>15</sup> pressupõe uma inserção territorial e, como dito anteriormente, o papel do contrato do colégio na compra institucional realizada para fazer valer os princípios do PNAE retroalimentaram a estrutura educacional dos agricultores, fortalecendo a transferência de conhecimento aos estudantes através do trabalho como princípio educativo, pois mesmo não sendo uma premissa básica da associação desenvolver ações pedagógicas, a integração vem estabelecendo uma práxis. Ou seja, há uma relação entre a teoria e a prática que favorece a composição e pode influir no ensino a partir das experiências agrícolas e comunitárias da região.



Figura 31: Mutirão para colheita do Caqui (Maciço da Pedra Branca)

Fonte: Arquivo pessoal (2015)

---

<sup>15</sup> Esta agricultura deve atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a participação política e o empoderamento dos seus atores, além de permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, com uma perspectiva temporal de longo prazo, ou seja, uma agricultura sustentável (CAPORAL E COSTABEBER, 2004,p.15).



Figura 32: Mutirão para colheita do Caqui (Maciço da Pedra Branca)

Fonte: Arquivo pessoal (2015)

A agricultura familiar e orgânica e sua economia solidária necessitam de apoio cultural e educacional, assim como os estudantes devem ter referências para desenvolver significados neste momento de insegurança do planejamento futuro. Para tal, seus valores e princípios humanísticos, sustentáveis e economicamente alternativos ao grande capital devem ser consolidados e respeitados por todos. Ao mesmo tempo, a escola deve continuar se aproximando dessa luta, por conta de garantir uma educação consciente e prática. Veremos nos resultados das entrevistas que a fusão entre estes dois campos do saber, o empírico e o teórico, vem sendo percebida através de uma maior conscientização e mobilização<sup>16</sup> dos estudantes e trabalhadores em relação às questões sociais e ambientais da região. Portanto, expansão urbana, carência dos serviços de saúde e abastecimento de água, especulação imobiliária, agricultura familiar e produção orgânica, equilíbrio e desequilíbrio ecológico, sistema econômico, papel da escola na sociedade, enfim, temas vitais na pauta das demandas populares vêm sendo discutidos no colégio em parceria com uma rede de apoio que vai da Universidade aos consumidores de produtos orgânicos e plantas medicinais, passando por lideranças comunitárias e agricultores, fortalecendo a agricultura familiar, atividade econômica considerada em extinção pela homogeneização do espaço urbano. Isso tudo contribui para a consolidação do circuito de feiras orgânicas da cidade e das redes de compra pela internet, como a Cesta Verde, recém-criada em Vargem Grande e a Rede Carioca de Produtos Orgânicos.

A questão da posse da terra e do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro não poderia ficar de fora desta integração Escola-Comunidade. Como vimos nesta dissertação, a

---

<sup>16</sup> Mobilização é a convocação das vontades para atuar na busca de um propósito comum sob uma interpretação e um sentido compartilhados (TORO, 2005, p.91).

região das Vargens vem sofrendo com a especulação imobiliária e a remoção de favelas. O colégio público que se encontra neste espaço geográfico não pode ficar indiferente a estas questões. Assim, desde 2002, o CEPTMC vem trabalhando em conjunto com o MUP (Movimento de União Popular): convocando políticos para o debate popular; exigindo audiências públicas sobre o Plano de Estrutura Urbana “Peu das Vargens” na comunidade; ocupando a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em manifestação contra a remoção e participando de encontros para a confecção do plano popular da Vila Autódromo, em conjunto com universidades e moradores. Assim, alguns professores e estudantes estão reconhecendo que a luta de uma comunidade contra a remoção é a luta de todas as demais e que o modelo orgânico da agricultura familiar é sustentável e promove a economia local, assim como o incentivo e respeito à diversidade cultural leva à diminuição da intolerância e da violência. Desse modo, concretizamos nossa missão: escola pública engajada nas lutas sociais, culturais e econômicas de caráter alternativo ao modelo dominante.

Os movimentos sociais nos puxam para radicalizar o pensar e o fazer educativos à medida que nos mostram sujeitos inseridos em processos de luta pelas condições de elementaríssimas, por isso radicais, de viver como humanos. Como tarefas nos propõem captar as dramáticas questões que são vividas e postas nessas situações limite e revelá-las, explicitá-las. E ainda captar como os sujeitos se formam, entrando eles mesmos como totalidades nos movimentos (ARROYO,2011,p.252).



Figura 33: Sétimo dia do Encontro: Escola e Território (GREEC; Agrovargem; MUP; Quilombo Vargem; Rede CAU; SEEDUC; Escola Nacional Florestan Fernandes-MST; PACS e CEPTMC)

Fonte: Arquivo pessoal (2015)

Após expor o que entendemos por escola territorializada, suas propostas, conquistas, entraves e desafios e como se deu o processo de territorialização dos movimentos sociais articulados em rede, tendo o espaço urbano como locus principal e a globalização como pano de fundo, nossa pesquisa parte para alguns resultados relacionados às questões iniciais.

## 5 A PESQUISA E OS RESULTADOS

Inicialmente foram confeccionados três tipos de questionários: um para os alunos, um para os professores e um para as lideranças comunitárias. Os respondentes foram identificados por siglas, a fim de evitar a identificação dos mesmos: para os professores, a sigla PRP1, 2, 3 etc.; para as lideranças comunitárias, MS1, 2, 3, 4 e 5. No total obtivemos respostas de todos os alunos concluintes dos anos de 2014 e 2015, cerca de 90% do total dos professores do colégio e de cinco líderes comunitários, sendo um de cada entidade.

Os questionários foram aplicados em três grupos distintos: alunos do 3º ano do Ensino Médio nos anos de 2014 (cem questionários) e de 2015 (noventa questionários) obtendo um total de 190 questionários com questões fechadas, onde em algumas questões o estudante avaliava o item apresentado de acordo com o grau de importância. Tendo como objetivo principal, compreender se as atividades extraclasses contribuíram para uma maior identificação com o território, mobilização comunitária e se levaram a um melhor rendimento escolar. O segundo grupo analisado foi o dos Professores do Colégio, que responderam questões fechadas e semi estruturadas, num total de 25 entrevistados, onde o propósito principal era o de analisar a correlação entre as atividades extraclasse e as disciplinas e seus resultados. O terceiro grupo foi o dos militantes sociais, ou seja, pessoas que militam em algum movimento social na região das Vargens e que já estabelecem alguma relação com o CEPTMC. Foram então entrevistadas cinco pessoas de entidades diferentes, que responderam questões abertas, onde se pretendeu analisar como a integração do Colégio com os movimentos sociais contribui para o fortalecimento da luta. Desta forma, o que se pretendeu observar foi de que forma a relação entre o Colégio Estadual Prof. Teófilo M. da Costa e os movimentos sociais pode contribuir para o fortalecimento de uma territorialidade contra hegemônica? É possível afirmar que isto está ocorrendo nesta realidade? Qual é a percepção dos envolvidos no processo?

Nos três grupos pesquisados, tivemos a preocupação de obter respostas acerca dos principais elementos da região, seja como um problema ou como relação de identificação e pertencimento. Pois independente da dissertação, estes temas continuarão servindo de referência para a proposta de escola aqui descrita.

## 5.1 Os resultados

Questionário I – Estudantes concluintes do Ensino Médio no CEPTMC nos anos 2014 e 2015.  
Pergunta 1

Ao longo do seu curso de Ensino Médio, alguns temas locais foram trabalhados através de diversas atividades extra classe: debates, trabalhos de campo, palestras, oficinas, site do colégio e análises de textos de jornais comunitários. Para você, quais foram os temas mais importantes? Classifique, numerando os itens: (1) Muito Importante. (2) Relativo e (3) Pouco Importante

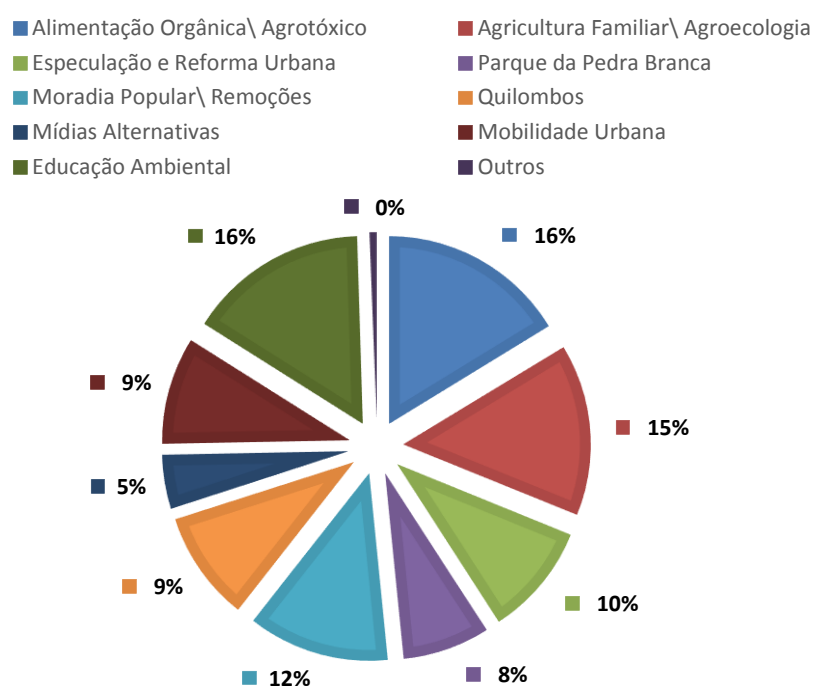


Figura 34: Os Temas locais para os alunos

Fonte: questionário 1

Estando em 16% das respostas, a alimentação orgânica e os perigos do agrotóxico aparecem como os temas mais importantes dentre os que foram trabalhados nas atividades extraclasses. Isso vem em decorrência do fato de o colégio comprar alimentos da agricultura familiar para servir na merenda, de estar localizado em área de forte tradição agrícola, desenvolver pesquisas sobre agrotóxicos e realizar trabalhos de campo nas lavouras da região, fazendo com que os estudantes compreendessem a importância do tema para o território, para a família dos agricultores, para a saúde coletiva e para o equilíbrio dos solos e reservatórios subterrâneos de água. A educação ambiental (16%) também figura entre os temas de maior importância.



Na mesma faixa, aparece a especulação e a reforma urbana (16%) tema amplamente discutido nas palestras e nos debates realizados no colégio em parceria com os movimentos sociais de luta pela moradia. Ainda na faixa dos 16% de relevância, os temas de agricultura familiar e agroecologia (15%) consolidam as atividades extraclasse relacionadas ao uso do solo agrícola de maneira integral com a natureza, como vocação e identidade da região.

Um tema que aparece como muito importante para a metade dos alunos é a questão das remoções das comunidades carentes (12%), reforçando a importância de trabalhar no colégio os temas locais que dizem respeito à vida dos alunos, pois na medida em que a preocupação pela moradia ultrapassa os espaços da comunidade e a luta de apenas alguns líderes comunitários, proporciona debates mais abrangentes, mobilizações mais conscientes e, conseqüentemente, maiores possibilidades de vitória.

## Pergunta 2

As atividades extraclasse descritas acima contribuíram para um maior rendimento e interesse em alguma disciplina?

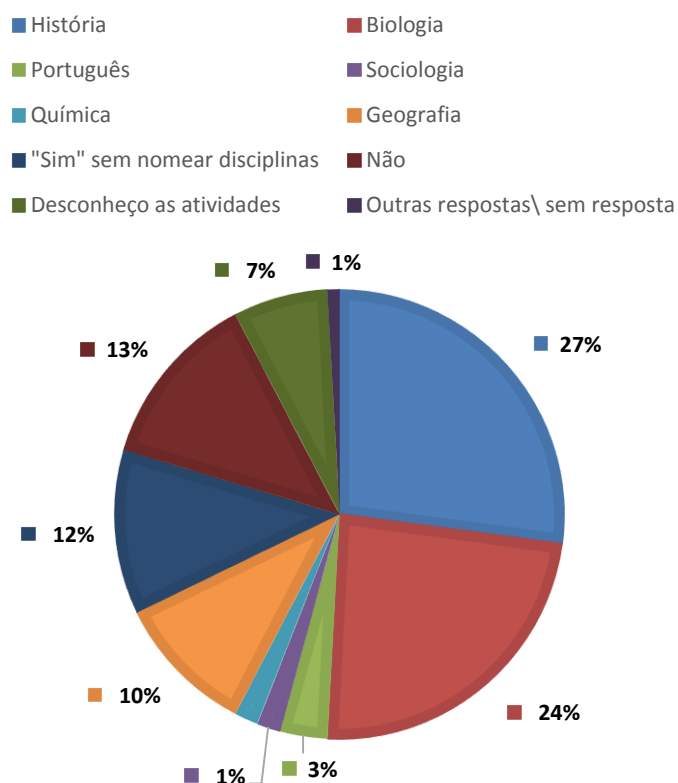


Figura 35: O interesse nas disciplinas

Fonte: questionário 1

Com uma grande margem de diferença para as demais disciplinas, história (34%) e biologia (30%) aparecem como as que os alunos aumentaram o interesse e conseqüentemente o rendimento após as atividades extraclasse, constatando-se que a relação das atividades extraclasse e o aumento do rendimento nas disciplinas é um processo intimamente ligado à participação dos professores nas atividades. Ou seja, os professores dessas disciplinas foram

coautores das ações realizadas, fazendo com que o significado das ações se integrasse ao conteúdo curricular das respectivas matérias. Com isso, os alunos compreenderam melhor os conteúdos propostos, fazendo uma relação com a prática construída em torno dos temas da realidade.

Disciplinas em que os professores não se envolveram nas ações sequer são apontadas na melhoria do rendimento, mesmo que nas atividades extraclasse tenham sido trabalhadas questões como a confecção de textos e imagens e inúmeras tabulações estatísticas. Produção de texto, por exemplo, disciplina do terceiro ano, sequer aparece na relação dos alunos. O mesmo acontece com artes e matemática, mostrando que mesmo ocorrendo uma interdisciplinaridade implícita nas ações, esta só se efetiva no maior rendimento e interesse dos alunos quando o professor considera tais atividades como relevante para o seu prévio planejamento programático.

Podemos, então, afirmar que o docente que fica fechado no pragmático planejamento anual norteado pelo currículo mínimo e por sua visão pessoal do que é importante ser cobrado do aluno desperdiça a oportunidade de obter um maior interesse dos discentes. Já química (15%) e geografia (13%) aparecem numa faixa intermediária, apontando uma participação tímida dessas disciplinas e seus respectivos professores em abarcar integralmente a proposta. Como os planejamentos das atividades extraclases são realizados pelos movimentos sociais e demais parceiros da escola em consonância com a proposta de integração da direção com o território, essas ações não são de aderência impositiva aos professores, alunos e coordenação pedagógica, de maneira que a participação e a mobilização são de caráter pessoal e voluntário. Com isso, alguns alunos (15%) sabem que podem melhorar o rendimento no colégio, participando das atividades propostas, mas desconhecem em qual disciplina. Inclusive alguns estudantes desconhecem as atividades como um todo (8%).

### Pergunta 3

Você acredita que sua região pode melhorar com uma maior participação popular nos movimentos sociais?

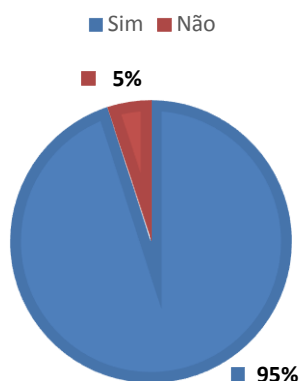


Figura 36: A participação

Fonte: questionário 1

Como podemos constatar, a grande maioria dos alunos entrevistados acredita que a região pode melhorar com uma maior participação das pessoas nos movimentos sociais, reforçando a proposta da escola territorializada preocupada em manter a mobilização como um processo de luta processual e contínuo. Ou seja, percebe-se que os alunos concluintes do Ensino Médio adquiriram certa conscientização política, proporcionada pelas atividades desenvolvidas em parceria com as resistências históricas da região, que transmitiram que a luta não se esgota com a conquista de alguns direitos.

#### Pergunta 4

Classifique, numerando os itens: (1) Muito Importante. (2) Relativo e (3) Pouco Importante. Após estes anos do Ensino Médio, adquirindo conhecimento através das diversas disciplinas, e construindo saberes através das atividades extraclasse, você se sente mais preparado?

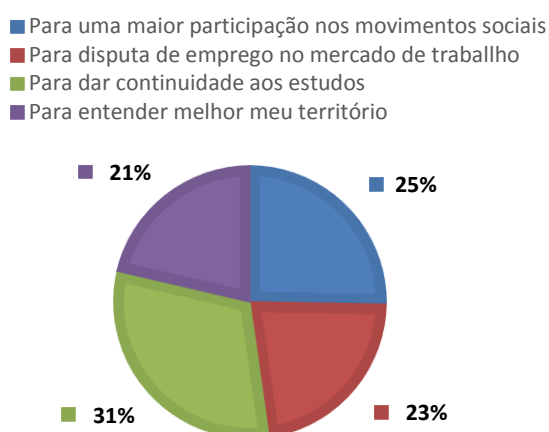


Figura 37: Objetivos

Fonte: questionário 1

Considerando a construção do conhecimento como um processo contínuo e inacabado, 31% dos alunos consideraram que os saberes aprendidos com a educação formal do colégio e com a educação não formal promovida pelos movimentos sociais do entorno possibilitam um maior suporte para dar continuidade nos estudos, fato que vem se materializando no aumento progressivo do número de alunos inscritos no Exame Nacional Ensino Médio (ENEM) e nas oficinas de práticas agroecológicas e grupos de pesquisa desenvolvidos por alguns movimentos sociais e instituições de pesquisa.

Em seguida, vem a ideia de que o conhecimento adquirido nas aulas e atividades extras ajuda para uma maior participação nos movimentos sociais (25%), reforçando a proposta da escola territorializada como aquela que aumenta a consciência de classe, a

necessidade de luta coletiva e a visão da problemática social associada à dinâmica da economia global. Com 23% aparece o conhecimento relacionado à disputa de emprego no mercado de trabalho, mostrando a vontade do aluno em obter um trabalho em que o estudo é valorizado. E com 21% figura como muito importante a relação do conhecimento e dos saberes com o território, fazendo com que o desmascaramento da realidade sirva para entender certas conjunturas de poder acerca do território.

#### Pergunta 5

Você acredita que os temas locais discutidos contribuíram para um maior sentimento de identidade com a sua região?



Figura 38: Identidade

Fonte: questionário 1

Essa constatação quase que unânime de que os temas locais discutidos contribuíram para um maior sentimento de identidade para com a região demonstra que compreender a dinâmica local aumenta o pertencimento e o desejo de lutar por melhorias, mostrando que a consciência espacial é importante para a construção de um território construído pela identidade coletiva.

#### Pergunta 6

Quais são os elementos mais importantes para você na Região das Vargens? Classifique, numerando os itens: (1) Muito Importante. (2) Relativo e (3) Pouco Importante.

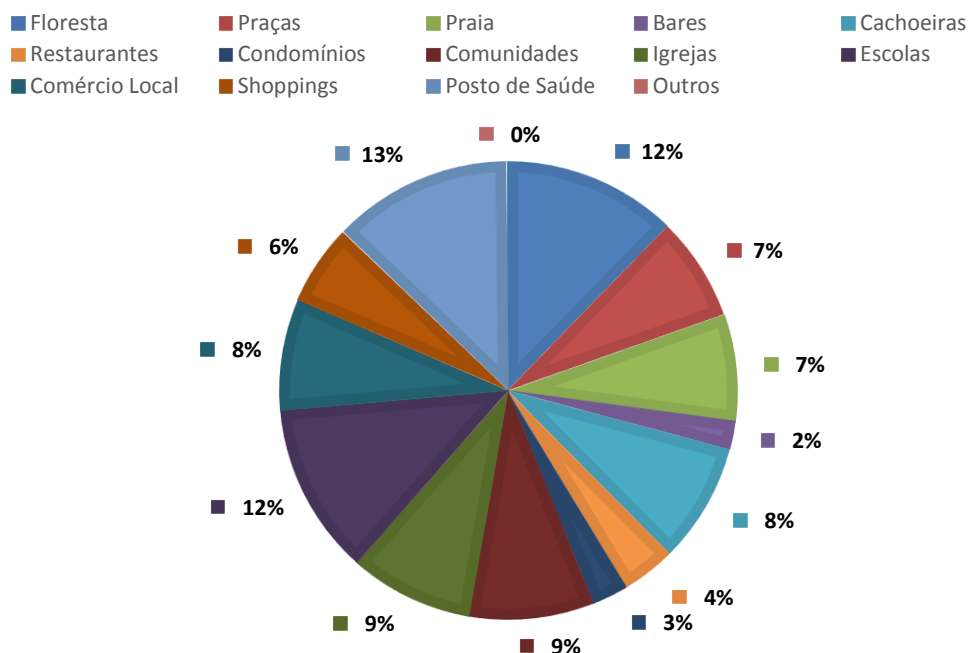


Figura 39: Elementos locais

Fonte: questionário 1

Na visão dos alunos, os elementos mais importantes da região são, com larga margem de diferença, o posto de saúde (13%), as florestas (12%) e as escolas (12%). Em seguida vêm as comunidades (9%), os condomínios (8%), o comércio local (8%), a praia (7%) e as praças (7%). Os principais serviços públicos, como saúde e educação, aparecem em 1º e 3º lugar. Em 2º lugar vem um espaço público, importante por ser característica da região, que ainda preserva muitos aspectos naturais que são amplamente utilizados como espaço de lazer e para a obtenção de água, além do caráter ambiental de uma floresta que garante um clima ameno à região.

Num segundo patamar, se aproximam os itens relacionados a moradia, tanto a popular, com 9%, como a dos condomínios (8%) e a religião, pois as igrejas (9%), sem discriminar as tendências, são de um modo geral locais de assistência e convívio social. Os índices de locais de moradia se aproximam em grau de importância, por conta da luta pela moradia como condição básica da dignidade humana, até por conta de termos alunos residentes nos dois espaços habitacionais e também porque muitos moradores das comunidades enxergam nos condomínios uma oportunidade de emprego, na área de serviços gerais e de jardinagem, sem, contudo, fazerem uma correlação direta entre a expansão dos condomínios e a remoção das comunidades.

Já o comércio local, com um grau de importância de (8%), se encontra com um índice próximo ao dos condomínios, também relacionado à fonte de emprego, muito embora, com a

mudança de perfil dos consumidores da região, esse mesmo comércio que gera alguns empregos não atenda à necessidade de consumo, pois é destinado à classe média alta. Mais uma vez aparecem espaços públicos usufruindo importância na perspectiva dos jovens, as praias (7%) e as praças (com 7%) são considerados os espaços de encontro para o convívio social e o uso coletivo, mesmo que com frequência não haja praças nas comunidades da região. Na faixa dos que se encontram abaixo de 7% podemos agrupar: os shoppings (6%), os restaurantes (4%), bares (2%), constatando que a população mais carente não considera importante o fato de a região ser um pólo gastronômico.

Diante das respostas apresentadas por um número significativo de alunos que estudaram três anos no CEPTMC podemos considerar que os temas locais que mais interessam aos alunos são os que remetem a uma vida digna numa cidade que exclui mais do que inclui, principalmente na questão da saúde pública, moradia e espaços públicos. Foi possível perceber, por exemplo, que o interesse dos alunos para com a agricultura familiar e seus produtos orgânicos se deu por conta da manutenção de um trabalho tradicional que dá identidade à região. Mas foi principalmente a conscientização dos malefícios dos agrotóxicos e o receio de ficar doente numa região de precário atendimento hospitalar que os levou ao incondicional apoio aos agricultores e à compra dos alimentos pelo Colégio. Também, quando eles participam de reuniões, grupos de estudo, eventos e intervenções sobre moradia popular é o medo da remoção que os movem.

Assim, perceberam o valor da organização popular aliado ao conhecimento crítico e reflexivo como instrumentos para uma melhor intervenção em suas próprias vidas enquanto sujeitos coletivos articulados com os parceiros. Como escreveu Marx: “a teoria só se realiza no povo, na medida em que é a realização de suas necessidades”. O fato de se interessarem mais por disciplinas que ativaram suas atenções para temas do cotidiano extraescolar e para o diálogo multiterritorial reforça essa ideia. De modo que, foi possível considerar o conhecimento simples, comum e à margem do conhecimento escolar padrão, como relevante, aumentando consideravelmente o interesse dos alunos para os temas e disciplinas.

Quando cada área do currículo lê a história, a ciência, a tecnologia, o espaço, a vida, a produção literária, a cidade ou o campo desde seu ângulo, tende a deixar de fora saberes histórica e legitimamente construídos e acumulados pela pluralidade e pela diversidade de protagonistas que agem no social ou na natureza. Protagonistas que também produzem saberes. Outros saberes, outros valores e significados, sobretudo outras lógicas não reconhecidas do pensar e do intervir. (ARROYO, 2011,p.260).

Assim, entender a dinâmica social, ambiental, cultural e econômica partindo das lutas dos movimentos sociais e das suas múltiplas relações estabelecidas traz vínculos e saberes que promovem uma visão mais ampla das disciplinas, da educação e de seus objetivos de vida.

## QUESTIONÁRIO II - Professores

### Pergunta 1

Como você elabora seu plano de curso?

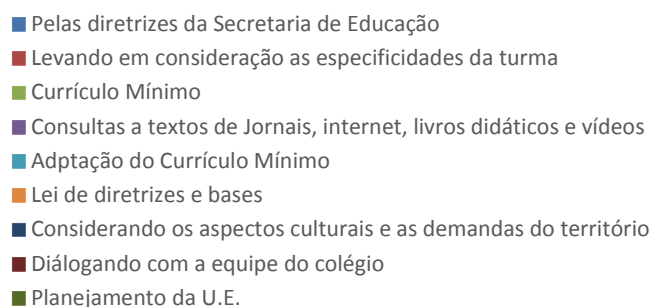


Figura 40: O plano de curso

Fonte: questionário 2

Com larga margem de diferença, os professores do Colégio vêm realizando o planejamento anual com base no currículo mínimo da SEEDUC/RJ. As demandas do território e os aspectos da cultura aparecem em segundo lugar, com 12%; entretanto, com uma grande margem de diferença em relação ao currículo mínimo, que foi de 36%, e agrupados com consultas a textos de jornais, internet, livros didáticos e vídeos, com a adaptação do currículo mínimo e com as especificidades da turma.

Com isso, percebemos que o apoio docente à proposta de integração com os movimentos sociais e as demandas do território sempre foi parcial, inconstante e marcada pela insegurança proveniente de uma formação distante da pedagogia crítica, pois foi sendo notado que os que se mobilizam a respeito da proposta o fazem por três motivos que agem isoladamente ou como complementação um do outro. O primeiro diz respeito ao professor que possui um histórico de participação em coletivos culturais e políticos alternativos, que

não necessariamente dizem respeito ao sindicato da categoria, na medida em que os mais atuantes na luta sindical não possuem fôlego, tempo de reflexão ou visão mais abrangente de atuação que os remeta a uma luta para além da corporativa. O segundo motivo que energiza professores mais críticos em direção à proposta contra-hegemônica é a possibilidade de contribuir para a construção de outra escola e sociedade, tendo o território e a cultura popular como referência. Em terceiro, são os docentes mobilizados pela possibilidade de que o envolvimento em coletivos se desdobre em projetos acadêmicos. Esse entendimento mais progressista foi comprovado em algumas respostas em que apareceram as frases: “com base nos aspectos culturais das comunidades da região” (PRP1); “levando em consideração a especificidade dos alunos desta região”(PRP2) e “observando as demandas do território”(PRP3).

Os demais professores, que como vimos no gráfico é a maioria, apresentam certas dificuldades em integrar o plano de curso oficial com as questões territoriais, pois possuem uma formação acadêmica descompassada com a demanda popular, fato comprovado pela estatística da questão 5, e reforçada pela obrigação conteudista enrustida em práticas automáticas e pela necessidade de cumprir compromissos com a SEEDUC/RJ e a coordenação pedagógica do colégio, no que tange ao currículo mínimo. Isso pode ser explicado por, entre outros motivos, o excesso de trabalho, o vínculo com várias escolas, a desmotivação pela falta de perspectivas profissionais (plano de carreira etc) e baixos salários.

## Pergunta 2

Na sua opinião, quais os temas do cotidiano local podem aparecer nos exemplos, debates e discussões promovidos nas aulas e atividades extraclasse do colégio? Classifique, numerando os itens: (1) Muito Importante. (2) Relativo e (3) Pouco Importante.

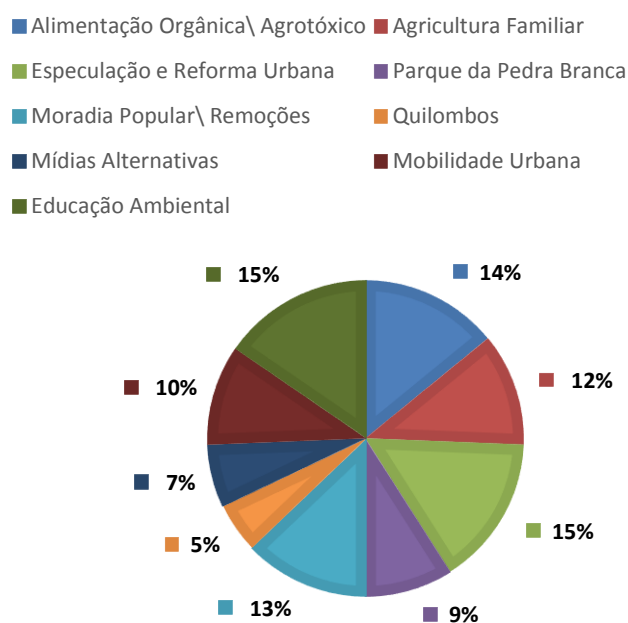


Figura 41: Os temas Locais nas atividades

Fonte: questionário 2



Mesmo sem obter a maioria na formulação do plano de curso, os professores afirmam que os temas locais aparecem com frequência em exemplos, debates e discussões promovidos nas aulas, principalmente os relativos a educação ambiental, especulação e reforma urbana, pois estes aparecem com 15%; alimentação orgânica (14%) e moradia popular (13%), exatamente os temas mais trabalhados nas atividades extraclasse, fato que nos leva a acreditar que os professores sabem da importância das temáticas, realizam discussões pontuais em sala de aula, mas não conseguem remetê-las aos seus planos de curso. Provavelmente por falta de tempo de reflexão e planejamento coletivo, em que se estruturaria a proposta de uma escola territorializada de maneira integrada às diversas disciplinas.

### Pergunta 3

Alimentação Orgânica/Agrotóxico. Moradia Popular/Remoções.

Agricultura Familiar. Quilombos. Especulação e Reforma Urbana. Mídias Alternativas. Parque da Pedra Branca. Mobilidade Urbana. Educação ambiental. Outros. Quais dos temas acima são coerentes com seu plano de curso?

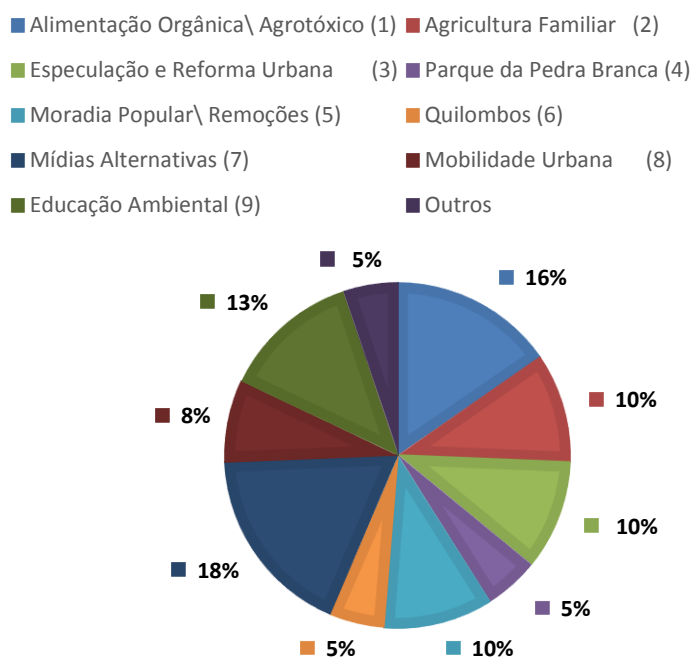


Figura 42: Os temas e os Planos

Fonte: questionário 2

As respostas obtidas na pergunta reforçam o que foi verificado na questão anterior, ou seja, de uma maneira geral, todos os temas locais são coerentes com o plano de curso, em maior ou menor grau, de todos os professores, independente da disciplina, entretanto, os temas não aparecem na formulação do plano de curso. Isso significa dizer, por exemplo, que o tema local relacionado a alimentação orgânica e agrotóxicos (18%), que figura em primeiro lugar no rol de coerência com o plano de curso, pode ser trabalhado em qualquer disciplina. Assim como os demais temas em graus variados de intensidade, já que nenhum professor escreveu que os temas são incoerentes com seu plano de curso.

#### Pergunta 4

As atividades extraclasse do C. E. Prof. Teófilo M. da Costa contribuem para um maior rendimento e interesse dos alunos em sua disciplina?

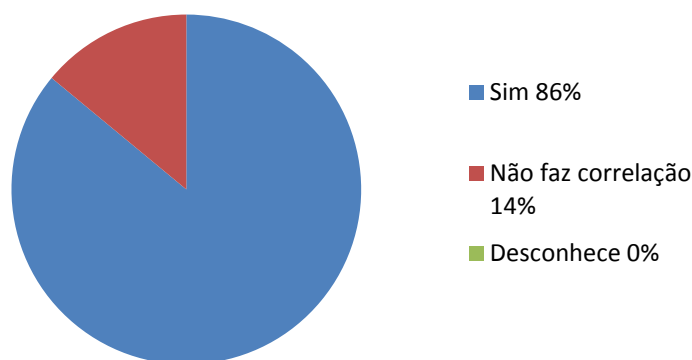


Figura 43: Interesse Fonte:  
questionário 2

A grande maioria dos professores disse que as atividades extraclasse do CEPTMC contribuem para um maior rendimento e interesse dos alunos em sua disciplina; poucos não fazem correlação, e nenhum desconhece as atividades. Isso mostra que as atividades desenvolvidas em parceria com os movimentos sociais provocam nos alunos uma vontade extra de obter mais conhecimento, o que, conseqüentemente, aumenta o rendimento nas disciplinas.

#### Pergunta 5

Na sua formação acadêmica você participou de alguma atividade, pesquisa ou extensão relacionada aos movimentos sociais?

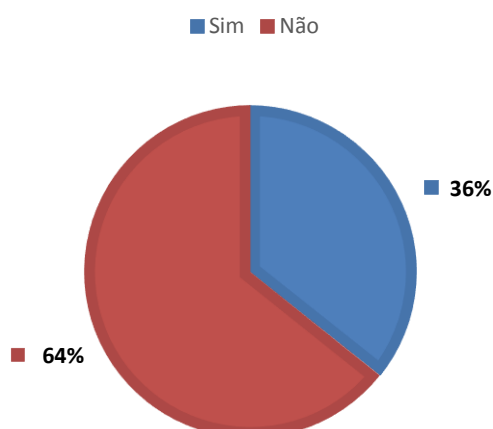


Figura 44: Formação Acadêmica/Movimentos Sociais

Fonte: questionário 2

Diante da comprovação estatística e do que foi observado no campo, é significativo o fato de que os professores que não participaram de atividades relacionadas aos movimentos sociais em sua formação acadêmica possuem certa dificuldade em participar das ações integradoras com o território e os movimentos sociais do entorno do colégio, pois mesmo afirmando que o aluno se interessa mais pelo estudo ao participar das atividades, alguns professores carecem de um posicionamento mais orgânico que perpassa até por questões de classe, e de arranjos didáticos que se traduzem em práticas críticas, multiculturais e progressistas.

Dessa forma, acreditamos que a não mobilização da maioria dos professores diante da proposta de escola territorializada não inviabiliza o processo, até porque os poucos que aderem, com o apoio da direção e o interesse de grande parte dos alunos em participar de atividades que ajudam a entender a dinâmica social, fazem as possibilidades acontecerem. É compreensível que uma formação acadêmica de pouca ou nenhuma participação em movimentos sociais leve alguns professores a manterem a tradicional maneira de transmissão de conteúdos e a conservadora concepção mercadológica como regras básicas do trabalho escolar. Entretanto, o depoimento dos colegas que trabalham com a proposta, dizendo que aumenta o interesse e o rendimento dos alunos na disciplina e a leitura de textos críticos que refletem sobre a educação, faz com que lentamente alguns professores passem a se interessar pelas alternativas pedagógicas de uma escola integrada aos movimentos sociais e ao território. O ideal seria que os professores possuíssem uma formação mais abrangente do processo educativo.

Uma empreitada utópica para a escola básica? Ou um esforço por inserir o tempo de escola num tempo cultural e humanizador que permita não apenas o domínio de habilidades cognitivas, mas que dinamize o conjunto das capacidades humanas, memorização, sensibilidade, comunicação, simbolismo, corporeidade, na construção-apreensão dos saberes, valores culturalmente constituídos (ARROYO, 2011,p.132).

Com isso, a questão da formação dos professores, através das intencionalidades das suas Universidades e concepções de educação, são discussões que não podem ficar distantes de uma escola que se propõe crítica e engajada na luta social.

### **Questionário III - Liderança dos Movimentos Sociais**

#### **Pergunta 1**

O que você entende por Território?

Percebe-se que o território, para a maioria dos entrevistados, é o espaço de circulação, pertencimento e vida, onde a consciência territorial se dá na medida em que aumenta-se o vínculo político, cultural, emocional e histórico. Por exemplo, Para MS1: “o território é a área de convívio das pessoas, dos grupos. Uma área onde as ações, sejam do Estado ou dos próprios cidadãos, impacta diretamente na vida e no cotidiano uns dos outros”. São, portanto, espaços impregnados por relações de poder, onde a existência e suas lutas cotidianas dão o tom da ação. Já para MS2 o território é: “uma rede de complexas relações estabelecidas sobre o espaço geográfico unindo a terra, objetos, elementos humanos e não humanos que têm um regime cultural específico pautado nas identidades”. Para esse militante, o território passa por uma questão de sentido cultural construído com base em inúmeros e intrincados elementos. Para MS3, território “é o local que vivemos, onde conhecemos as pessoas”.

Ficou nítido nessa resposta o território como espaço de apropriação e pertencimento. Onde se mora, habita e estabelece convivência. Ou seja, um lugar de referência central na correria do dia a dia. MS4 acredita que o território: “existe para todos nós como lugar, mas precisamos ter consciência política sobre ele, saber, por exemplo, as histórias de luta, para a partir daí construir uma unidade de luta pelo território”. Encontramos nessa resposta uma abordagem pedagógica, no sentido de formação política contextualizada como maneira de se apropriar do território. Seria, portanto, produto da consciência dos direitos coletivos e das possibilidades de resistência. MS5 levanta questões do território como valor de uso e de significados para a sobrevivência, quando afirma: “é onde trabalhamos”.

## **Pergunta 2**

As atividades extracurriculares desenvolvidas pelo Colégio Teófilo pode contribuir com o Movimento Social do qual faz parte? Justifique.

Todos os entrevistados que atuam em movimentos sociais e que já construíram ações conjuntas com o CEPTMC afirmaram que as atividades extracurriculares desenvolvidas pelo Colégio podem contribuir para o movimento. Justificaram, então, com os seguintes depoimentos e argumentos: “a luta pelo nosso território depende muito de conhecer e ter pertencimento por ele, a Teófilo vem fazendo esse papel, levando conhecimento para os jovens, fazendo eles valorizarem a história local e o território onde vivem, criando parcerias, promovendo o debate e valorizando o saber tradicional”. Foi o que apresentou MS1. Para MS2 a contribuição do Colégio passa pela luta por um território contra-hegemônico,

instituído em rede, onde: “a relação dos estudantes com agricultoras e agricultores, militantes e pesquisadores do campo da agroecologia fortalece as redes de produção de sentido”.

Também afirma que a relação promove uma formação crítica e participativa: “Do ponto de vista da educomunicação, o Colégio tem sido palco de formação para atuação em frentes de defesa de um território de agroecologia. Há elementos suficientes para avaliar a percepção por parte dos jovens das questões políticas transversais à agroecologia. Hoje vemos estudantes questionando a questão agrária e o acesso à terra, o uso de agrotóxicos, a liberdade dada aos transgênicos no Brasil”. Outro fato apontado por esse militante foi o aumento da consideração dos jovens com a cultura popular e o saber dos idosos, pois apareceu na resposta o seguinte argumento: “É também muito gratificante perceber o respeito e a valorização cultural dos agricultores locais. Esses jovens estão na contramão da mesmice intergeracional e intercultural. Valorizam o novo a partir do olhar dos movimentos sociais. E essa novidade eventualmente vem de agricultores com uma idade já avançada. É bastante significativo que isso esteja acontecendo neste território e me parece resultado da ação dos professores e direção da escola”. MS3 aborda a questão do conhecimento que não aparece na grande mídia: “Quando o Colégio trabalha assuntos do nosso dia a dia de modo a descobrir os porquês mostra que alguns temas não estão por acaso fora da grande mídia, é para esconder os responsáveis pelo sofrimento do pobre”. Dentro da mesma linha de pensamento, MS4 respondeu assim: “os jovens precisam saber quem é parceiro da comunidade e quem é o inimigo, e isso não aparece na TV; a relação da escola com os movimentos gera uma visão crítica, esta só é adquirida na luta e aí eles vão saber em quem votar”. MS5 argumentou que: “A parceria do Colégio com a nossa vida mostrou que não estamos sozinhos, e isso é importante para nós”.

### Pergunta 3

Na sua opinião, quais os problemas que vêm afetando a vida da maioria dos moradores da Região das Vargens?

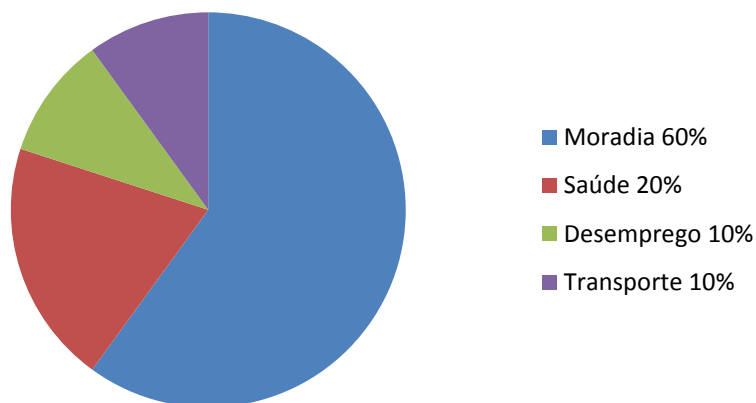


Figura 45: Os Problemas da Região

Fonte: questionário 3

Para os líderes comunitários, os principais problemas da região estão relacionados com as políticas públicas que desconsideram os mais carentes. Assim, com 60% apareceu a questão da moradia, pois mesmo quando a maioria dos moradores de uma determinada comunidade é dona do próprio imóvel, existe a instabilidade emocional diante da possibilidade de remoção, além da carência de água e do inexistente tratamento de esgoto. A saúde é lembrada e figura em segundo lugar, com 20%, diante da dificuldade de atendimento. Eles afirmam que o único posto de saúde da região é deficiente diante de tanta demanda, e o hospital público mais próximo está na Barra da Tijuca e sempre lotado. Com 10% aparece o problema da deficiência de transporte coletivo, pois a espera nos pontos de ônibus é grande, e a viagem, por exemplo, para o hospital da Barra da Tijuca leva em torno de uma hora e meia, além da reclamação pelo preço alto da passagem. Também com 10% aparece o desemprego, que vem atingindo principalmente os mais jovens.

Dito isso, acreditamos que a integração do CEPTMC com os movimentos sociais e as instituições de pesquisa caminha com base no fortalecimento do território, ou seja, uma proposta que tem no espaço e nas relações de poder exercidas um centro de referência, articulação e possibilidades.

Assim, diante das colocações dos atores dos movimentos sociais podemos compreender algumas situações que remetem ao perfil das principais lutas da atualidade: lutas

territoriais e por direitos urbanos. Na questão do território, por exemplo, ficou nítida a relação com os espaços de convivência comunitária. Convergindo com Santos (2012, p.138) quando diz que: “ o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Mesmo havendo circulação em vários territórios distintos, é no bairro, comunidade ou favela, que se sentem reconhecidos, identificados e respeitados, ou seja, associam território a pertencimento e ao lugar próximo. Apenas um entrevistado fez alusão ao seu local de trabalho como um território, entretanto, essa resposta foi de um agricultor que trabalha na floresta, onde possui uma interação que não distingue o espaço do trabalho com o da moradia.

Portanto, são as experiências coletivas do território que os une: moradia, educação, terra, cultura, mobilidade e saúde, lutas de pessoas de várias profissões e padrões culturais; nesse sentido, a maioria nem é sindicalizada, muito menos filiados a partidos. Gostam da autonomia, o que dificulta, até certo ponto, alguns avanços institucionais e maiores adesões e expansões. Mas como aponta Sader (1988,p.311,312), sobre os novos personagens da luta:“O repúdio à forma instituída da política, encarada como manipulação, teve por contrapartida a vontade de serem “sujeitos de sua própria história”, tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência. Com isso acabaram alargando a própria noção da política, pois politizam múltiplas esferas do seu cotidiano”.

A escola é uma instituição, e muitos desconfiam do seu papel no território. Mas, no caso da região das Vargens, a politização se concretizou, e os movimentos sociais estão enxergando no Colégio Teófilo um dos pontos de uma rede de apoio, talvez o mais próximo do tal território de identificação, aquele que mais promove um sentimento de confiança e de convergência das inúmeras lutas e singularidades dos movimentos. Sem dúvida pelo que vem processando, e pelo fato de que moro no bairro e participo das atividades, entendem a importância do colégio nessa trama, principalmente na conscientização coletiva como o principal pilar da luta pela transformação. Podemos, então, considerar que o território é construído por vários elementos, paisagens, instituições, organizações, coletivos, lutas, enfim, tudo o que articula o poder da dinâmica do movimento.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo analisar como as atividades extraclases baseadas nas prioridades das demandas populares podem mobilizar para a ação tanto o corpo docente como o discente, fortalecendo o vínculo escola-comunidade no CEPTMC.

Nesta empreitada, foi possível perceber que a rede articulada em constante processo de construção, embates e discensos, estabelecem modos possíveis do fazer pedagógico. Muitas vezes através de uma intencionalidade e de subjetividades relacionadas a organização de um outro modelo de cidade. Pois, ao politizar a realidade, desenvolvem-se elementos de resistência para fragmentar a estrutura dominante.

Assim, para os alunos podemos considerar que os temas locais que mais interessam são os que remetem a uma vida digna numa cidade que exclui mais do que inclui, ou seja, mesmo que a fraternidade universal seja desejada por todos, são os problemas específicos e comunitários que os une. Perceberam o valor da organização popular aliado ao conhecimento crítico e reflexivo como instrumentos para uma melhor intervenção em suas próprias vidas enquanto sujeitos coletivos articulados com os parceiros. Já para os professores, é significativo o fato de que muitos não participam das atividades relacionadas aos movimentos sociais e aos temas da realidade pelo simples desconhecimento das possibilidades pedagógicas integradas à proposta, pois mesmo afirmando que o aluno se interessa mais pelo estudo ao participar das atividades, alguns professores carecem de um posicionamento mais orgânico que perpassa até por questões de classe, à submissão aos conteúdos oficiais alheios a sua reflexão, visão de educação, condições de trabalho, formação acadêmica e de arranjos didáticos que se traduzem em práticas críticas e progressistas.

Os líderes comunitários acreditam que as lutas territoriais e por direitos urbanos unificam os moradores diante de uma realidade que mais afasta do que agrega por isso a necessidade dos parceiros e da rede de apoio. Enxergam no colégio um espaço público por excelência, e a contribuição do CEPTMC é primordial para a divulgação das demandas, para o envolvimento dos jovens, para criar certa estabilidade institucional, compreensão da totalidade do processo e para uma tentativa de unificação das divergências que existem entre os movimentos.



Concluindo, podemos traçar algumas considerações acerca do processo de territorialização do CEPTMC, considerando que a aproximação com os movimentos sociais dentro de uma perspectiva de significação territorial mostra o quanto a dinâmica social de uma realidade próxima garante questionamentos e proposições acerca da realidade humana e do sistema dominante. Pois vimos nesta dissertação que a estrutura global procura impor certas tendências, ritmos e concepções, entretanto, o local possui certa autonomia e uma natureza rebelde exposta nas relações complexas e em processo, que confunde certos parâmetros globais. As situações limites vividas por boa parte dos trabalhadores, em tensões proporcionadas pela caótica mobilidade urbana, pelas moradias inseguras, pelo papel da mulher na sociedade e pela incerteza de poder ou não se alimentar no próximo dia, ou seja, de realidade e necessidades, fazem com que os direitos coletivos sejam pertinentes numa ação educativa autônoma, humana e emancipatória.

Verificamos que a integração com a realidade não só possibilitou aumento da consciência política e da mobilização coletiva, mas também do interesse e rendimento dos alunos pelo estudo das disciplinas que fizeram intervenções unindo espaço e tempo, economia global e território, saber popular e saber científico. Assim, procuramos, em linhas gerais, entender a dinâmica da relação do CEPTMC com os movimentos sociais dentro de uma perspectiva da pluralidade de processos descontínuos e incompletos, em que as articulações em rede promovem conexões entre o território e os grupos sociais.

Com isso posto, a luta por uma escola que estabelece a inclusão das demandas sociais como pauta passa por um enfrentamento de concepção de educação junto à SEEDUC/RJ, ainda muito atrelada à lógica dos saberes compartimentados, em que as avaliações externas e o currículo oficial se apresentam como o domínio e controle do conhecimento válido. Mas também passa pela busca de uma maior valorização dos docentes, que sobrevivem sem fôlego e tempo para as lutas territoriais e reflexões pedagógicas. Percebemos que os avanços de uma educação que se aproxima da realidade do trabalho e da cultura como elementos abrangentes fazem da escola um dos pilares da transformação social.

A partir daí, foi então verificado que, para uma maior efetivação da proposta de integração escola-território, as atividades extraclasse emanadas das demandas locais não devem se desdobrar apenas em eventos esporádicos, mas devem se expandir para as salas de aula através de uma intencionalidade construída pelo Projeto Político Pedagógico num compromisso emancipatório da sociedade em consonância com os conteúdos curriculares, que

como vimos os professores se esforçam em cumprir, e a inquietude dos alunos em busca de outros espaços de aprendizagem, outras propostas didáticas e curriculares.

Outro traço marcante percebido nessa relação da escola com os movimentos sociais foi a diversidade de atores que produzem saberes baseados na emotividade, no senso comum, no cotidiano de luta e na memória coletiva, deixando claro que as ações das pessoas, suas formas de luta e movimentos instituídos possuem uma pedagogia contínua que não deve ficar distante da escola formal. Assim, ao identificar os movimentos sociais como responsáveis pela revelação de conflitos e contradições de uma sociedade desigual, a escola canaliza forças visando contribuir na construção de possibilidades e alternativas contra-hegemônicas. Nesse sentido, as ações com conteúdos extraídos das necessidades elementares do ser humano e da cultura popular buscam reações, reeducações, reestruturações e revoluções, que possam garantir sonhos, projetos e utopias, tanto para os atores organicamente participantes dos movimentos como para os estudantes e os professores, traduzindo no cotidiano escolar as lutas travadas pelos movimentos dentro de suas relativas possibilidades de transformação.

Diante da intenção de compreender as possibilidades de integração escola-território-movimentos sociais numa estrutura global competitiva, individualista e perversa, refletida na cidade através da mercantilização dos espaços e da negação dos direitos, algumas questões e debates ficam aqui em aberto, até por conta de uma realidade de contradições que não permite generalizações, por estruturas de poder em constantes disputas e por um cotidiano de múltiplas percepções. Onde se permitem questionar a formação dos docentes diante das demandas populares; as dificuldades de efetivação do necessário tempo de planejamento e estudo para o professor e a valorização das atividades e experiências extraclasses para a educação; os entraves de se expandir a lei do PNAE para as escolas; as políticas meritocráticas distantes da realidade da escola e do território e as dificuldades, ambivalências e dilemas dos movimentos sociais em trabalhar entre as expectativas do papel transformador e a de consiliador da realidade social.

Enfim, múltiplas são as possibilidades de desdobramentos acadêmicos, de resistências e de intervenções pedagógicas a partir do lugar, dos territórios e dos pensamentos inconformados.

## Referências Bibliográficas

- ARROYO, Miguel. **Da Escola Carente à Escola Possível**. São Paulo, Edições Loyola, 1991.
- ARROYO, Miguel. **Educador em Diálogo com nosso Tempo**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2011.
- AUDIÊNCIA PÚBLICA 2013 <https://www.youtube.com/watch?v=6HFCZrOdIc4>
- AUDIÊNCIA PÚBLICA 2014 <https://www.youtube.com/watch?v=Lgzrjs1xqfk>
- BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização as Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOGDAN, Robert e BIKLÉN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. São Paulo: Porto Editora, 1991.
- BRECHT, Bertolt, **Poemas 1913 – 1956: seleção e tradução de Paulo César de Souza**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEVER, José Antonio. **Agroecologia: Alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CARDEMAM, Rogério. [tese-rogerio-goldfeld-cardemam-2014-proarq-fau-ufrrj.pdf](#)
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **Cidade, Democracia e Socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2013.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- COUTINHO, Carlos Nelson(org.). **O Leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

EUGÊNIO Bucci e KEHL Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. **Do sertão carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro**, 2010. 1 v. Tese (Doutorado em Sociologia), - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FERNANDEZ, Annelise; BAPTISTA, Silvia. **Capacitação em rede com pequenos produtores de uma unidade de proteção integral: uma reflexão sobre metodologias participativas**. Anais do V ENANPPAS - Encontro Nacional da Anppas, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

GENTILI, Pablo (org.) **Pedagogia da Exclusão – Crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não Formal e o Educador Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. In: Revista Brasileira de Educação, vol.16, n.47(maio-ago. 2011) 333-361.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: [www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf](http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf) Acesso em: 09 de fev 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**. O pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios. Brasília: CNPq, 2015.

LENCIONI, Sandra. **Metropolização do Espaço: processos e dinâmicas**. In: Alvaro Ferreira; João Rua; Glaucio José Marafon; Augusto César Pinheiro da Silva(orgs.) *Gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

LINHARES, Célia e HECKERT, Ana Lúcia. **Movimentos Instituintes nas Escolas (2009)**. Disponível em: [www.uff.br/revistaleph/pdf/revista12.pdf](http://www.uff.br/revistaleph/pdf/revista12.pdf) Acesso em 10 de maio 2015.

MARX e ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.

MENDONÇA, Sonia e FONTES, Virginia. **História do Brasil Recente: 1964-1992**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1994.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. SP:Boitempo, 2009.

Ministério do Meio Ambiente. Art. 25 da Lei Nº 9.985/2000. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa\\_pnla/arquivos/46\\_10112008050247.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/arquivos/46_10112008050247.pdf) Acesso em 11 de Out 2015.

MONTEIRO, Denis e MENDONÇA, Márcio M. **Quintais da Cidade: A experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro**. Revista Agriculturas. Aspta. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Quintais-na-cidade.pdf> acesso em 30/01/2015.

MONTEZUMA, Rita de Cássia Martins. **Funcionalidade e sustentabilidade ecológica na região metropolitana do Rio de Janeiro: o caso da Baixada de Jacarepaguá**. Rio de Janeiro: Geopuc, 2011. Disponível em [http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/montezuma\\_8.pdf](http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/montezuma_8.pdf). acesso em 07/12/2014

MOREIRA e Silva, TOMAZ Tadeu. **Territórios Contestados**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOTTA, Vânia Cardoso. **Ideologia do Capital Social: atribuindo uma face mais humana ao capital**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

NEVES, Lúcia. **Educação e Política no Brasil de Hoje**. São Paulo: Cortez editora, 2005.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de, **CURRÍCULOS PRATICADOS: Entre a regulação e a emancipação**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Recuperação Ambiental da Macrobacia de Jacarepaguá. Estudo de Impacto Ambiental**: Diagnóstico do meio socioambiental. Rio de Janeiro Agosto/98. Disponível em [http://www0.rio.rj.gov.br/smac/up\\_arq/sub/Volume%204%20-%20Meio%20Socioambiental%20%28Parte%201%29.pdf](http://www0.rio.rj.gov.br/smac/up_arq/sub/Volume%204%20-%20Meio%20Socioambiental%20%28Parte%201%29.pdf). Acesso em 26/01/2015.

PROJETO DE ESTRUTURA URBANA DA REGIÃO DAS VARGENS. Disponível em <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a9cfec383032568620071f5d2/afddee576933dbfc032577220075c7d6?OpenDocument> Acesso em 20/07/2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert. **Human Territoriality**. Cambridge: Cambridge Universidade Press, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 63, 2002.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro**, Record, 2006.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. RJ: Record, 2000.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Movimentos Sociais e Geografia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SCHERER-WARREN, **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. In: Sociedade e Estado, vol.21, n.1 (jan.- abr.2006) 109-130.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2010.

VAINER, C. **Cidade de Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro**. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, ANPUR. 2010. Disponível em [http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos\\_vainer\\_ippur\\_cidade\\_de\\_excecao\\_reflexoes\\_a\\_partir\\_do\\_rio\\_de\\_janeiro.pdf](http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf). Acesso em 20/01/2015

VAINER, C. Pátria, Empresa e Mercadoria In: Otilia Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

## ANEXO 1 – Os Questionários

## QUESTIONÁRIO 1 Alunos do 3º ano do Ensino Médio em 2014 e 2015

1- Ao longo do seu curso de Ensino Médio, alguns temas locais foram trabalhados através de diversas atividades extraclasse: debates, trabalhos de campo, palestras, oficinas, site do colégio e análises de textos de jornais comunitários. Para você, quais foram os temas mais importantes? Classifique, numerando os itens: (1) Muito Importante. (2) Relativo e (3) Pouco Importante.

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Alimentação Orgânica/Agrotóxico.    | <input type="checkbox"/> Moradia Popular/Remoções. |
| <input type="checkbox"/> Agricultura Familiar/ Agroecologia. | <input type="checkbox"/> Quilombos.                |
| <input type="checkbox"/> Especulação e Reforma Urbana.       | <input type="checkbox"/> Mídias Alternativas.      |
| <input type="checkbox"/> Parque da Pedra Branca.             | <input type="checkbox"/> Mobilidade Urbana.        |
| <input type="checkbox"/> Outros:_____.                       | <input type="checkbox"/> Educação ambiental.       |

2- As atividades extraclasse descritas acima contribuíram para um maior rendimento e interesse em alguma disciplina:

- Sim, nas disciplinas de:
- Não.
- Desconheço as atividades.

3-Você acredita que sua região pode melhorar com uma maior participação popular nos movimentos sociais?  Sim.  Não.

4. Classifique, numerando os itens: (1) Muito Importante. (2) Relativo e (3) Pouco Importante. Após estes anos do Ensino Médio, adquirindo conhecimento através das diversas disciplinas, e construindo saberes através das atividades extraclasse; você se sente mais preparado:

- Para uma maior participação nos movimentos sociais.  Para a disputa de emprego no mercado de trabalho.  Para dar continuidade aos estudos.  Para entender melhor o meu território.

5- Você acredita que os temas locais discutidos contribuíram para um maior sentimento de identidade com a sua região?

- Sim  Não

6-Quais são os elementos mais importantes para você na Região das Vargens? Classifique, numerando os itens: (1) Muito Importante. (2) Relativo e (3) Pouco Importante.

- Floresta.  Praças.  Praia.  Bares.
- Restaurantes.  Condomínios.  Comunidades.  Igrejas.
- Escolas.  Comércio Local.  Shoppings.  Posto de Saúde.
- Outros:\_\_\_\_\_.

OBRIGADO!

## Questionário 2 Professores

Aplicado nos Professores do C.E. Prof. Teófilo Moreira da Costa / junho e julho de 2015  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – PPGEDUC/UFRRJ

Pesquisa – Questionário 02

“A integração do Colégio Estadual Prof. Teófilo Moreira da Costa com os movimentos sociais”

Nome(opcional):

Disciplina:

1. Como você elabora seu plano de curso?

2. Na sua opinião, quais os temas do cotidiano local podem aparecer nos exemplos, debates e discussões promovidos nas aulas e atividades extraclasse do colégio? Classifique, numerando os itens: (1) Muito Importante. (2) Relativo e (3) Pouco Importante.

- ( ) 1. Alimentação Orgânica/Agrotóxico. ( ) 5. Moradia Popular/Remoções.  
 ( ) 2. Agricultura Familiar. ( ) 6. Quilombos.  
 ( ) 3. Especulação e Reforma Urbana. ( ) 7. Mídias Alternativas.  
 ( ) 4. Parque da Pedra Branca. ( ) 8. Mobilidade Urbana.  
 ( ) Outros: \_\_\_\_\_.( ) 9. Educação ambiental.

3. Quais dos temas acima são coerentes com seu plano de curso?

(1) – (2) – (3) – (4)– (5)– (6)– (7)– (8)– (9)– () outros \_\_\_\_\_

4. As atividades extraclasse do C. E. Prof. Teófilo M. da Costa contribuem para um maior rendimento e interesse dos alunos em sua disciplina:

( ) Sim. ( ) Não faço Correlação. ( ) Não. ( ) Desconheço as atividades.

5. Na sua formação acadêmica você participou de alguma atividade, pesquisa ou extensão relacionada aos movimentos sociais?

( ) Sim ( ) Não



QUESTIONÁRIO III Aplicado nas lideranças comunitárias.

- 1- O que você entende por Território?
  
- 2- As atividades extracurriculares desenvolvidas pelo Colégio Teófilo pode contribuir com o Movimento Social do qual faz parte? Justifique.
  
- 3- Na sua opinião, quais os problemas que vem afetando a vida da maioria dos moradores da Região das Vargens?

## ANEXO 2

### Lista de Agências e Instituições Parceiras da ASPTA

- [União Europeia](#)
- [Fundação Ford](#)
- [Fundação Heifer](#)
- [EED](#)
- [Misereor](#)
- [Fundação Luterana de Diaconia](#)
- [ActionAid Brasil](#)
- [War onWant](#)
- [ICCO](#)
- [Agricultures Network](#)
- [CCFD](#)
- [AVSF](#)
- [CESE](#)
- [Cáritas Brasileira](#)
- [Manos Unidas](#)
- [Ministérios do Meio Ambiente \(MMA\)](#)
- [Ministério do Desenvolvimento Social \(MDS\)](#)
- [Ministério da Agricultura e Abastecimento \(Mapa\)](#)
- [Ministério do Desenvolvimento Agrário \(MDA\)](#)
- [Banco do Nordeste do Brasil \(BNB\)](#)
- [Petrobras](#)
- [Fundação Banco do Brasil \(FBB\)](#)

## ANEXO 3

## Lista dos atuais parceiros da SEEDUC/RJ

Instituto Confucius

Instituto Cervantes

Libra Terminais S.A

Microsoft Ltda

AVM Faculdade Integrada

AxisBiotec/cryoprax/criobiologiaLtda

Fundação Assistencial Xuxa Meneghel

Embratel

Nissan

Instituto OI Futuro

Instituto Grupo Pão de Açúcar

Cooperativa Central de Produtores de Leite(CCPL)

Thyssenkrupp CSA

Multi Terminais Alfandegados do Brasil Ltda

Estaleiros Enseada do Paraguaçu S.A

#### **ANEXO 4**

Lista dos Movimentos Sociais, Instituições e Universidades articuladas em Território-Rede com o CEPTMC:

Associação de Moradores de Vargem Grande (AMAVAG)

O projeto Profito Pedra Branca do Instituto de Tecnologia em Fármacos (farmanguinhos/fiocruz)

Associação de Agricultores de Vargem Grande (Agrovargem)

Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU)

Rede Ecológica de Produtos Orgânicos

Quilombo Vargem

Quilombo Camorim

Movimento de União Popular (MUP)

Jornal Abaixo Assinado de Jacarepaguá (JAAJ)

Conselho Popular de Moradia

Fórum de Cultura de Jacarepaguá

Políticas Alternativas Cone Sul (PACS)

UFRRJ

UFF

IPPUR/UFRRJ

## ANEXO 5 Fotos



Figura 46: Escola Rural Demétrio Ribeiro atual CEPTMC

Fonte: Profª Nilde Rocha (1953)



Escola Rural Demétrio Ribeiro atual CEPTMC

Fonte: Profª Nilde Rocha (1953)



Escola Rural 12/12 Estrada do Sacarrão esquina com Estrada dos Bandeirantes (Primeira Escola de Vargem Grande).

Fonte: Lúcia Freitas (1995)



Prédio do CEPTMC

Fonte: Arquivo pessoal (2014)



Cartaz de divulgação da Roda de Conversa sobre o PNAE e a Agricultura Familiar (2014).



Debate sobre Moradia Popular (MUP, Professores e Alunos do CEPTMC)

Fonte: Marco Aurélio (2008)



Sr. Sininho. Agricultor do Maciço da Pedra Branca

Fonte: Arquivo pessoal (2015)



Moradia Quilombola, Núcleo Familiar do Sr. Sininho

Fonte: Arquivo pessoal (2015)



Feira de Produtos Orgânicos e Artesanato Local ( Alto Mucuíba, Vargem Grande)

Fonte: Arquivo pessoal (2014)



I Feira de Nutrição Orgânica realizada no CEPTMC (Agrovargem; Rede Ecológica e Nutricionistas do Hospital Raphael de Paula).



Foto: Arquivo pessoal (2014)



Compras coletivas Rede Ecológica de Produtos Orgânicos

Fonte: Arquivo pessoal (2015)



Uma Rede e Sete Temáticas: Mercados, Governança e Políticas Públicas, Comunicação, Mulheres e Feminismo, Juventude e Formação.

Fonte: Silvia Baptista (2014)



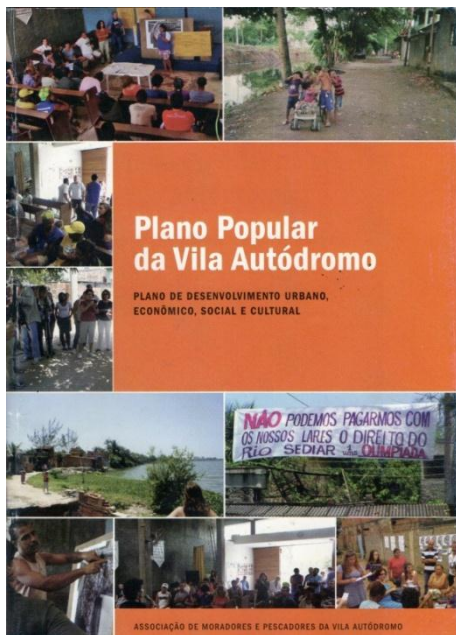
Integrantes da Rede CAU organizaram em seis grupos, tendo a comunicação como tema transversal.

Fonte: Silvia Baptista (2014)



II Feira de Nutrição Orgânica realizada no CEPTMC (Agrovargem; Rede Ecológica e Nutricionistas do Hospital Raphael de Paula).

Fonte: Arquivo pessoal (2015)



Capa do Plano Popular da Vila Autódromo

Fonte: Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (2013)



Figura 47: Movimento pela ciclovía

Fonte: Arquivo pessoal (2015)

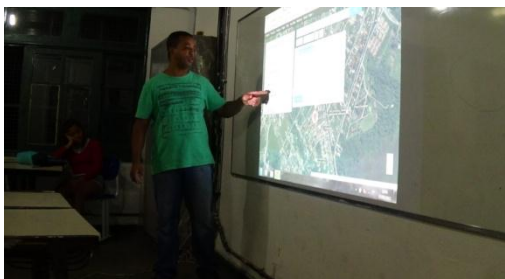


Figura 48: Oficina Mapeamento Participativo

Fonte: Arquivo pessoal (2015)



Figura 49: Trabalho de campo: saber popular

Fonte: Arquivo pessoal (2015)



Figura 50: Contrato PNAE CEPTMC e Pedro Mesquita (Agricultor Quilombola) Fonte: ASPTA (2013)

## ANEXO 6

### Algumas Atas e Reuniões do Territórios-Rede:

#### Ata da Reunião Teófilo – 27/11/15

Presentes: Rita Montezuma; Annelise Fernandez; ThayanaFaskomy; Emília Jomalinis; Nílvio Pessanha Pinheiro; José Jorge Santos de Oliveira; Duda e Mariana Bruce; Flávia Soares; Rafaela Paula; Fátima Pego; Francisco Caldeira; Lara Oliveira; Igor Quintanilha; Júlio Dória; Roberta Ferreira; Carlos Motta; Beatriz Barros; Agnaldo Carvalho; Silvia Baptista.

Abertura do encontro foi feita com artigo da Mariana Bruce e uma exposição e Annelise Fernandez. Carlos Motta apresentou um texto que aguardamos sua versão por email. A Mariana trouxe uma reflexão sobre a potencialidade da ecologia de saberes no Sertão Carioca (Vou publicar no site e envio o link). Annelise fez uma retrospectiva do trabalho realizado desde 2006 mostrando as exigências das comunidades envolvidas nas políticas públicas que incidem sobre o território. Mais e mais se trata de uma “democracia técnica”. Apesar do contexto político atual, sente-se otimista com o que se construiu neste território. Mais tarde refletiu que há um número crescente de pesquisadores e ativistas chegando ao contexto comunitário. Prevê a

necessidade de um senso crítico sobre quem está chegando: traz tudo pronto? Qual a metodologia empregada? Empodera os moradores?

1. Um plano para o local – proposta do Carlos Motta
2. A função social da escola; preocupação com o grêmio; interrogação da Prof<sup>a</sup> Fátima sobre como envolver os estudantes na questão ambiental e como conquista-los.
3. Estratégias comunicativas; é um desafio comunicar; Falou-se sobre a qualidade do texto voltado às comunidades. Precisa ser um texto de fácil interpretação. Jorge indicou que uma frase não pode ter mais de 8 palavras e um parágrafo deve ter no máximo 20. Sandro
  - 3.1. Material “Terra e Moradia” - PACS
4. Outras demandas legítimas: Segundo Júlio Dória, a comunidade tem outras demandas e elas são legítimas. Como incluí-las?
5. Projeto BNDES – preocupação do controle social sobre os recursos públicos. Flávia Soares faz uma descrição sobre o desenrolar do projeto.
6. Remanescente da Comunidade Vila Recreio prestes a ser removidos sumariamente diante do consórcio construtor atuante no Pontal. Jorge fala sobre as raízes da comunidade no local, por mais de 60 anos. Fala sobre um dos fundadores da comunidade que estão com mais de 90 anos, Senhor José Mineiro.
7. Sandro falou sobre o desafio da moradia na Pedra Branca diante de uma legislação tão restritiva.
8. Rita Montezuma(UFF) – foi gravada. Vejamos com a Lara se pode repassar.
9. Encaminhamentos:
  - a) Trabalhar por um plano de desenvolvimento local que incluam as demandas comunitárias. Refere-se à conclusão do Carlos Motta, ao pensamento expresso pelo Canagé Vilhena e à observação empírica na “audiência pública” realizada no Sítio Paulista. Também é uma forma de incluir as outras demandas legítimas citadas por Júlio Dória.
  - b) Promoção de eventos e atividades nas comunidades – foi citada a comida (Um churrasco, um caldo)
  - c) Entrar em outros colégios que pode se traduzir em um planejamento específico com os professores e estudantes já envolvidos na proposta.
  - d) Número especial do Jornal Abaixo Assinado que cubra todo o contexto discutido.
  - e) Agenda
    - 1/12 – reunião do Conselho Popular
    - 4/12 – Reunião projeto BNDES – 17 h no Bar Tô na Boa
    - 16/12 –Churrasco de encerramento na Comunidade Cafundá Astrogilda
    - 11/01 – Próxima reunião deste coletivo
    - 28/01 – Defensoria Pública

15/02 a 10/03 – Oficinas de formação para a Feira de Vargem  
 13/03 – Inauguração da Feira de Vargem  
 6 a 10/06 – Seminário de encerramento do Profito - Semana do Ambiente

### **Reunião Rede CAU em Vargem Grande, Igrejinha**

04 de dezembro de 2014

Presentes: Maraci e Francisco (Agrovargem), Marcio (ASPTA), Berna (CRAS Cecília Meireles), Joselita (Pastoral), Monica (Rede Ecológica), Marcelo, Robson, (Fiocruz), Emilia (PACS), Silvia, Alexandre (Quilombo Comunidade Cafundá Astrogilda), Vinícius (INEA), Ivani (E.M. Prof. Teófilo M. da Costa), Lourdes e Morgana.

Antes de ser aberta a reunião fizemos uma breve visita ao quintal do Francisco e da Angélica, e de lá seguimos para a Igrejinha. Francisco fez a fala de abertura, dando boas vindas aos presentes e agradecendo a escolha da Agrovargem para receber a última reunião da rede deste ano.

Por conta de compromissos de alguns dos presentes, a reunião começou pelos informes:

- **Cartografia Social - ConseaRio:**

Marcio trouxe a informação de que a AS-PTA buscou outras instituições para responder ao TR do ConseaRio, mas que a proposta enviada pela AS-PTA nunca obteve uma resposta oficial do Conselho. Por hora o conselho não mais dispõe de recursos para esta contratação, a Casa Civil cortou recursos de todos os conselhos.

Berna destacou que o pedido para a realização da cartografia partiu da RedeCAU e que alguns membros ajudaram a construir o Termo de Referência, pois o ConseaRio não dispõe deste conhecimento. Na próxima reunião do Consea (09/12) este será um ponto de pauta, para tentar abrir negociações na prefeitura para conseguir recursos em 2015.

Um ponto importante que foi levantado pelo Robson, com relação às ações da Rede no ConseaRio mas que se estendeu em outros pontos da reunião, diz respeito às estratégias de ação da RedeCau e sua representatividade. Como podemos mudar a situação do Consea e os entraves burocráticos que dificultam seu funcionamento? O poder público nesse espaço não se faz presente. Qual o papel da nossa representação?

- **30 Anos da AS-PTA e 15 anos do Programa de Agricultura Urbana**

Marcio contou um pouco da história de como surgiu a AS-PTA em 1983. A origem em um grupo de exilados pela Ditadura Militar, que ao retornar ao Brasil, criou junto à FASE um projeto de resgate de tecnologias alternativas como forma de enfrentar o sistema agrícola internacional imposto pela revolução verde. O trabalho de resgate de experiências e atuação em rede que a AS-PTA tem hoje nasceu aí.

Este evento será importante pois, agora a instituição volta seu olhar para as questões urbanas e pela primeira vez, depois de 15 anos do Programa de Agricultura Urbana, apresenta esse debate como central para sua missão. Resultado deste fortalecimento foi o programa de AU ter sido convidado a compor o Conselho Diretor da AS-PTA, inclusive indicando a participação de quatro companheiros da RedeCAU: Bernadete, Francisco, Joselita e Monica.

Quanto à **programação do evento (detalhada adiante)**, cabe destacar que a Câmara Interministerial de SAN (CAISAN) não aceitou o convite para participação no evento, com a justificativa de que a Agricultura Urbana não tem “local de abrigo” no governo. O que demonstra o longo caminho de luta pelo reconhecimento da AU nas políticas públicas.

Durante o evento haverá um **momento de debate**, Marcio destacou que nesse momento é muito **importante que as primeiras falas sejam dos agricultores, contando suas histórias, experiências**, resistência, relação com a cidade, etc.

Foi sugerido reforçar o convite à participação da D. Jane da Vila Autódromo.

**Dia 16 de dezembro** - Local: Casa da Ciência da UFRJ. Rua Lauro Muller, n. 3, ao lado do shopping Rio Sul. Botafogo, Rio de Janeiro, RJ.

Programação:

14:30 Abertura

14:50 **Painel: Agricultura e as Cidades: Um olhar a partir da agroecologia**

Debatedores:

- Henri Ascelrad – IPPUR / UFRJ
- Maria Emilia Pacheco – Consea Nacional
- Marcio Mendonça – Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA

16:00 Debate na plenária - Abertura com depoimento dos agricultores

17:45 Intervalo

18h Assembleia anual da AS-PTA. Abertura da assembleia com o filme sobre mulheres na Paraíba

20:30 Coquetel e Apresentação de grupo de samba e choro

**Dia 17 de dezembro** Local: 1) Associação dos Moradores da Vargem Grande, Estrada do Pacuí; 2) Sítio do Pedro Mesquita. Rua Cleodon Furtado, Comunidade da Astrogilda, sem número, Vargem Grande.

Programação:

9h Café da manhã

9:45 Abertura

10h Avaliação do ano e planejamento 2015

12h subida pro sítio

- **EIXO POLÍTICAS PÚBLICAS**

Boa parte da reunião se dedicou à discussão dos recentes acontecimentos envolvendo as políticas públicas e as representações da Rede:

### **MOSAICO CARIOCA**

A RedeCau foi convidada a compor o conselho do Mosaico Carioca de Unidades de Conservação, Bernadete é a representante, com a suplência do Gaúcho. Sua atuação se deu em primeiro lugar para garantir que a organização do Colegiado Coordenador do Mosaico fosse feita de forma paritária entre sociedade civil e poder público. Isto foi alcançado, assim como a instalação de Câmara Temáticas abertas a participação de todos.

A RedeCau se fez presente na Câmara de Conservação da Biodiversidade, pois Bernadete entendeu que nesta não se discutia a existência de pessoas nos parques e como se daria sua permanência e participação na gestão das unidades de conservação. Esta câmara então propôs a realização de um evento: 1º Encontro para Diálogo entre comunidades agrícolas e Parques do Mosaico Carioca. A RedeCau foi quem sugeriu a forma de organização do evento, visto que os demais participantes da organização não fizeram sugestões. O processo foi burocrático e conflituoso.

Bernadete sugeriu o nome da Prof. Annelise Fernandez (UFRRJ) para mediar a mesa em que seriam apresentados os conflitos (não foi permitido utilizar o termo ameaças). O nome foi aceito e o convite feito. Depois disso, através de uma decisão arbitrária o Sr. Dario, presidente do Conselho do Mosaico Carioca e gestor do Parque Estadual do Mendanha, usou seu poder de veto e negou a participação da professora como mediadora no evento.

**A RedeCau se retirou da organização do evento depois deste acontecimento. Durante a reunião foi encaminhada a elaboração de uma carta pública a ser distribuída no dia do evento.**

Silvia colocou que o posicionamento do poder público ao vetar a participação de Annelise foi importante para deixar claro o posicionamento dos atores envolvidos no Mosaico. Vargem Grande vem sendo apontada pelo poder público neste caso como um “criador de problemas” e que isso pode ser usado em favor da luta, pois tem possibilidades de construir novidades no campo agroecológico.

Dentro do Mosaico Carioca também foi destaque o problema que envolve a Trilha Transcarioca, projeto de turismo da Prefeitura do Rio que executa manejo e identificação de trilhas em toda a cidade, desde Guaratiba até o Leme. Poderia ser um projeto interessante e com boas oportunidades para os moradores das comunidades por onde passa a trilha, no entanto não houve informação sobre o desenvolvimento deste projeto. Tudo foi executado sem o conhecimento, consulta e participação dos moradores das comunidades agrícolas de Vargem Grande, por exemplo.

**Representação da Rede CAU:**



O debate do Mosaico Carioca, somado ao da Cartografia Social trouxe a tona a questão da representação da Rede. É preciso avaliação e planejamento para evitar essas situações de embate. Robson: “O que fazemos com esse lugar de representação?”

Marcio destaca que precisamos fazer uma avaliação dos espaços onde a Rede está sendo representada. Uma avaliação de conjuntura municipal, estadual e nacional dos espaços onde atuamos. Como vamos atuar? Onde mais podemos estar? Quem são nosso parceiros, nome das instituições e das pessoas! Quem são os técnicos e gestores, apoiados por quem? Na instituição que cada um representa na RedeCAU e também nas suas relações de trabalho e sociais, quem está do nosso lado? É importante identificar esses atores.

Emilia ressaltou que podemos usar os conflitos que, já existiam, mas que estão emergindo agora à nosso favor, para fortalecer a luta e pautar os debates nestes locais de construção de falsos consensos. A RedeCAU precisa pensar um posicionamento e uma forma de responder coletivamente a estas questões.

Qual metodologia agrega mais? Como usar dos projetos que nos são oferecidos para nos fortalecer? Será válido escutar a opinião daqueles que não acreditam na agricultura urbana?

Robson: Qual a estratégia da rede à médio e longo prazo? Qual o sentido de caminhar da rede?

**Na primeira semana que fevereiro encontro de dois dias para esta avaliação e planejamento das atividades de 2015.**

#### **Informes:**

- ✓ Abaixo assinado na internet contra o Projeto de Lei 807/2010 que cria a “Barra Olímpica”:

[https://secure.avaaz.org/po/petition/Vereadores\\_da\\_Cidade\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro\\_Nao\\_queremos\\_ser\\_Barra\\_Olimpica\\_Nao\\_aprovem\\_o\\_PL\\_8072010/?ljLgmc&pv=0](https://secure.avaaz.org/po/petition/Vereadores_da_Cidade_do_Rio_de_Janeiro_Nao_queremos_ser_Barra_Olimpica_Nao_aprovem_o_PL_8072010/?ljLgmc&pv=0)

#### **Agenda:**

- ✓ 16/12 - 30 anos AS-PTA
- ✓ 17/12 - Avaliação, planejamento e confraternização
- ✓ 18/12 - 9h: Reunião SPG RedeCau
  - Seminário PACS Ditadura
- ✓ Fevereiro 2015 - Primeira reunião RedeCAU, avaliação e planejamento.

## Agroecologia em Vargem Grande: Formação e territorialização Local

Ata da Reunião – 18/3/2015 (CEPTMC)

Presentes: Mariana Cavalin, Francisco, Sandro, Nei, Pingo, Carlos Motta, Silvia Baptista, Júlio Dória, Walter, Jaqueline, Fátima Pego.

Precedentes:

Desde 2007, com a criação da Agrovargem o bairro se debruça sobre a temática da agroecologia. Em 2012 o Colégio Teófilo tornou-se a primeira escola do Rio de Janeiro a comprar alimentos produzidos na própria cidade. Esse evento foi registrado em matérias nas novas e velhas mídias. O Colégio tem desde então pautado seu Projeto Político Pedagógico com atividades tanto curriculares quanto extraclasse em torno da temática do agroecossistema local e da alimentação saudável. Há várias iniciativas e grupos em articulação crescente. Além dos agricultores e agricultoras organizadas, cresce em Vargem Grande a organização das mulheres, dos consumidores adeptos do consumo responsável tanto por adesão à Rede Ecológica quanto à uma nova forma de compra coletiva autogestionária, a Cesta Verde. A reunião do dia 18/3/2015, realizada na sala de leitura do Colégio teve a intenção de começar a reunir os diferentes grupos e iniciativas para consolidar essa missão de unir as diferentes iniciativas como um território-rede membro da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede Cau).

A reunião começou com o informe de Sandro da Silva Santos sobre a Comissão de Direitos Humanos da Alerj. Segundo ele alguns parlamentares pretendem reunir-se para propor uma legislação específica para territórios quilombolas (e indígenas?). Sandro está sugerindo que esse projeto de lei inclua a agroecologia como uma legítima ferramenta de envolvimento socioeconômico dessas atividades.

### **Cesta Verde**

Em seguida elegemos a Cesta Verde como o primeiro assunto a ser tratado. Os representantes do Quilombo, Jorge Santos e Nei foram descrevendo os desafios de seu modo de produção em confronto com a urbanização que avança no bairro. Nei afirmou que “Só de eu fazer a roça lá, surgiu quatro lotes em condomínio para eu cuidar...”. Todos lembraram os alimentos que já existem em Vargem Grande – abacate, chuchu... Alguns não são considerados produtos, como o chuchu de grota que Sandro afirmou que em recente reunião de cartografia foi apontado como um patrimônio de todos, além da noção de propriedade. O chuchu simplesmente “brota na grota”. Todos se servem dele.

Francisco descreve a ação local dos consumidores de Vargem. É uma compra coletiva dos produtos da Feira Agroecológica da Freguesia (Fafre). Foi feita uma lista com 105 produtos orgânicos ou em transição agroecológica. Esses últimos são alguns processados que tem empecilhos maiores para conseguir a certificação. Consumidores engajados entendem que seu consumo pode também apoiar esses produtos e optam por comprá-los. A primeira experiência de compra ocorreu no sábado, dia 14, quando 10 pessoas utilizaram esse sistema de encomendas → logística → entrega → pagamento de forma colaborativa. Em uma próxima

lista, alguns desses produtos invisibilizados em Vargem podem ser incluídos. Jorge dos Santos, o Pingo, passa então seu telefone para identificar e disponibilizar outros produtos locais: 3417 4547. Três dos professores presentes se colocaram a disposição para integrar o grupo de consumidores.

### **Sistema Participativo de Garantia da Conformidade Orgânica (SPG)**

Os presentes buscaram entender a questão da certificação: O que é certificação, qual o custo-benefício, por que certificar... Lembramos que há ainda algum material para distribuir...cartilhas. Sandro e Francisco relatam que só temos uma certificadora no Rio, a Abio – Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro. Francisco diz que o Claudemar traduz a burocracia da certificação. Sandro ratifica a ideia de que a participação é a troca de saberes. Sandro fala também de detalhes de nossas propriedades, dá como exemplo a questão das fossas sépticas e como tem que se caminhar para resolver esses desafios. Carlos pede para ser avisado da agenda do SPG. Francisco relata a última visita de verificação na Fátima (Colônia) e a instalação de irrigação de baixo custo. A próxima agenda do SPG será dia 26/3 em Pau da Fome.

### **Como está a Fafre? E a Feira de Vargem Grande?**

Prof Walter pergunta pela Feira da Freguesia. Francisco responde falando do verão, da alta temperatura, a seca pelo lado de agricultorxs. Também fala da dificuldade do local com a falta de estacionamento, inclusive a apreensão de veículos, trazendo transtorno para os consumidores. A Feira nas duas últimas semanas parece ter se recuperado. A Cesta Verde também trouxe outro olhar e outra perspectiva de comercialização. Nesse sentido a organização dos consumidores pode contribuir com a feira já implantada e com a futura Feira de Vargem Grande.

### **Vargem Grande no planejamento da Rede Cau**

Várias pessoas presentes nessa reunião estiveram também no planejamento da Rede Cau, dia 5/03 em Vila Autódromo. Lá, tinha se organizado seis grupos. Em cada um desses há agendas e encaminhamentos também pertinentes a Vargem Grande. Diante disso foi proposta uma rápida dinâmica onde os participantes dos diferentes grupos de trabalho organizados na reunião de planejamento da Rede Cau, transmitissem o que estava acontecendo na sua temática de escolha.

Sandro ficou no **GT Políticas Públicas** que trata de assuntos como o Plano Diretor, Peú das Vargens, regularização fundiária, alguns eventos como oTira Caqui. Estamos na iminência de realizar a Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional em todos os estágios – da pré-conferência de Jacarepaguá, passando pela municipal, estadual até a nacional. Sandro também recorda que todos devem fazer parte da comunicação – levando em consideração os processos comunitários de conversa e internet.

Francisco Caldeira disse que fez diferente e ficou com o **GT Juventude**. Fala que estava junto com Marcelle, Saney, pessoas que estão em zonas de maior violência trabalhando com jovens – Santa Cruz, Penha, Alemão. Considera um desafio o “jovem entender que é possível ter uma vida digna na agricultura. Nos anos 70 era uma escravidão. Nem o pai queria o jovem na agricultura. Júlio Doria lembra um dito popular antigo: “Estuda que a pena é mais leve que a enxada”. Se a pena aí é o sentido da caneta, Francisco faz um trocadilho ao lembrar que em determinado modelo de agricultura ela era uma pena, no sentido de penalidade. Hoje diz, já se pode incluir agroecologia na preocupação geral do jovem.

Mariana Cavalin ficou com Silvia e Joana no **GT de Formação** que pretende ser o mais amplo possível, mas tem que propostas mais próximas. Seu objetivo geral é a formação para a segurança alimentar. Aqui em Vargem Grande herdou a demanda dupla de transição do Colégio Teófilo para tornar-se uma escola especializada em agroecologia e os agricultores e consumidores falando de uma escolinha de agroecologia. A primeira com a necessidade de formalização junto a Secretaria de Educação e a segunda informal. A contrapartida seria fazer em outros espaços. Além disso, acrescenta Mariana, estamos pensando... um curso de educação popular sobre autogestão... Encontrinhos de Agroecologia em Santa Cruz. Foi pactuada com o GT Políticas Públicas uma roda de conversa sobre o Peú das Vargens. Ficou proposto como indicativo o dia 29 de abril, aqui mesmo no Colégio.

Em outro momento de prosa, Júlio afirma que passamos por uma sistemática sucateamento da nossa sociedade... Para Nei, o erro maior foi dos governantes (Nei). Jorge Santos, o Pingo fala que em sua época de estudante, esse colégio era chamado de 7-21. A outra escola era a 12-12, cujo prédio foi demolido na esquina da Bandeirantes com a Estrada do Sacarrão. Quando terminava a quarta série tinha que ir para a Taquara. Descreve também que a agricultura era totalmente diferente – fala das queimadas como forma de adubação. Agora faz as leiras de folhas. Em contrapartida só comprávamos sal, açúcar...

Jaqueline, professora de química, falando das características culturais do bairro diz que se pode mostrar que o menos é mais. São valores que eu trago: a família...você o tempo todo estão dizendo: o meu pai, a minha família. Mostrar o quanto se tem orgulho do que temos em Vargem Grande. Temos muito e o que se tem aqui podemos mostrar para o mundo. Temos alimento limpo. O site, a tecnologia é uma ferramenta que contribui para mostrar isso.

Sandro, ao falar sobre a Escolinha de agroecologia, ressalta: “o que acha bonito é a valorização do conhecimento tradicional”. Lembra a fala do Renato do Quilombo e cita uma história a criação do aeroporto de Cumbica cujo nome quer dizer nuvem baixa. Os povos tradicionais da região sabiam disso mas não foram consultados ou ouvidos na ocasião de planejamento do aeroporto. Resultado: o aeroporto vive fechando por falta de visibilidade derivada das nuvens densas e baixas. A Escolinha é a cara de Vargem Grande – tem pessoas que vão colaborar nessa didática. O ouvir a pessoa da terra. Fala da grande enchente de 95 / 96.

Carlos Motta, diretor sugere partir para ações concretas para mostrar aos governantes a viabilidade do processo. Propõe mobilizar e formar uma turma de pessoas com participar dessas atividades extraclases. Fechar em 20 estudantes, realizar e mostrar para o governo. Entrariam em articulação com a chamada **Dupla escola** – é feita uma parceria com a instituição.

Sobre a mobilização dos estudantes, Júlio disse que viu esse interesse. Foi muito rápido. Foram aproximadamente 10 estudantes. Mas verificou o conhecimento deles das espécies medicinais encontradas no único quintal visitado. Propõe então a **visita e sistematização de quintais**. Sílvia afirma que pelo menos duas agricultoras urbanas tem disponibilidade para receber jovens para troca de saberes – Lourdes Martins e Maria do Céu Simões. O Walter Siqueira também tem interesse de repassar a tecnologia social chamada Aquaponia.

Sandro se compromete a um trajeto agroecológico. Um percurso histórico e cultural que começaria próximo ao antigo moinho e iria até o quilombo enquanto ele e o seu pai se colocariam como grãos – relatando a tradição oral da região.

Carlos Motta afirma a necessidade de o bairro ter um projeto de prédio próprio. Todo dia alguém procura a escola pra estudar. E ele está negando vaga todo dia. A procura é grande.

Jaqueline afirma que tem vários produtos e acabados. Há um objetivo bem claro: ter um prédio próprio. O público alvo principal é da escola. Então há conteúdos a serem trabalhados bimestre a bimestre. Diz que há tempos vagos. Sugere que venham pessoas falar com esses alunos. Trazer um saber aplicado. Já no fim da reunião não ficou claro se os demais professores concordaram com essa ideia (verificar).

Sílvia Baptista sugere a integração das estratégias formal e informal da educação em agroecologia com a informação e comunicação. Vai descrever melhor a proposta para apresentar aos demais. Também não houve tempo de falar sobre o Projeto Fiocruz-BNDES.

No dia 03 de fevereiro de 2015, 40 pessoas militantes e cultura da AP 4. Se encontraram no restaurante Varandas Steak Hause, na Estrada Pedro Coreia, Curicica, Jacarepaguá.

Com os seguintes pontos de pauta:

Desenvolvimento Local – Criação de um fundo territorial de cultura, que buscará recursos no capital privado e público para execução dos projetos.

Comunicação – criação de um mapeamento das iniciativas locais, calendário de ações, blog, perfil, plataforma comunicativa.

Espaços públicos da região – criação de projeto de ocupação da Lona Cultural Jacob do Bandolim (Jacarepaguá), Ocupação artística do Centro Cultural Dila de Sá( forma de construir um diálogo com uma comunidade, que vem sofrendo guerra diária), reestruturação da Biblioteca de Jacarepaguá( Rua Dr. Bernardino – P. Seca) e Debater a implantação dos

seguintes aparelhos no barro: Nave do Conhecimento, Arena Cultural de Jacarepaguá e Biblioteca Parque.

Durante o diálogo inicial foi apresentado uma ata de audiência pública com o Prefeito Eduardo Paes, na Lona Cultura Gilberto Gil em 2013. Nesta estavam presentes vários agentes culturais da Zona oeste e norte da cidade e ficou decidido 9 pontos os quais a Prefeitura cumpriu 70% destes em 2014. Este material em anexo.

Segundo ponto foi debatido o papel da sociedade civil nas propostas de política públicas para cultura. Seguiu a sugestão de criação de uma qualificação a todos os interessados em debate este tema. (em anexo as propostas para este seguimento da conferencia Municipal do Rio de Janeiro).

Passamos para tirar os grupos de trabalho dentro da pauta:

Comunicação: Ana Paula – Coletivamente, Suellen – GEPUP e Ponto de Cultura Camarim, Mateuz – CDD na Tela, Raquel - Equipe Skauau, Gutto Barris - Emplacando o Amanhã - Oficina de resistência e Pontão de Cultura Arroios.

Espaços Públicos da Região: Marcelo Santos - JP Afro, Reinaldo – GEPUP e Ponto de Cultura ELCP, Pedro Henrique - QUARTA UNDER – CCPR, Carol Nunes - Fotografia e Produção Audiovisual, Edison Veoca – Poeta e participante do Poesia de Esquina e Wagner José – do grupo Wagner José e Seu Bando.

O item do fundo ficou decidido que traríamos mais informações para elaborar uma estratégia de trabalho.

Depois desta ficou decidido que virtualmente os grupos entrariam em contato com todos até o dia 10 de fevereiro com as primeiras propostas e a próxima reunião ficou para o dia 23 de fevereiro no NECTAR da Vargem Grande as 19 horas(salvo alguma alteração devido necessidades dos Grupos de Trabalho).

Relação de participantes do Fórum e que assinaram a ata da reunião do dia 03 de fevereiro de 2015:

Edison Veoca -Poeta Daniel Roque – Cinema Rosa Bernardes – Produtora Gutto Barris  
Raquel Igne Rocha - Fernando Calderon Música Cubana.Tur.Chefe ; Carlos Alberto Costa (Bezerra)FACBARJA – Presidente JoséFACBARJA - Vice-Presidente A. Francisco Azevedo;Ass. Muay Thai Paulo Afonso; Simão Grupo de Teatro; Carol Nunes Fotografia e Produção; Pedro Henrique Pagnez QUARTA UNDER - CCPR Viviane de Sales Mateus Paz CDD NA TELA Igor Romulo; Prof. Carlos Motta Diretor do CEPTMC; Wagner José Wellington - MC RENNER Rap nas comunidades de JPA;Pontão Arroios ;Davy Alexandrisky;Frederico Cardoso (Cultura Digital e Cineclubismo) Carlos Eduardo Prates Produção; Julio Doria(CEPTMC) Thiago Naziel ; Alan James; Ana Paula de Araújo Telles

(mapeamento); Suellyemma Franco Assessoria Cultura Gabinete do vereador Reimont; Maria Mariano da Silva; Ponto Cultura JPA AFRO-CULTURAL: Lenir Moraes; Wladimir Valladares e Suellen Cadilhe.

Reunião Feira de Vargem Grande Local: CEPTMC Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2014

A comunidade quilombola de Vargem Grande reivindicada há anos uma feira. O modelo que o Estado, na pessoa jurídica da prefeitura do Rio de Janeiro, em sua legalidade seletiva, oferece é o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. E, a comunidade quer algo além. Como evidenciamos na reunião o povo demanda um modelo mais inclusivo. No momento o que veem é a sua própria condição. Isso é de uma legitimidade enorme. Ficaremos sempre ao lado da comunidade. Assim apuramos muito a nossa condição de escuta. Não vamos despejar regras da formalização sobre nossos pares.

Um dos primeiros impasses é a localização prevista para a Feira do Circuito Carioca. A Praça Dr Baltar é uma solene desconhecida. O Largo de Vargem Grande que é o mesmo lugar, com outra nomeação, tem outra territorialidade. Esse, com sua configuração exógena, estranha, não nos pertence (ainda). O que os parentes dizem é: Vamos fortalecer aqui, nosso território imediato. Vamos construir aqui mesmo em nosso quintal uma nova arena de lutas simbólicas. Vamos chama-la de festa, de feira, de cozinha comunitária, de qualquer coisa. Mas, queremos nos ver, queremos nos re-Conhecer enquanto quilombolas. Queremos olhar o fruto de nossas lavouras, de nossos quintais. Queremos celebrar a nossa autonomia. E esse é apenas um momento da luta.

Por outro lado, podemos nos dispor a um diálogo tão longo quanto necessário. Como, aliás, temos feito desde sempre. Precisamos fornecer condições para que futur@s feirantes conheçam o Circuito. Vamos visitar algumas dessas feiras. Conversar com os atuais feirantes. Fornecer material didático, passar alguns vídeos. Fazer germinar sementes de informação. E, talvez, mensalmente fazer a Feira-festa ou a Festa-feira que celebre a nossa cultura tradicional agroecológica.

Que venha então a Festa dos Moradores e Agricultores do Quilombo Vargem! Ontem, dia 14 de novembro, a comissão de mulheres se reuniu. Foi um encontro lindo. Um dos pontos foi o re-Conhecimento da economia feminista na produção de doces, comidas tradicionais, arte e artesanato. Sobretudo nos escutamos com muito afeto, com o apoio incondicional e Cuidado. E, as Mulheres organizadas mais uma vez disseram que uma Feira de Vargem Grande tem que ser inclusiva. Precisamos da participação de tod@s os moradores tradicionais.

Dia 20/11 teremos então a Festa das (es) Moradoras (es) e Agricultoras (es) do Quilombo Vargem. Começará às 16h com as seguintes atividades: Exposição e venda de artesanato, verduras e frutas do local, doces e comidas típicas, cine-quilombo, música, poesia, ciranda e tudo o mais que a criatividade coletiva proporcionar.

Reunião para reflexão sobre Arranjos locais - Projeto AS-PTA / MISEREOR Igreja de Santana – Campo grande  
09 de dezembro de 2015

### Participantes

- Marcio (AS-PTA)
- Bruno (AS-PTA)
- Misael (PSF Realengo)
- Bernardete Montesano (CRAS Cecília Meireles – Campo grande)
- Herica (CRAS Cecília Meireles – Campo grande)
- Lucas (SCFV Cras Cecília Meireles – Campo Grande)
- Joselita (Pastoral da Criança)
- Lindinha (Pastoral da Criança)
- Lourdinha (Pastoral da Criança)
- Professor Carlos Motta (C.E.Professor Teófilo – Vargem grande)
- Alice (CIEP Brigadeiro Sérgio Carvalho – Rio da Prata)
- Sonia (Agroprata)

### Introdução

Marcio apresenta a reunião: a ideia é que comecemos no próximo período a focar o trabalho da AS-PTA junto a escolas, comunidades e grupos de agricultores. O programa de agricultura urbana ficou muito focado na agricultura familiar e se descolou um pouco das comunidades urbanas.

Envolvendo agricultores familiares, Agrovargem, Agroprata, Univerde, Feiras.

E as áreas mais urbanas e os quintais?

Quanto às escolas: quais estariam envolvidas?

As escolas permitem a reaproximação com os espaços urbanos, relação com associação de moradores, PSF, Pastorais, PNAE, feiras...

A ideia desta reunião é refletirmos juntos para a construção do projeto.

A ideia é que o projeto tenha 3 elementos:

- Arranjos locais;
- Articulações entre Feiras;
- Campanha produtos da gente

Aqui vamos discutir principalmente os Arranjos locais

### Apresentação

✓ Misael

Programa Saúde nas escolas (PSE), Secretarias municipais de saúde e assistência social trabalho junto com as escolas; articulação com o pessoal da fitoterapia. Implantação de hortas alimentícias e medicinais nas escolas. Escola em Realengo (medicinal). Poderíamos retornar



contato com o CIEP Thomas Jefferson, onde tivemos uma horta há um tempo atrás.

Professor Carlos Motta pergunta: dizem que nas escolas municipais, por questões burocráticas não se pode consumir os alimentos das hortas. É verdade?

Misael responde: Não. Pode sim.

Marcio: O PSE é uma política de todo o município?

Misael: Não. Sou só eu que tenho essa vertente. É um trabalho novo. Todo PSF deveria ter uma horta. Existe uma carteira de serviços que a Unidade deve oferecer, incluindo horta. No entanto só ele está trabalhando nessa vertente.

✓ Joselita

Multiplicadora de hortas da Pastoral da Criança. Capacita capacitadoras de hortas, para que estas capacitem líderes da Pastoral, para que multipliquem junto com as mães acompanhadas pela Pastoral. Trabalho em vasos, garrafas PET, mostrando que pode fazer horta em casa mesmo sem terra, sem quintal. Trabalho com pequenos vasos, cultivando ervas, verduras... é um trabalho de agricultura urbana na cidade! É mostrar que é possível fazer isso.

O trabalho aqui em Santana está hoje fraco. A Lurdinha também é capacitadora.

Tem um trabalho interessante dentro de uma área muito perigosa no Mendanha, que apoia a pastoral da Criança. Mas tem que descobrir se o agricultor utiliza agrotóxicos.

Tínham um projeto muito bonito que era o Projeto Mendanha, de onde saiu muita coisa boa, aprendizados e sementes. Área muito verde, com espaço muito grande. Área em conflito de interesses pelas coordenações da Igreja. Às vezes muda de coordenação, o trabalho retorna, ou é barrado. Ano passado retornou a horta, mas mudou de novo a coordenação e agora já pediram pra ela sair. É uma área boa de trabalhar, tem muitas ervas medicinais. Vamos perder a área porque o mato tá enorme, não tem quem limpe. Hoje estou sem lugar para trabalhar.

✓ Carlinda (Lindinha)

Trabalha ajudando o Projeto Mendanha.

✓ Lurdinha

Está um pouco afastada. A última reunião que eu fui foi há dois anos. Nós capacitamos líderes para capacitarem as mães das crianças. Mas o trabalho não foi pra frente. Tem pouca adesão das líderes e das mães. O mesmo assunto: falamos da alimentação saudável. Eu mesma já estou fazendo uma mudança pessoal - deixando de comer hambúrguer e coca cola. Mas o grupo não se anima. Querem o trabalho pronto, colher, mas não plantar.

✓ Carlos Motta

Professor de Geografia: faço trabalho de campo com quintais de Vargem Grande, identificação de produtos, onde se plantar ou não. Dirige a escola de Vargem Grande que tem o projeto PNAE. São muitos problemas: escolas que ficaram devendo contratos anteriores, o pessoal que atravessa a merenda continua pressionando, chamadas feitas quase no meio do ano, apresentação de cooperativas do interior do estado que ninguém conhece, Com nossa experiência, foi possível fazer algumas atividades: agricultores se aproximaram, alunos aprenderam sobre agrotóxico, alguns têm quintal. Discussão pautada no uso de agrotóxicos. A ideia é fazer com que alunos plantem e gerem renda. Julga que ao gerarem renda os jovens passarão a se interessar mais pela agricultura.

## ✓ Lucas

16 anos: sou do Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos CRAS Cecília Meireles e sub-grupo da Rede CAU Juventude Carioca. No nosso Polo, temos uma horta cultivada pelos adolescentes de lá. Existe há um ano e meio. E existe uma agricultora da região, D Isabel, que nos dá orientação. Na região dos Caboclos em Campo Grande. A horta fica na Associação de Moradores. É o espaço de convivência. Existe uma rotina de três vezes na semana ter um encontro e a temática escolhida é a agroecologia.

## ✓ Berna

A temática da agroecologia não é comum aos grupos de atendimento dos CRAS. Fizemos um recorte político-pedagógico e estamos propondo isso. É um grupo com 25 jovens de manhã e 25 à tarde. E Sanney também acompanha o trabalho. É um trabalho de desafio.

Quando o tema é saúde, vamos para alimentação. Quando é direitos humanos, falamos do DHAA. Quando é meio ambiente, falamos de agroecologia.

Está sendo formado o Conselho da Juventude da Cidade do Rio de Janeiro. E ali buscamos uma brecha. Tema: “Juventude: qual é seu plano?” 400 jovens na semana passada se reuniram em Campo Grande.

É um trabalho de sensibilização porque a questão da agricultura não aparece.

Nossa linguagem é muito velha, a juventude está agora retransformando o discurso.

Berna participa do CRAS Cecília Meireles; do GT de Governança e Políticas Públicas da Rede CAU; acompanha a FAFRE mensalmente e dialoga com a Feira de Campo de Grande porque sou da Rede Ecológica. Estou mais próxima da questão das políticas públicas.

Na rede CAU, o intercâmbio de quintais é uma metodologia onde mais relaxamos. De janeiro até outubro fizemos os encontros. Os quintais foram bem representados no ENAU. E essa é uma das questões mais gratificantes da Rede. Não podemos deixar perder essa dinâmica da Rede. Feiras, PNAE, etc. são importantes, mas esse momento é o momento da Rede.

Quero defender a metodologia dos quintais! Os outros têm vida própria.

Dificuldades de se movimentar na cidade e agendas!

## ✓ Herica

CRAS Cecília Meireles. Grupo de Jovens, meu trabalho é no NEAC, muito focado na cultura. Tem um pessoal que está montando uma horta, já fizemos uma composteira. É um espaço emprestado.

## ✓ Sonia

Trabalha em duas feiras de orgânicos. Trabalho na Feira de Rio da Prata e na Feira de Campo Grande. Faço um trabalho voluntário com alimentação saudável. Na feira, trabalho com suco verde. Na feira de Campo Grande teremos um encontro dia 19 de dezembro pelo dia nacional de luta contra os agrotóxicos. Acontecem oficinas de alimentação saudável, oficinas de horta (Pedro Paulo promove).

Arranjos por territórios

Territórios:

- Campo Grande (Rio da Prata e Campo Grande de maneira geral)
- Jacarepaguá (Vargem Grande, Camorim, Vila Autódromo)
- Realengo
- Guaratiba

- Complexos da Penha e Alemão
- Nova Iguaçu

1o exemplo, desenhando um arranjo: Campo Grande:

- CIEP Brigadeiro Sergio Carvalho - Padre Mauricio (Uma horta em cada Lar - implantar 1 vez por mês)
- Pastoral da Criança (Claudia)
- Polo Vila Jardim (CRAS Cecilia Meireles)
- Sala Saúde pela Natureza (Toda terça e sexta - de 15 às 17h)
- Escola Municipal Rubens de Faria (Professor Vitor)
- Amigas Artesãs (1o e 2o sábado — Feira de Artesanato à noite no Polo Gastrônomico)
- AgroPrata - Feira do Rio da Prata
- COGEM Rio da Prata
- Posto de Saúde Garfield
- SAF Plantas Medicinais Profito (Lia e Dalila)
- Pastoral do Meio Ambiente
- Escola Municipal/Estadual João Proença
- Escola Municipal Almirante Frontin
- Feira da Saúde (acontece 1 vez por ano)

2o arranjo: Vargem Grande

Colégio Estadual Professor Teófilo Moreira (PNAE) (duas frentes de trabalho: Agricultura Familiar e Moradia Popular Conselho popular ligado à pastoral da favela)

Agrovargem

Associação de Moradores (tem um quintal grande e ocioso)

Ponto de venda da Agrovargem (todo dia)

Quilombo Vargem

Projeto Quitutes

Projeto Mulheres do Sertão (Maria Lucia)

Berna: Promover Encontro das Feiras

## **ANEXO 7 - LINCK dos Vídeos que abordam a relação do CEPTMC com a Agroecologia:**

Vídeo Semeando Agroecologia, autor: Marcelo Brakihã

<https://www.youtube.com/watch?v=2V6Ov8sKVBI&feature=youtu.be>

Vídeo Você Sabe o que come?

<http://youtu.be/ZFbhKmQCAJk>

Cidades e Soluções

<http://g1.globo.com/globo-news/cidades-e-solucoes/videos/t/programas/v/saiba-como-e-o-cultivo-de-alimentos-saudaveis-no-perimetro-urbano/2924238/>

Vargem Grande tem produtos da gente

<https://vimeo.com/121282102>

## **ANEXO 8**

Textos em que a experiência do CEPTMC com o território foi mencionada:

[http://estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/ENEC2014-GT08-Dias\\_Chiffolleau-PNAE\\_%20um\\_exercicio\\_de\\_reciprocidade\\_entre\\_produto\\_e\\_consumidor.pdf](http://estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/ENEC2014-GT08-Dias_Chiffolleau-PNAE_%20um_exercicio_de_reciprocidade_entre_produto_e_consumidor.pdf)

<http://aspta.org.br/2015/07/eva-pode-ver-alem-da-uva-na-alimentacao-escolar/>

---